



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA-UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

SOLANJA SILVA COSTA

**“EM TORNO DO BERÇO”: DISCURSOS SOBRE A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA
POBRE PARAYHBANA NO JORNAL *A IMPRENSA* (1912 – 1922)**

JOÃO PESSOA

2015

SOLANJA SILVA COSTA

**“EM TORNO DO BERÇO”: DISCURSOS SOBRE A EDUCAÇÃO DA
INFÂNCIA POBRE PARAYHBANA NO JORNAL *A IMPRENSA* (1912 – 1922)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de História da Educação, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Socorro Nóbrega Queiroga

JOÃO PESSOA

2015

C837e Costa, Solanja Silva.

Em torno do berço: discursos sobre a educação da infância pobre parahybana no Jornal A Imprensa (1912-1922) / Solanja Silva Costa.- João Pessoa, 2015.

153f.

Orientadora: Maria do Socorro Nóbrega Queiroga

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE

1. Educação. 2. História da educação. 3. Infância.
4. Discurso. 5. Jornal A Imprensa.

SOLANJA SILVA COSTA

**“EM TORNO DO BERÇO”: DISCURSOS SOBRE A EDUCAÇÃO DA
INFÂNCIA POBRE PARAYHBANA NO JORNAL A *IMPRENSA* (1912 – 1922)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de História da Educação, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Maria do Socorro Nóbrega Queiroga
(Orientadora - UFPB)

Prof. Dr. Matheus da Cruz e Zica
(Examinador externo)

Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira
(Examinador interno)

“Todos os problemas gravitam em
torno do berço da inocente
creança, o cidadão do futuro, a
risonha esperança da Pátria, a
energia e a força”.

MONCORVO FILHO

AGRADECIMENTOS

Ao onipotente Deus, que sempre está presente na minha vida, dando-me força, coragem e determinação para continuar. A Ele minha sincera gratidão.

Ao meu querido esposo, Jonny Franklin Costa, a quem devo parte desta vitória, pelo companheirismo, amizade, cumplicidade e sincera dedicação. Obrigada por acreditar em meu potencial profissional e por estar sempre ao meu lado.

Aos meus amados filhos, Caio Vinícius Silva Costa e Débora Carolina Silva Costa, razões maiores de meu crescimento profissional, vocês me inspiraram e me motivaram a continuar lutando.

Aos meus pais, Vicente Gualberto e Maria Gomes, por terem despertado em mim o prazer de estudar. Aos meus irmãos Eva Gomes, Lianha e Vicente Filho pela alegria compartilhada de mais uma vitória alcançada.

À minha querida orientadora, Prof^a Dr^a Socorro Queiroga, com quem aprendi muito, agradeço pela confiança depositada no meu trabalho, pelos incentivos desde o início, pelo afeto, carinho e pelas horas de discussão e contribuição na elaboração deste trabalho.

Aos Professores, Dr. Matheus da Cruz Zica e Dr. Iranilson Buriti que fizeram parte da banca de qualificação e contribuírem grandemente com seus conhecimentos na construção desta dissertação.

Às amigas, Francineide Passos, Roberta Aguar, Tatiana Medeiros e Creuza Maria Isaac por terem compartilhado comigo vários momentos nessa jornada, cada uma à sua maneira, torcendo junto, apoiando nas horas difíceis. Agradeço cada gesto de carinho, cada palavra pronunciada e por todo o amor, elementos fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Ao meu amigo, Pr. Clacir Virmes Junior pela tradução do resumo e pelas muitas vezes que colaborou comigo, compartilhando sua inteligência e preparo intelectual. Minha sincera gratidão.

À turma 33 do Mestrado em Educação da UFPB, pelo companheirismo, juntos estudando, discutindo e, principalmente pelo apoio emocional, essencial para realizar este sonho. Também a todos os Professores, funcionários e coordenadores do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, por toda a atenção dispensada durante esse período.

Ao Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba na pessoa do Sr. Ricardo Grisi Velôso, arquivista responsável, nossa gratidão pela a colaboração, atenção dispensada, pelo o compromisso e a responsabilidade para com as pessoas que utilizam esse arquivo. Nosso sincero reconhecimento e gratidão por sua dedicação e presteza para com os arquivos Eclesiástico da Paraíba.

Ao Grupo de Estudo GIPEIH: Grupo Interdisciplinar de Pesquisa “Educação Infância e Hisoricidade” pelos estudos, discussões, incentivos e afeto, bem como pelo aprendizado e pelo o prazer de ter estado com vocês.

A todos os brasileiros e brasileiras que pagam seus impostos e contribuíram com esta pesquisa, através da bolsa concedida de Demanda Social - CAPES. Nossa sincera gratidão a todos que, de algum modo, contribuíram na trajetória da pesquisa!

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	10
LISTA DE QUADROS.....	11
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	12
RESUMO.....	13
ABSTRACT.....	14
INTRODUÇÃO.....	15
 CAPÍTULO I - PERCORRENDO OS CAMINHOS DA PESQUISA: OBJETO DE INVESTIGAÇÃO E REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	 23
1.1.A infância como objeto de investigação histórica.....	23
1.2. Referenciais teórico-metodológicos: o método e as fontes.....	28
1.2.1. Discurso como Ferramenta Analítica da Pesquisa.....	33
1.2.2. Historicizando o jornal <i>A Imprensa</i>	39
 CAPÍTULO II – “DA MATÉRIA BRUTA É QUE SE FAZ OBRA DE LOUVOR”: A ESCOLARIZAÇÃO E A ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA POBRE	 48
2.1. A emergência da preocupação social com a infância.....	49
2.2. “Os destituídos de instrução, amigos das trevas ou avessos da escola?”: a escolarização da infância pobre parahybana	59
2.3. “Benfeitores da infância desvalida”: instituições de assistência a infância pobre parahybana.....	74
 CAPÍTULO III – “HIGIENIZANDO OS CORPOS INFANTIS”: A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA POBRE PARAHYBANA NO JORNAL A IMPRENSA.....	 86
3.1. “A higyene descurada”: as moléstias epidêmicas que afetaram a infância parahybana na Primeira República.....	91

3.2. “Os desmazelos nas habitações”: a higiene nos domicílios, nas escolas e nas cidades parahybanas.....	95
3.3. “Os exercicios hygienicos e a educação physica”: modelando os corpos infantis.....	104
3.4. A infância culpada: o discurso moral veiculado no jornal <i>A Imprensa</i>	108
3.4.1. “Abrir uma escola é fechar um cárcere”: a laicização das escolas parahybanas.....	112
3.4.2. “Uma herança ou antes um morbo ingênito”: a delinquência da infância pobre.....	117
3.4.3. “A escola do medo e do terror”: os castigos físicos como disciplinamento na educação da infância.....	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
FONTES.....	131
REFERÊNCIAS.....	132
ANEXO.....	139

LISTA DE FIGURAS

Figura I – Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques (Disponível em: www.coisasdecajazeiras.com.br).....	40
Figura II - Dr. Walfredo Guedes Pereira (Instituto Walfredo Guedes Pereira - http://www.hsvp-iwgp.com.br/historia.html)	79
Figura III – Inauguração do Instituto de Proteção e Assistência à Infância da Parahyba, (Instituto Walfredo Guedes Pereira - http://www.hsvp-iwgp.com.br/historia.html)	80

LISTA DE QUADROS

Quadro I – Periódicos Católicos e anos de circulação na Primeira República.....	43
Quadro II – Número de publicação por ano do jornal <i>A Imprensa</i> (1912 -1922)	46
Quadro III – Títulos dos artigos que veicularam os discursos sobre a escolarização da infância pobre no jornal <i>A Imprensa</i> (1912-1922)	60
Quadro IV – Títulos dos artigos que veicularam os discursos da assistência a infância pobre no jornal <i>A Imprensa</i> (1912 -1922)	82
Quadro V – Títulos dos artigos que veicularam discursos sobre higiene no jornal <i>A Imprensa</i> (1912 -1922)	89
Quadro VI - Títulos dos artigos que veicularam os discursos da moral no jornal <i>A Imprensa</i> (1912 -1922)	112

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBPI	Congresso Brasileiro de Proteção à Infância
CSPR	Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DNSP	Departamento Nacional de Saúde Pública
IHGP	Instituto Histórico e Geográfico da Parahyba
IPAI	Instituto de Proteção e Assistência à Infância
IPAIP	Instituto de Proteção e Assistência à Infância da Parahyba
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
SHP	Serviço de Higiene Pública
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo investigar os discursos direcionados à educação da infância pobre, veiculados no Jornal *A Imprensa*, entre os anos de 1912 a 1922. O interesse é compreender a ideia de infância, como a mesma era educada e quais os sentidos a ela atribuídos na sociedade parahybana, elucidando as expectativas sociais e procurando construir interfaces entre os saberes educacionais ligados à escolarização, ao assistencialismo, ao higienismo e à moral da infância pobre. Também se investigou as relações, rupturas e permanências entre os discursos direcionados à educação da infância pobre, bem como os lugares sociais de onde eles partiram. Como referencial teórico-metodológico desta pesquisa foram adotadas as chamadas “ferramentas foucaultianas”, principalmente àquelas que nos ajudam a compreender as relações de poder e de saber que enredam as produções discursivas e as verdades nelas veiculadas. As análises apontam que a infância pobre, no período de 1912 a 1922, foi significada, pelos discursos presentes no jornal *A Imprensa* pelo viés enunciativo da escolarização, do assistencialismo, do higienismo e da moral, interpretados como dispositivos essenciais para uma formação mais ampla desse sujeito, condição considerada primordial para que este se tornasse um cidadão civilizado e produtivo para a sociedade. Para se alcançar tal formação e sentidos atribuídos o discurso da escolarização previa a obrigatoriedade do Estado com a educação da infância pobre; o discurso assistencialista centralizava-se na urgência do poder público em atender as demandas da assistência caritativa da população para mantê-la na escola; o discurso higienista produziu a infância desvalida e doente, que deveria ser higienizada e regenerada; finalmente o discurso moral que produziu uma infância indigente, tomando como parâmetros a distância entre os padrões de conduta estabelecidos pela sociedade da época. São discursos produzidos nas lutas travadas pelas relações de poder, saber e verdade, os quais, ao mesmo tempo que incluíam a infância pobre, também promoviam sua exclusão, deixando marcas profundas no modo de pensar e de organizar a educação.

Palavras-chave: Educação. Infância. Discurso. Jornal *A Imprensa*.

ABSTRACT

This thesis has as its goal to investigate the discourses directed to the poor infancy education displayed in the newspaper *A Imprensa* between the years 1912 and 1922. Our interest is comprehend the idea of infancy, how it was educated and what the senses attributed to it by the parahybana society, clarifying the social expectations and looking for to build interfaces between the educational knowledges bound to schooling, to welfarism, to hygienism and to the moral of poor infancy. It was also investigated relations, ruptures and permanencies between the discourses directed to the poor infancy as well as the social places from where they part. As theoretical and methodological reference for this research, we adopt the so-called “Foucault tools”, mainly those that help us to comprehend the power and knowledges relations, which involve the discursive productions, and the truths transmitted in them. The analyzes point that the poor infancy, in the period from 1912 to 1922, were signified, in the discourses present in the newspaper *A Imprensa* through the enunciative and moral bias, the welfarism and hygienism, interpreted as essential devices for a wide formation of this subject, a condition considered primordial in order to this subject would become a civilized and productive citizen for the society. In order to reach this formation, the senses attributed to the parahybana poor infancy in the schooling discourse foresaw the State mandatory with infancy education; in the welfare discourse the centrality was the urgency of the public power to answer the charity welfare demands of the public in order to they to stay in the school; the hygienist discourse produced the helpless and sick infancy, which should be sanitized and regenerated and, finally, the moral discourse produced the indigent infancy taking as parameters the distance between the behavior standard established by that epoch society. They are discourses produced in the fights waged through the power, knowledge and truth relations which, at the same time that included the poor infancy, also promoted its exclusion, leaving deep marks in the way of thinking and organizing education.

Keywords: Education. Infancy. Discourse. Newspaper *A Imprensa*.

INTRODUÇÃO

Infante é todo aquele que não fala tudo, não pensa tudo, não sabe tudo. Aquele que, como Heráclito, Sócrates, Ranciere e Deleuze, não pensa o que todo mundo sabe, não fala o que todo mundo fala. Aquele que não pensa o que já foi pensado, o que “há de pensar”. É aquele que pensa de novo e faz pensar novo. Cada vez pela primeira vez... “Nossa” história está inacabada. A experiência está aberta. Nessa mesma medida somos seres de linguagem, de história, de experiências. E de infância.

(WALTER KOHAN, 2003)

Nesta pesquisa, o termo infância tem uma marca singular, designando “aquele que não fala tudo, não pensa tudo, não sabe tudo”, se tornando desejável e necessária na medida em que não tem que ser definida (CORAZZA, 2004). A infância não será compreendida como uma idade cronológica, mas como uma etapa da vida que começa a adquirir sentido em função de sua projeção no tempo; refere-se a um ser em desenvolvimento numa relação de continuidade entre passado, presente e futuro. Falar de tempos e lugares da infância é trazer de volta uma infância distante, histórica e ampliá-la na tentativa de aproximar à infância que mora dentro de cada um de nós. A infância tem um papel preponderante nessa linha contínua e, como diz o texto da epígrafe, a infância é tanto ausência, quanto busca de linguagem. Somente na infância se dá essa descontinuidade especificamente humana entre o dado e o adquirido, entre a natureza e a cultura.

Assim respaldados, engendramos um discurso sobre a história, percorrendo sobre a ‘infância’ como ausência e busca de linguagem, ausência de uma voz infantil que expressa o seu sentir, mas presentes na fala dos médicos, educadores e redatores do jornal *A Imprensa*. A infância como construção cultural produzida pelas descontinuidades e regularidades discursivas do jornal *A Imprensa*, e direcionadas especificamente à infância pobre, marginalizada e abandonada, e concomitantemente, a infância idealizada pelos republicanos como uma infância a ser disciplinada, higienizada, escolarizada e moderna. Sendo assim, partiremos do pressuposto de que para compreendermos a infância é fundamental entendermos essas descontinuidades e a lógica histórico-cultural de sua produção através dos tempos.

No transcorrer da pesquisa, percebemos a existência de quatro discursos presentes nas páginas do jornal *A Imprensa* ao tratar da infância, são eles: o discurso da escolarização, o discurso do assistencialismo, o discurso do higienismo e, por último, o discurso moral. O discurso da educação escolarizada trazia a obrigatoriedade do Estado, embora assinalizassem a preeminência da Igreja na educação e na civilização da sociedade; o discurso do assistencialismo à infância que apregoava uma urgência do poder público e da sociedade civil, olhando para além dos percalços e paradoxos que permeavam tal questão; o discurso higienista como uma prática educativa dos saberes médicos sobre os *corpus infantis*; por último o discurso moral, um discurso predominantemente religioso, que exaltava os valores éticos, como um código comportamental de saberes cristãos no exercício educativo da infância. Estes discursos apresentam-se de forma recorrente no jornal¹ *A Imprensa*, e apreendemos com vistas às relações de poder que produziram efeitos no âmbito individual e coletivo. Estes discursos ampliaram-se numa dinâmica que englobava toda a sociedade parahybana, envolvendo diversos aspectos da infância e buscando moldá-la a um suposto padrão republicano.

A categoria ‘infância pobre’ dá um direcionamento a essa pesquisa e restringe-nos aos discursos que se referiam à educação das classes inferiorizadas da sociedade, tidas como “indigentes”, “desvalidos”, “desamparados”, “desprotegidos”, “abandonados”, “infratores” e “delinquentes”, igualmente ao sentido atribuído pelo o médico Dr. Moncorvo Filho (MONCORVO FILHO, Arthur. Em Torno do Berço: Conferencia Medico-Social. *Jornal A Imprensa* n 89, 16 de julho de 1914, p.1), quando afirma: “eu pretendo referir-me justamente aqui ao berço do pobrezinho, a miséria mansarda de palhas toscas, em torno da qual cõnvejam a miséria e a dôr”. Com este direcionamento interrogamos sobre os repertórios culturais incluídos ao aspecto educacional na Primeira República na Parahyba², analisando o cenário de produção, circulação, descontinuidades e regularidades presentes nos enunciados, e sua articulação com as relações de poder-saber presentes nos discursos (QUEIROGA, 2014).

¹ O jornal é a verdadeira forma do pensar a República. É a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, é a literatura comum universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das ideias e o fogo das convicções. O jornal apareceu, trazendo em si o germen de uma revolução. Essa revolução não é só literária, é também social, é econômica, porque é um movimento da humanidade abalando todas as suas eminências, a reação do espírito humano sobre as fórmulas existentes do mundo literário, do mundo econômico e do mundo social. Quem poderá marcar todas as consequências desta revolução? (ASSIS, 2011).

² Encontramos, nos arquivos públicos de João Pessoa, duas formas de se referenciar ao estado da Paraíba na Primeira República, a saber: Parahyba do Norte e Parahyba. Como há uma constância maior nos documentos pesquisados da nomenclatura Parahyba, optamos por essa escrita na dissertação.

Ao tomarmos a educação da infância pobre parahybana como objeto de investigação compreendemos, numa perspectiva histórica, partindo do enfoque da História Cultural, na dimensão intencional de apropriação dos saberes. Os pressupostos teóricos da História Cultural, na perspectiva da educação, constitui-se uma área interdisciplinar que nos permite transitar no âmbito dessa temática, buscando compreender os discursos como produtores de estereótipos, identidades, ideologias e conteúdos.

Os discursos que tornaram a educação da infância pobre, o tema central dessa pesquisa, partiram de pessoas que ocupavam posições sociais diversas e diferentes profissões, o que possibilita, ao nosso ver, sua variação, inclusive ao apresentarem propostas diferentes, orientações e projetos diversos de ações para lidar com tal problema social. Esses agentes sociais, alguns anônimos, encontraram na educação a resposta aos grandes problemas vividos no país na Primeira República e, nesse sentido, tornaram-se ardentes defensores da necessidade de educar e instruir a infância pobre parahybana. A formação discursiva, que ora analisamos, nos permite compreender diferentes posições dos sujeitos, como foram produzidas e o seu modo de ver e viver a infância pobre, mostrando nessas produções diversas visões sobre a infância.

A educação da infância foi algo que sempre nos causou grande inquietação, e a aproximação com essa temática deu-se de modo mais intenso ao iniciar a carreira docente como professora nas redes pública e privada de ensino, onde interagimos de maneira mais próxima com as crianças. A interação com esse público nos permitiu perceber o quanto é relevante a compreensão de que a infância, sendo um construto histórico, é produzido nas malhas das relações de saber-poder, existentes na sociedade. Apesar dessa relação com a temática ser algo presente na minha história acadêmica e profissional, ela ainda não estava para mim colocada ou pensada como objeto de investigação, sobretudo no campo da História da Educação.

O encontro mais direto com esta temática como objeto de estudo, somente foi ocorrer a partir do meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, no Mestrado em Educação – PPGE, cuja proposta de ingresso estava voltada à biografia de uma educadora paraibana. Mas, com a inviabilidade da continuação, devido à insignificante quantidade de fontes, optamos pela

temática da educação da infância, projeto já desenvolvido pela professora Dra. Maria do Socorro Nóbrega Queiroga³, a orientadora dessa pesquisa.

Após uma breve revisão da literatura sobre a educação da infância, chamou-nos atenção o fato da história da infância no Brasil ainda ter um número relativamente pequeno de pesquisas, constituindo-se uma temática com carências e fragmentação (SIROTA, 2001). Segundo Gouvêa (2008) esse campo de investigação, no Brasil, ainda necessita ser mais trabalhado, pois até a década de 60, do século XX existiam apenas algumas produções esparsas, somente a partir de 1980 é que esta temática vem sendo desenvolvida com maior intensidade. Na Paraíba existem poucas pesquisas sobre a educação da infância numa perspectiva histórica. Em uma pesquisa feita no banco de dados da CAPES, encontramos apenas a Dissertação de Mestrado de Guaraciane Mendonça de Lima, que tem como título: O Collégio de educandos artífices – 1865-1874: a infância desvalida da Parahyba do Norte. E, como pesquisas mais recentes e voltadas ao período da Primeira República, as pesquisas de Queiroga (2010, 2012, 2014), isto significa uma credencial importante para nossa escolha do nosso objeto de estudo.

Esta temática apresenta provocações a serem afrontadas pela História da infância no Brasil e na Paraíba, o que suscitou algumas indagações que mobilizam e norteiam esta investigação, servindo de bússola para esse estudo, a saber: Que sentidos são atribuídos à infância pobre parahybana na Primeira República, nos discursos do jornal *A Imprensa*? Quais eram os ideais de educação para a infância pobre, veiculado pelo o jornal *A Imprensa*? Existem sinais de rupturas e permanências nos enunciados dos discursos no jornal *A Imprensa*? Estas perguntas constituem os desafios desta pesquisa e são fundamentais para a constituição da análise e compreensão das demandas de uma época para a educação da infância pobre.

A leitura das fontes que guiam esta pesquisa aponta-nos que os discursos sobre a infância pobre parahybana estavam centrados especialmente na perspectiva da educação, guiados pelos enunciados da instrução e formação da infância. Esses discursos tratavam de princípios eficientes para promover modificações e disciplinamento dos sujeitos na trajetória da infância nas instituições de ensino do Estado. Pois, se a educação se

³Professora da Universidade Federal da Paraíba, na Linha de Pesquisa em História da Educação e do Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Campina Grande (Linha de Pesquisa: História Cultural das Práticas Educativas), coordena o Grupo Interdisciplinar de Pesquisa “Educação Infância e Historicidade/GIPEIH/PPGE/UFPB.

apresentava como um mecanismo possível de correção social da população por alguns agentes sociais, para outros, provavelmente, as formas e relações de sociabilidade eram diferentes e negadas, a sua oferta incitava ações variadas de resistência.

Quanto a compreensão de discurso, entendemos como algo que se distribui difusamente pelo tecido social, marcando o pensamento de uma época e de uma sociedade, como dispositivo de controle e governo, selecionando, organizando e redistribuindo o pensamento na sociedade (FOUCAULT, 2007). Sendo assim, os discursos sobre a educação da infância pobre parahybana, nos oferece a possibilidade de uma multiplicidade de olhares a partir dos diversos sentidos atribuídos a essa etapa da vida em um momento sócio histórico e particular (1912 -1922).

Foucault (1999), em seus estudos, demonstrou como funcionam as relações de poder, aqui repensado sob a ótica do discurso proferido sobre a infância, um “discurso de verdade” que impõe a generalização sobre o que é ser sujeito infantil e sobre as várias infâncias que vêm sendo, ao longo do tempo, constituídas. Dessa forma, os discursos aqui descritos têm a intenção de encaminhar o já falado, ressignificando-o para mediar a arquitetura da educação da infância pobre, com vistas ao seu melhor entendimento sobre o seu percurso na rede de significados, presentes no jornal *A Imprensa*.

No que se refere à opção teórico-metodológica da pesquisa, utilizamos o método histórico, no qual os documentos serão lidos segundo as possibilidades apontadas pela análise de discurso⁴ de Michel Foucault, sobretudo sua analítica genealógica, buscando investigar nos discursos o valor socialmente atribuído à infância pobre, no cenário das relações de poder existentes. Assim, a análise foucaultiana é fundamental para esta pesquisa, uma vez que – como pensa o filósofo – não existe uma verdade a ser dissecada nos discursos, mas efeitos de verdades que se produzem neles, num dado momento histórico, por determinados sujeitos, endereçados a outros sujeitos, sob o crivo de regimes de verdade que os tornam possíveis e os legitimam (FOUCAULT, 1979, p. 89). Não utilizamos apenas as ferramentas de Michel Foucault, mas também, as ideias de autores pós-estruturalistas⁵ e ainda outros, para tratarmos sobre o tema da infância, como Ariès

⁴ Entendo o termo discurso como entendido por Foucault (2002) que se refere ao espaço geral do saber, as suas configurações e ao modo de ser das coisas. É um conjunto de enunciados que ocorrem como performance verbal em função enunciativa, é apresentado considerando a ideia de práticas discursivas.

⁵ Os autores pós-estruturalistas apresentam uma perspectiva que estabelece uma ruptura com os discursos no campo educacional e nas teorias críticas que veiculam a ideia do conhecimento e do saber como fonte de libertação, esclarecimento e autonomia (SILVA, 2000).

(2006), Kuhlmann Jr, (1998; 2004), Monarcha (2001), Gondra (2000; 2002), Queiroga (2005; 2010), Gouvêa (2000; 2008) entre outros.

Como fonte, utilizamos o jornal *A Imprensa*, um jornal católico noticioso, com uma projeção que marcou época para imprensa parahybana, criado no ano de 1897 pelo Bispo Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques e funcionou até abril de 1968, com uma abertura editorial que tratava de assuntos e questões diversas, não se limitando apenas aos de natureza religiosa ou eclesiástica. A referida fonte foi um impresso que circulou por um longo tempo e encontra-se depositada em arquivos públicos do Estado da Paraíba e no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba, local onde se encontra todos os exemplares do jornal e em boas condições de manuseio. Este jornal foi uma ferramenta estratégica para integrar o processo de implantação da Diocese romanizada na Paraíba, estabelecendo relações políticas com as oligarquias locais em uma dinâmica de conflitos e interesses que se materializaram na sociedade parahybana.

Quanto aos impressos, os jornais são importantes fontes históricas e tem nos apresentado com a possibilidade de compreendermos os momentos do passado no cenário da vida cotidiana da época. Eles registram, comentam e formulam opiniões através de palavras e imagens, onde reencontramos valores e comportamentos dos sujeitos que viveram no tempo histórico pesquisado, razão pela qual tem se ampliado os estudos que utilizam os jornais como fonte documental histórica.

O recorte temporal dessa pesquisa se limita a uma década, dos anos que vão de 1912 a 1922, por ser esta a primeira década de produção ininterrupta do jornal *A Imprensa*, o que nos possibilitou uma leitura mais contínua da sociedade parahybana, pelo viés discursivo do jornal. Embora o jornal tenha iniciado seus trabalhos em 1897, poucos anos depois em 1903, parou de circular por problemas internos, retornando apenas no dia 15 agosto de 1912.

O marco inicial que propomos para esta pesquisa é o ano de 1912, ano da reabertura do jornal *A Imprensa* e coincide com o ano de inauguração do Instituto de Proteção e Assistência à Infância da Parahyba. Um Instituto que auxiliou na educação da infância pobre, se configurando um ‘dispositivo⁶ de poder’ na formação educacional da infância pobre e, consubstanciando o ideal republicano da época que focava na educação e

⁶ Para Foucault (2009) o dispositivo é uma rede de relações que podem ser estabelecidas entre elementos heterogêneos como instituições, discursos, leis e, estabelece uma natureza de nexo que pode existir entre os elementos heterogêneos. Trata-se de uma formação que, em um momento dado, teve por função responder a uma urgência, tem, assim uma função estratégica.

correção da infância, com o objetivo de transformá-la em cidadãos úteis e produtivos para o país. Nesse mesmo ano, a Parahyba foi assolada pela peste bubônica⁷, uma moléstia proveniente dos corpos dos ratos que atingia homens e crianças, levando à morte e ao temor a população da Parahyba, como relata o jornal *A Imprensa*:

A peste bubônica, embora de caracter benigno, conforme afirmação do dr. Seixas Maia feita á 'Imprensa', continua a acometerem Campina Grande. Já vinte e uma (21) pessoas faleceram da peste. Conforme se vê do serviço de telegráfico desta folha o commercio de Campina Grande deu uma prova de uma elevada dedicação tractando o ilustre clinico pernambucano dr. Octavio de Freitas para ir do Recife cidade, firmar o diagnostico da peste e determinar mais seguramente quaes os meios preventivos e defensivos para afastar o terrível morbus. O dr. Octavio de Freitas fez o exame bacteriológico e firmou o seu diagnostico, concordando assim com a opinião dos médicos drs. Teixeira de Vasconcellos, Octavio Ferreira Soares, Lemos Junior, Chaleanbriand, Seixas Maia e Costas Gondim. O dr. Octavio de Freitas retornou hoje ao Recife (A BUBONICA EM CAMPINA GRANDE: o telegrama d'a imprensa. Jornal *A Imprensa*⁸ n 16, 7 de outubro de 1912, p.1).

Como marco temporal final dessa pesquisa, escolhemos o ano de 1922, data do I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (I CBPI), presidido pelo Dr. Moncorvo Filho⁹, onde foi amplamente discutida a assistência e proteção à infância brasileira. O Congresso foi idealizado como palco privilegiado de debates entre diferentes matrizes e projetos voltados para diagnosticar e prescrever as soluções apropriadas para os males que comprometiam o desenvolvimento e atravancavam o progresso e a modernização do país. O I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (I CBPI) trouxe luz às temáticas relativas às discussões sobre as leis de proteção à infância, de higiene escolar e sobre o combate ao analfabetismo, em prol da infância e da situação da infância moralmente abandonada. Esse evento se configurou como momento simbólico de validação de políticas de assistência e proteção voltadas para a infância, na década de 20, período em que as ações sobre a infância pobre ganharam ainda maior visibilidade, pois foram

⁷ A peste bubônica, chamada simplesmente de peste, é uma doença pulmonar ou septicêmica, infectocontagiosa, provocada por *Bacillus pestis*, que é transmitido ao homem pela pulga do rato. A pandemia mais conhecida da doença ocorreu no fim da Idade Média, ficando conhecida como Peste Negra, quando dizimou grande parte da população europeia. Os infectados com a doença apresentam febre alta, delírio, dores pelo corpo e finalmente, os bubões. Ver: LE GOFF, Jaques. *As doenças tem história*. Lisboa: Terramar, 1999.

⁸ O jornal aqui citado terá sua ortografia mantida como na escrita original da época.

⁹ Dr. Moncorvo Filho iniciou sua jornada muito cedo propagando a favor da higiene infantil e da puericultura. Criou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância pobre do Rio de Janeiro e criou também o Departamento da Criança do Brasil no início de 1919 passando a funcionar no mesmo prédio do Instituto. Os pediatras da sua época o consideravam o precursor das políticas de proteção à Infância no Brasil.

instituídas leis específicas de proteção e valorização da escolarização como condição de “salvamento” para a infância pobre.

Ainda dentro deste marco, podemos destacar a criação de uma lei para menores, a Lei nº 4.242, de 05 de janeiro de 1921, que autorizava o governo a organizar o "serviço de assistência e proteção à infância abandonada e delinquente". Essa lei estabeleceu um critério puramente objetivo de imputabilidade penal, afirmando, em seu art. 30, § 16, a exclusão de qualquer processo penal de menores que não tivessem completado quatorze anos de idade. Esse ordenamento jurídico contemplou as discussões que vinham sendo realizadas na sociedade brasileira, nas primeiras décadas do século XX (WADSWORTH, 1999).

Nesse recorte temporal, de 1912 a 1922, no jornal *A Imprensa*, existe uma variedade de discursos voltados à educação da infância pobre parahybana. No início da década, em 1912 e 1913, os discursos estavam mais voltados à escolarização, à assistência e à proteção à infância pobre. Nos anos de 1915 a 1917, predominaram os discursos sobre a reforma do ensino, os prédios escolares e a educação moral da infância pobre. No final da década, nos anos de 1918 a 1922, os discursos trazem uma compreensão mais ampla da infância e do seu desenvolvimento físico e mental.

Nesta leitura, observamos que os discursos relacionados à escolarização, ao assistencialismo, ao higienismo e ao moralismo, direcionavam-se a educação da infância parahybana de forma diferente. O discurso da escolarização instruía a infância quanto aos valores da educação para civilidade; o discurso do assistencialismo destaca a necessidade de se proteger a infância pobre das situações de risco; o discurso higienista advertia quanto à saúde física e aos hábitos higiênicos; e, finalmente, o discurso moral ressaltava as questões dos valores éticos e de boa conduta,. Assim, a infância pobre parahybana foi apresentada como aquela que precisaria ser educada, aliada aos bons costumes na formação de seu caráter moral e de seus costumes higienizados e regenerados pela educação.

A partir deste delineamento inicial, destacamos os momentos nos quais esta pesquisa foi configurada, com uma introdução e quatro capítulos. Na introdução, tratamos do percurso inicial da investigação, das questões norteadoras, bem como da justificativa pela escolha do objeto de pesquisa e como se deu o processo de construção do projeto, abordando em linhas gerais os enfoques temáticos que pernearam a temática pesquisada.

O primeiro capítulo, intitulado *Percorrendo os Caminhos da Pesquisa: objeto de investigação e referenciais teórico-metodológicos*, tecemos algumas considerações

históricas, como a emergência do conceito de infância na construção social e histórica, partindo de um diálogo com a perspectiva genealógica e sua análise. Com este referencial teórico-metodológico descrevemos a teorização analítica, destacando os discursos e, em seguida, uma breve historicização do jornal *A Imprensa*, um jornal católico de grande circulação.

O segundo capítulo, “*Da matéria bruta é que se faz obra de louvor*”: a escolarização da infância pobre parahybana, ressaltamos três pontos importantes: a emergência da preocupação social com a infância, a escolarização da infância pobre parahybana na Primeira República e as instituições de assistência à infância pobre. Com relação ao processo de escolarização da infância pobre parahybana, na década que vai de 1912 a 1922, abordamos a questão da obrigatoriedade do Estado e da disputa da Igreja católica com o Estado pela apropriação da educação, utilizando-se das instituições de Assistência a Infância como benfeitoras da infância pobre.

O terceiro capítulo, “*Higienizando os corpus infantis*”: a educação da infância pobre parahybana no jornal *A Imprensa*, está dividido em duas partes: na primeira tratamos do discurso higienista, abordando a questão das moléstias que afetaram a infância pobre na Primeira República, tratamos da importância da higiene nos domicílios e nas escolas e da educação física com uma nova forma de educação da infância. Na segunda parte do capítulo, abordamos a questão do discurso da moral veiculado no jornal *A Imprensa*, destacando o processo de laicismo nas escolas públicas parahybanas; tratamos da delinquência infantil nos discursos do jornal e versamos sobre os castigos físicos como forma de disciplinamento na educação da infância pobre.

Nas Considerações Finais, diferentemente de determinar certezas sobre o tema proposto, evidenciamos reflexões importantes realizadas no processo de investigação e no desenvolvimento desta dissertação. As análises dos discursos apontam que a educação da infância pobre parahybana, no período de 1912 a 1922, foi vista pelos discursos pesquisados no jornal *A Imprensa* como o melhor dispositivo para formação de um cidadão civilizado e produtivo para a sociedade.

CAPÍTULO I

PERCORRENDO OS CAMINHOS DA PESQUISA: OBJETO DE INVESTIGAÇÃO E REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A constituição de uma pesquisa precisa ter seus caminhos bem esboçados, pois nos possibilitam um caminhar mais esclarecedor desde o desfecho ao término do trabalho, porém, esse processo não é tarefa fácil. Por isso, procuramos delimitar esta pesquisa, recortando o tempo e o espaço do objeto, escolhendo as fontes e dialogando com vários autores que nos ajudaram na análise das fontes do jornal *A Imprensa*, um jornal de grande circulação. O diálogo com essa literatura se apresentou para nós como uma rica conexão com nosso desejo e com o objeto de investigação.

Neste capítulo, vamos apresentar o objeto de investigação que é a educação da infância pobre parahybana na década que vai de 1912 a 1922, nomeadamente nos discursos do jornal *A Imprensa*. Na primeira parte, procuramos fundamentar a infância como objeto de investigação histórica, sua constituição e as concepções da mesma como categoria social, fazendo um breve balanço da história da infância até a modernidade.

Na segunda parte procuramos detalhar os referenciais teórico-metodológicos da pesquisa, trazendo a História Cultural da Educação e os referenciais pós-estruturalistas para dialogarmos com as fontes apresentadas. Ainda nesta parte, apresentamos o discurso como ferramenta analítica da pesquisa, nos possibilitando fazer uma apreciação dos escritos apresentados na fonte e, em seguida, apresentamos a fonte da pesquisa, o jornal *A Imprensa*, sua história, trajetória e seu fundador.

1.1 - A infância como objeto de investigação histórica

A temática da infância como objeto de investigação histórica no Brasil teve um promissor impulso inicial nos fins dos anos de 1980, mas no decorrer de quinze anos, esses estudos apresentaram uma perda no ímpeto inaugural, reduzindo a sua produção a certa homogeneidade conceitual e analítica na literatura nacional (WARDE, 2007). Uma década depois, final dos anos 90, a infância passou por uma crise conceitual e, “não se tratava de uma crise de vazio ou de ausência, mas de uma crise na qual a infância moderna morreu” (NARODOWSKY, 1998, p. 174).

Hoje, a temática da infância apresenta desafios a serem enfrentados pelos aportes da História da Educação e da história da infância no Brasil, pois decorrido esse tempo, o crescimento e a diversificação dos trabalhos de história da infância, ainda apresentam um avanço relativamente lento. E os novos trabalhos realizados, em situação de pesquisa sistemática, apresentam um perfil que parece tendencialmente homogêneo quanto às temáticas, aos períodos, aos suportes conceituais e aos procedimentos analíticos adotados. Esta nova safra de pesquisas sobre a história da infância no Brasil encontra-se circunscrita e sujeita a discursos institucionais e práticas educacionais, com destaque para a família, escola, asilo e outras instituições correccionais do governo da infância¹⁰ (WARDE, 2007).

Partindo das considerações sobre a existência de diferentes infâncias, esta pesquisa busca compreender os discursos sobre a infância pobre parahybana, especificamente os discursos que circularam na década que vai de 1912 a 1922, ampliando o nosso olhar diante dos diversos enfoques e multiplicidades de matizes e conceitos apresentados pelos estudos já realizados.

Nas teorizações sobre a infância postas em circulação, existem várias abordagens com focos diversos. A categoria infância pobre, objeto de nossas análises, abrange um campo da história da educação, focando uma categoria produzida no interstício social e em múltiplas manifestações discursivas com sentidos diversos, nos dando uma visibilidade da infância, através da imprensa nos espaços e nas práticas educativas da Parahyba, nos anos de 1912 a 1922.

A despeito do número de trabalhos no cenário nacional, a temática da infância na história da educação firmou-se como objeto histórico com a pesquisa do historiador Philippe Ariès, em sua obra *História Social da Criança e da Família* (2006), um clássico na área, que representa um ponto de partida ao percorrer as transformações dos sentimentos e atitudes da infância, desde a Antiguidade até a sociedade Moderna. O historiador aponta para o conceito ou ideia de infância como historicamente construída, período em que a criança era vista como um adulto em miniatura e não como um ser em desenvolvimento, com características e necessidades próprias.

A invenção da infância, segundo o historiador francês, deu-se apenas no século XVII, quando surgiu a construção do sentimento de amor pelas crianças que, durante muitos séculos, era indiferente ou despercebido pelos adultos. Segundo Ariès (2006) a

¹⁰ A pesquisa de Mirian Jorge Warde (2005), faz parte do projeto: *Das práticas e dos instrumentos de conformação do outro: a educação de meninos e meninas no Brasil da primeira metade do século XX* (2005).

noção de infância emergiu junto com as transformações que processaram a transição da sociedade moderna. O autor nomeia uma linhagem com a qual se perfila e em favor da qual trabalha: a “desconstrução” do “mito da criança” ou do seu correlato, o “mito da infância natural”. Nesse sentido, a história da infância surge com possibilidade para muitas reflexões sobre a forma como a entendemos e nos relacionamos com a mesma. Porém, vale salientar que essa história é registrada a partir do olhar de um adulto, pois a criança não pode registrar sua própria história de forma organizada e sistematizada.

Para Ariès (2006), a construção histórica tardia da infância, aponta para uma trajetória marcada pela discriminação e marginalização, e é um indício da incapacidade dos adultos de ver a criança em sua perspectiva histórica. Embora nos últimos anos esse campo tenha rompido com as rígidas regras da investigação tradicional, institucional e política, e tem abordado temas e problemas diversos vinculados à história social da infância.

Mesmo constituindo-se um marco importante para a construção da infância, a obra de Ariès tem recebido diferentes críticas¹¹, inclusive no Brasil. Autores como Kuhlmann Jr.(1998), Sarmiento (2001) e Gélis (1991) não concordam com Ariès, o que torna possível elencarmos outros lugares, outras vozes igualmente importantes, para que haja repercussão de múltiplas visões sobre os estudos da infância. Kuhlmann Jr. (2001) contrapõe-se às pesquisas de Ariès, quanto ao tempo do surgimento da categoria social infância e aponta para a existência social da infância muito antes do século XVII, pois nesse contexto:

O sentimento de infância não seria inexistente em tempos antigos ou na Idade Média, como estudos posteriores mostraram. E acrescenta que os historiadores Pierre Riché e Daniele Alexandre-Bidon ‘arrolaram os mais variados testemunhos da existência de um sentimento da especificidade da infância da época’ (KUHLMANN JR, 2001, p. 22).

Esses diferentes olhares sobre as narrativas produzidas sobre a infância trazem rastros, estabelecem conexões e diálogos com outros autores, e nos permitem conhecer outras concepções de infância, revalidando e atualizando as concepções da

¹¹Segundo Sarmiento (2007) o trabalho de Áries recebeu críticas em relação aos seus aspectos metodológicos, a ausência de uma filtragem teórica que permitisse interpretar os dados históricos recebidos à luz da sua natureza, dependente da classe social e do tipo de relações sociais donde emanam; a visão linear do desenvolvimento histórico, minimizando as contradições e os retrocessos que ocorrem na sociedade, ou, ainda, à ausência de consciência da infância do passado.

contemporaneidade. Conforme Kuhlmann Jr (2001), a visão linear do desenvolvimento histórico da infância na obra de Ariès (2006) e a compreensão de um caráter abstrato, independentes dos contextos, podem implicar em desvios de interpretações ao nivelarem realidades distintas. Esta visão unidirecional sobre o desenvolvimento da infância é perigosa. Segundo o autor, essas transposições imediatas acontecem com frequência em alguns estudos brasileiros, como exemplo os estudos que elegem o século XIX como o período de descoberta da infância no Brasil e, ao mesmo tempo, na França. Outros estudos, posteriores ao de Ariès, também apontam para a existência de um sentimento de infância desde a Idade Média e afirmam que a história da infância refere-se à história da relação da sociedade e da cultura com os adultos (KUHLMANN JR; FERNANDES, 2004).

Kuhlmann Jr. (2001) apresenta uma outra questão importante, “a história contada a contrapelo” carregada de possibilidades de subversão narrada por Ariès, que é a dos vencedores, dos meninos ricos, e imbuída de conceitos generalizantes (SARMENTO, 2007; KUHLMANN JR, 2001). Ainda segundo estes autores, em relação à escolha das fontes pesquisadas por Ariès, selecionadas através de livros de arte, essa seleção tem função *a priori* estética e não informativa e documental, então, caberia ao autor assinalar tal observação em sua conclusão.

Como Ariès optou por uma pesquisa na categoria das obras de arte, sua seleção tem prioridade na função estética. As classes sociais que tinham condições de serem retratadas eram a da nobreza e a do clero; portanto, há de se entender que o resultado merece ressalvas no que tange a “história do sentimento de infância”. O próprio Ariès (1981) é retratado quando participa da confecção do livro: *História da Vida Privada* (ARIÈS, 1981, p.23):

[...] é criticado frequentemente o facto de Ariès teorizar sobre toda a categoria social infância, tendo utilizado registros documentais provenientes do clero e da nobreza, havendo, por consequência, uma ausência de referência às crianças das classes populares (SARMENTO, 2007, p. 27).

Sarmento também compartilha esse pensamento de que Ariès fala de uma infância das classes privilegiadas e deixa de averiguar a infância das classes populares. No entanto, para Ariès (2006), pesquisar a história da infância pela voz das obras de arte não era um problema, porém, na atualidade é interessante encontrarmos mais observações de pesquisadores que revelam também quadros interpretativos de concepções da infância pobre. Entretanto, mesmo com as lacunas deixadas por Ariès, suas pesquisas são de

enorme significância para o entendimento das concepções de infância no panorama histórico cultural. Outra questão importante encontra-se relacionada com a infância pobre, considerada como classe inferiorizada que,

Mesmo em abordagens que tomam a infância em sua referência etimológica, como os sem-voz, sugerindo uma certa identidade com as perspectivas da história vista de baixo, a história dos vencidos, essa visão monolítica permanece e mantém um preconceito em relação às classes subalternas, desconsiderando a sua presença interior nas relações sociais. Embora reconhecendo o papel preponderante que os setores dominantes exercem sobre a vida social, as fontes disponíveis, como, por exemplo, o diário de Luís XIII, utilizado por Ariès, geralmente favorecem a interpretação de que essas camadas sociais teriam monopolizado a condução do processo de promoção do respeito à criança (SARMENTO, 2007, p. 23-24).

Sob tal perspectiva, o autor torna possível inferir a imagem existente de uma infância pobre, por conta de documentos oficiais que evidenciam atendimento às classes operárias ou camponesas. Assim, ter acesso a essas pesquisas permite depreender um olhar mais abrangente, de que nem toda sociedade medieval possuía o mesmo sentimento em relação à infância, confirmado pelo autor que diz que “a indiferença medieval pela criança é uma fábula e, no século XVI, como vimos, os pais se preocupavam com a saúde e a cura de seu filho. Assim, devemos interpretar a afirmação do ‘sentimento da infância’ no século XVIII [...]” (GÉLIS apud KUHLMANN JR, 2001, p. 23). Sendo assim, embora seja difícil encontrar registros das classes populares, há um amplo conjunto de documentos no âmbito da vida pública, envolvendo as iniciativas destinadas ao atendimento aos pobres e aos trabalhadores.

Voltando à questão inicial da construção histórica da infância como categoria social, Corazza (2004) afirma que a infância passou a ser pensada, problematizada e produzida desde o século XIX, embora ainda não existisse uma definição de infância tal como a que percebemos hoje, dotada de específicas necessidades. Então, a infância, como objeto histórico, nem sempre existiu, mas existe como um produto de subjetivação e objeto de investigação, pois a infância é uma invenção recente, um produto moderno (ALVAREZ-URIA; VARELA, 1991).

Grande parte da literatura mostra que as “infâncias”, principalmente a infância pobre, foram tratadas ao longo da história brasileira, como um risco social grave, podendo prejudicar as inserções da nação para o mundo civilizado. Voltando nossa atenção para o cenário da Parahyba, onde a pesquisa se realizou, observamos o banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES),

e encontramos apenas uma pesquisa da Parahyba abordando a temática da educação da infância pobre, a Dissertação de Mestrado de Guaraciane Mendonça de Lima, que tem como título: *O Collégio de educandos artífices – 1865-1874: a infância desvalida da Parahyba do Norte*, que trata da condição da criança e da infância no contexto de crise econômica e social na Província da Parahyba do Norte, tomando como referência o período de funcionamento do Collégio de Educandos Artífices de 1865 a 1874. A referida instituição foi criada por Lei Provincial no ano de 1859 e tinha por objetivo prestar instrução de primeiras letras e dar formação voltada para o trabalho à infância desvalida. A pesquisa de Lima (2008) trata da infância desvalida na Parahyba durante o século XIX e suas deficiências sociais, educacionais e econômicas. Mais recentemente, temos o trabalho de pós-doutorado de Queiroga (2014), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), intitulado: *O discurso higienista sobre a infância em impressos paraibanos na Primeira República (1900-1930)*, o que nos dá indício de que merece ser melhor explorado, principalmente, no contexto da Paraíba.

A partir do exposto, será necessário considerarmos que a literatura sobre a infância pobre parahybana merece ser mais considerada, detalhando suas diversas abordagens e conferindo uma maior riqueza no estudo aqui realizado.

1.2. Referenciais teórico-metodológicos da pesquisa: o método e as fontes

A construção do percurso teórico-metodológico de uma pesquisa direciona e orienta o trajeto a ser seguido a partir da escolha do método e das fontes selecionadas. Este estudo trata de uma pesquisa histórica e documental que se enquadra na análise de um impresso de natureza oficial, o jornal *A Imprensa*, lido através de procedimentos metodológicos que condizem com a perspectiva de análise do discurso.

No campo do referencial teórico, nos permitimos pensar a infância parahybana a partir de preceitos da História Cultural da Educação, compreendendo a pesquisa “ora como um leque disciplinar, ora como área de investigação interdisciplinar ou mesmo metadisciplinar, capaz de dar conta de todas as práticas e representações sociais” (FALCON, 2002, p.105).

A História Cultural da Educação tem fundamentado e desenvolvido pesquisas no âmbito da temática da infância e tem nos permitido trazer incertezas, indagações, questionamentos, dúvidas e reflexões que nos autorizam olhar de modo diferenciado o

objeto pesquisado. Ainda nessa perspectiva, nos apoiamos nos Estudos Culturais em sua vertente pós-estruturalista, utilizando conceitos retirados da obra de Michel Foucault para dialogarmos, com os estudos, sobre a educação da infância no cenário paraibano, na produção discursiva do jornal *A Imprensa*. A realização dessa análise está voltada à perspectiva educacional, observando as relações de poder-saber existentes na época. Para isso, nos pautamos em autores como: Bujes (2002), Corazza (2004), Dornelles (2005), Narodowsky (1998), Veiga-Neto (2007), Silva (1994), Larrosa (1994) e Queiroga (2005).

A pesquisa, na perspectiva pós-estruturalista, ultrapassa as fronteiras convencionais tanto no aspecto epistemológico quanto metodológico, transitando por conceitos que integram os interesses diversos dessa pesquisa. Diante dessa compreensão, nos apropriamos de conceitos elaborados por Michel Foucault sem uma preocupação em formar um sistema, mas nos pautando sempre pelo que dizem os discursos, mesmo que isto possa implicar em uma aparente descontinuidade. Ao abordarmos essa temática a partir do pensamento foucaultiano, as relações de infância/poder nos interessaram. E passamos a pensar nos discursos que produziram sujeitos infantis “como um sujeito/objeto cultural, pelas formulações científicas e pelos meios de comunicação de massa”. Então, pensamos nas questões da infância de acordo com o pensamento da autora e “questionamos sobre os efeitos de tal modo de significar a infância, e suas práticas que historicamente organizamos para a vigente sociedade” (BUJES, 2002, p. 19)

Assim, os discursos proferidos no jornal *A Imprensa* foram lidos como guias que contribuíram para a formação da identidade dos sujeitos infantis na Primeira República e, em linhas gerais, modelaram de forma invisível a educação que refletia sobre as práticas que proliferaram na Parahyba. O jornal *A Imprensa*, como outros impressos, se constituiu em um objeto de desenvolvimento e transformação sócio-cultural e educacional da época. Os impressos são instrumentos dotados de ideologias por estarem em constante dinamismo com as esferas políticas e sociais. E, os discursos dos jornais como produção, podem ser tratados como dispositivos de controle, redistribuídos e organizados pela sociedade, que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar acontecimentos aleatórios e esquivar sua pesada e temível materialidade (SILVA, 1994).

Os jornais impressos podem trazer à tona os elos fundamentais para recompor a História da Educação, uma vez que tornaram-se poderosos instrumentos do projeto iluminista para desencadear as mudanças sociais do país. O estudo dos discursos em periódicos se tornam cada vez mais proeminentes para entendermos a história da educação da infância no Brasil, pois “a análise de tais fontes, é de inestimável valor

histórico, pois muito pode contribuir para enriquecer nossos conhecimentos sobre as questões educacionais [...]” (SOUSA, 2002, p. 93).

Até meados do século XIX, o jornal se destinava a educar pessoas que por algum motivo não estavam vinculadas a uma instituição escolar, não se dirigiam à escola, mas o jornal chegava semanalmente às suas casas ou oficinas. Os jornais também eram utilizados nas escolas para alfabetizar as crianças, devido à ausência de livros ou outros recursos. No Brasil, nas primeiras décadas da República, os jornais eram considerados as maiores fontes de informações, trazendo conhecimentos sobre saúde, moda, política e outros. Nas três últimas décadas os jornais e outros impressos têm-se apresentado como um novo campo de pesquisa em vários países do mundo, e mais recentemente no Brasil (BICCAS, 2008).

A identificação e a seleção dos discursos do jornal *A Imprensa* foram procedimentos metodológicos importante nessa pesquisa, pois, ao selecionarmos e catalogarmos a fonte, identificamos os discursos mais recorrentes e relevantes para temática da educação da infância na Parahyba. A opção por trabalharmos com o jornal *A Imprensa*, deu-se por se tratar de um jornal de grande circulação e por entendermos que esse jornal contém uma boa quantidade de fontes sobre a temática abordada. Embora trate-se de um jornal religioso,

[...] não foi creado para ensinar simplesmente ao povo como se deve rezar, ou ouvir a missa, ou portar-se na igreja. Isto porque a imprensa em nossos dias acha-se dividida nestes quatro ramos bem differentes e definidos: a imprensa política, a imprensa pornographica, a impressa anti-social e a imprensa catholica. Resta a imprensa catholica. Esta, por hoje nos furtamos de analysar, deixando que essa analyse primeiramente amadureça na consciencia do leitor. E sobre tão momentoso assumpto só isto agora convem dizer. (CONVEM DIZER. Jornal *A Imprensa* n 2, 19 de agosto de 1912, p.1).

Na citação acima, fica evidente que o jornal vivenciava uma disputa com outros tipos de imprensa, por isso julgava suas posições tão importantes e buscava “amadurecer a consciência do leitor”, o que significava um processo de convencimento das questões abordadas, sejam elas referentes à imprensa, às práticas religiosas ou à educação da infância pobre parahybana, uma temática que os redatores demonstraram bastante interesse.

O jornal *A Imprensa*, traz em seus discursos uma intencionalidade de convencimento e, como mecanismo de comunicação e controle, conseguia articular suas práticas e intenções por meio de comentários, informações rápidas e fragmentos, refletindo os projetos da sociedade através dos discursos que circulavam e ganhavam

visibilidade na Parahyba. Este periódico contém discursos, artigos, reportagens, anúncios, conferências e matérias diversas, que nos mostram as relações sociais vividas na Parahyba, e uma boa quantidade dessas matérias tratam sobre a educação da infância pobre parahybana, como exemplos, a Conferência do Dr Moncorvo Filho e as matérias do Cônego Pedro Anísio intitulada: Infância Culpada.

As pesquisas com jornais têm se constituído um dos principais instrumentos para compreendermos a sociedade de uma determinada época, o que admite sua importância como fundamentação da história da educação, visto que,

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se o impresso fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero veículo neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 19).

As fontes impressas, como jornais, servem de base para caracterizarmos a sociedade de uma época, mas precisamos considerar que o jornal “é um produto que a sociedade fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 2010, p. 536). Assim, ao analisarmos os discursos sobre a educação da infância pobre parahybana precisamos considerar as relações de poder contidas na sociedade, observando para quem os discursos eram produzidos, visto que “tais determinações regulavam as práticas e as maneiras pelas quais os textos eram lidos, e alguns leitores não dispunham do mesmo arranjo intelectual e nem conseguiam fazer a mesma leitura do que estava o escrito” (CHARTIER, 1998).

O jornal *A Imprensa* não é neutro, mas repleto de intencionalidade, por isso compete ao pesquisador levar em conta a subjetividade, dando voz à fonte e observando com criticidade os discursos contidos no impresso. O jornal possui um saber próprio, um saber imbricado entre saber e poder que reflete na vida social, e nega a perspectiva do jornal como mero veículo de informações e transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos.

Então, o jornal como uma extensão da documentação histórica é um dispositivo que consagra uma nova forma de fazer história. O jornal *A Imprensa* foi escolhido como fonte histórica para esta pesquisa por se constituir um verdadeiro espaço difusor de discursos e ideias sobre a educação na Primeira República e, através dele, foi possível abranger a configuração da infância parahybana, trilhando novos caminhos e constituindo uma visão mais abrangente da temática em estudo.

De fato, as pesquisas que utilizam os jornais impressos como fonte de referência para a compreensão da historiografia brasileira e educacional, têm se desenvolvido muito nos meios acadêmicos. Assim, tanto os jornais como outros periódicos têm se mostrado produtivos, tanto na forma de tratar as informações quanto no enriquecimento histórico. A partir desse manancial de dados, podemos ampliar o ângulo de visão sobre o mesmo e promover interpretações mais abrangentes.

Na leitura dos discursos sobre a infância parahybana, nos apropriamos da produção de Roger Chartier, que nos indica preciosos caminhos do olhar e da leitura das fontes, sobre o contexto nos quais as fontes foram escritas, sobre seus redatores e sobre as diversas abordagens possíveis, além de operar com outras chaves, pois a fonte é a base empírica que dá direção ao nosso caminho (CHARTIER, 1998). Isso significa fazermos a tipologia das fontes: sobre quem produziu o periódico, caracterizando a autoria, sobre o lugar que ocuparam e a quem os discursos se dirigiram. Desse modo, fazer indagações como: Qual a compreensão de infância pobre que circulava no jornal *A Imprensa*? Que saberes legitimavam nos discursos do jornal *A Imprensa* sobre a infância pobre?

Nesse contexto, podemos afirmar que o jornal *A Imprensa*, que circulava na Parahyba durante a Primeira República (1912 – 1922), produziu no seu interior uma trama histórica de onde emergiram sujeitos singulares de uma época com seus discursos de verdade. O jornal com uma linguagem simples e clara buscava construir, a partir dos múltiplos atores da sociedade, uma ligação entre o Estado e igreja relacionando a vida cotidiana de cada indivíduo.

Os discursos que nos interessam e que compõem o objeto desse estudo, são justamente os discursos que caracterizam a infância pobre parahybana, a partir da perspectiva da educação, seja ela nas instituições escolares, assistenciais e nas diversas práticas educativas ligadas diretamente à educação da infância. Nos discursos sobre a infância parahybana averiguamos um caráter formativo e instaurador de saberes ligados a educação, na tentativa de impor e persuadir os cidadãos, nas suas concepções e conceitos da educação, a solução para o crescimento da nação, como expressa o discurso abaixo:

Educar é promover, em ordem a felicidade, o desdobramento gradual e harmônico das atividades psico-físicas da criança, até o momento de integrá-la no convívio social, onde lhe seja dado assumir a responsabilidade inteira da vida. O homem, ser consciente e livre, coroado de energias intelectuais e afetivas, que o habilitam a apreender a verdade, a contemplar o belo, a se exercitar na prática do bem, não é, todavia um puro espírito animal,

como planta, ele gosa a vida física, vive a vida interior da matéria (O QUE É EDUCAÇÃO. Jornal *A Imprensa* n 42, 12 de junho de 1919, p. 1).

Os discursos do jornal *A Imprensa* são um tanto prescritivos com o objetivo de conduzir o cidadão a uma valorização da educação formal, apresentando a educação como a solução para os problemas sociais. Estes enunciados circularam nos impressos da época, possivelmente, foram acatados por parte da população como sendo verdades. O discurso acima, expressava uma preocupação mais ampla com a formação, se estendendo às atividades psíquicas e intelectuais para se obter uma vida mais harmoniosa. Como afirma Queiroga (2014):

Os discursos que aparecem nos documentos estão ligados à vontade de formar cidadãos normais para a construção da sociedade parahybana, através da educação escolar e familiar – no que se refere à capacidade física e psíquica sadias; aos sujeitos ajustados e úteis para um processo capitalista, que emerge em uma sociedade que se quer e se reconhece nova, e que deram visibilidade e subjetivação da infância (QUEIROGA, 2014).

Essa construção é percebível nos discursos do jornal *A Imprensa*, sendo produzidas novas concepções, novos comportamentos e novas formas de ver a infância. Uma infância controlada, interdita e regulada pela sociedade. No estudo dessa fonte em diálogo com o referencial teórico-metodológico, na perspectiva pós-estruturalista, é possível abordarmos as relações de infância e poder que nos interessam, utilizando o discurso como uma ferramenta analítica, como veremos a seguir.

1.2.1. O Discurso como ferramenta analítica da pesquisa

Como já foi enunciado, a ferramenta metodológica desta pesquisa se enquadra na perspectiva de análise de um documento histórico, o jornal *A Imprensa*. Esta análise nos autoriza inquirir a formação discursiva da infância parahybana, compreendendo os aspectos de formação educacional, escolar e familiar. Ao nos referirmos à análise do discurso, estamos nos referindo à análise enunciativa de Foucault. Como descreve Fischer (2001), fazer essa análise significa apreender as coisas ditas como acontecimentos, como algo que irrompe num tempo e espaço específico, no interior de uma formação discursiva, ou seja, são coisas que passam a ser ditas como verdades, num certo momento e lugar.

Para fundamentar esta pesquisa, procuramos compreender o discurso pela análise dos saberes e poderes produzidos sobre a infância pobre parahybana, pois “[...] não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo

saber que ela forma” (FOUCAULT, 2005, p.105) e pelo o poder que se instala nas relações segundo um caráter político, produzido e manifestado. Na análise dos discursos sobre a infância pobre parahybana, fizemos a leitura da fonte buscando compreender o que tornou os discursos sobre a educação possíveis e aceitos como verdadeiros, como constituições históricas normais¹² da sociedade. Pois em cada momento histórico há um espaço que constitui o aparecimento de saberes e verdades tidas como objetos normalizados. Compreendemos a análise do discurso como parte do contexto que relaciona os enunciados da infância com as práticas discursivas do jornal *A Imprensa*, como parte dos dispositivos que processavam os modos de organização dos saberes na sociedade parahybana durante o tempo estudado.

Com relação à autoria dos discursos do jornal *A Imprensa*, uma grande quantidade de discursos circularam sem que o seu sentido ou a sua eficácia estivessem em poder de um autor. Foucault nos ajuda a pensar sobre isso, quando afirma:

Seria absurdo, claro, negar a existência do indivíduo que escreve e que inventa. Mas eu penso – e isto pelo menos a partir de certa época – que um indivíduo que começa a escrever um texto, no horizonte do qual gira uma obra possível, retoma à sua conta a função do autor: o que escreve e o que não escreve, o que desenha, mesmo a título de rascunho provisório, como esboço da obra, aquilo que ele deixa e que cai como as palavras do dia-a-dia, todo esse jogo de diferenças são prescrito pela função autor, tal como ele a recebe da sua época, ou tal como, por sua vez, a modifica. Pois ele pode muito bem perturbar a imagem tradicional que se tem do autor; é a partir de uma nova posição do autor que ele recortará em tudo aquilo que ele teria podido dizer, em tudo aquilo que ele diz todos os dias, a todo o instante, o perfil oscilante da sua obra (FOUCAULT, 1971, p.8).

No jornal *A Imprensa* é comum encontrarmos discursos críticos em relação à política local, ao desenvolvimento educacional e à educação da infância pobre, mas na sua grande maioria, não são explicitados os nomes dos autores das matérias, embora entendamos que estes discursos representem o pensamento e a posição dos redatores do jornal. Entrementes, esta pesquisa não trata de investigar o discurso como produto de uma origem conhecida, de um autor que seria fonte de sentido e de significado. Mas, de determinar o silêncio de um discurso como manifestação de poderes que atuam na instância do discurso enquanto acontecimento. Um empreendimento que procura mostrar

¹² Em “Novas reflexões referentes ao normal e ao patológico” – texto privilegiado por Foucault em *Vigiar e punir*, especifica o normal social, distinguindo-o do normal vital. Enquanto a exigência das normas do organismo é interna e imanente à própria possibilidade de vida, a normalização que se estabelece na sociedade deve-se a uma escolha e a uma decisão exterior aos objetos normalizados, trata-se da exigência coletiva de uma estrutura social e histórica (FOUCAULT, 2002).

as forças externas que atuam sobre os discursos e o legitimam como verdades que neles se manifestam (YAZBEK, 2012).

No que tange à perspectiva genealógica e, para ficarmos no nível da existência das palavras, das coisas ditas, trabalhamos com o próprio discurso, deixando-o aparecer na complexidade que lhe é peculiar (FISCHER, 2001). Assim, a análise dos discursos sobre a infância possui um viés político, manifestando e produzindo poder, com subsídios importantes para a compreensão das relações no âmbito da educação da infância pobre parahybana, observando os processos de constituição da subjetividade da infância. Os discursos como instrumentos de poder, em exercício, nos possibilitaram ver o que foi produzido por eles, não decodificando os discursos, mas trabalhando com suas relações históricas e com as práticas que estão vivas no mesmo (FISCHER, 2001).

Os discursos que aparecem no jornal *A Imprensa* representam, de forma significativa, o contexto da época, pois os enunciados referem-se a uma infância necessitada de instrução, de proteção, de assistência, de educação moral, higiênica e de uma escola ideal para o seu desenvolvimento intelectual. Na Parahyba, os discursos que foram formulados pelos redatores do jornal *A Imprensa* estavam sob a ótica do ideário de progresso para educar a infância, buscando a formação de um indivíduo cordato e de boas maneiras para a sociedade. Como expressa o discurso:

*As crianças devem saldar as pessoas distintas, aos professores e senhoras conhecidas que encontrar, que ellas não se negarão a corresponder. Não devem empurrar ninguém nem cortar o passo aos transeuntes. Não escrever nas paredes e portas coisa alguma. Nunca atirar pedras. Não atirar cascas de fructas no chão, o que póde ser motivo de desastres gravíssimos. Nunca fitar de proposito os olhos sobre pessoas aleijadas ou rir-se de algum defeito physico do próximo. Dispensar atenções especiais para com os estrangeiros. Em toda parte nunca se esquecer do faça o favor nem do muito obrigado. Sempre cuidar dos próprios negócios (NORMAS PARA A INFANCIA. Jornal *A Imprensa* n 67, 27 de abril de 1914, p.1, grifo nosso).*

Os discursos sobre a infância forjavam normas de condutas e ditavam comportamentos “adequados” detalhando normas de comportamentos padrões, que deveriam ser cumpridos para encontrar subsídios que auxiliassem na constituição de uma imagem da infância “perfeita”, segundo as concepções da Igreja católica e ao modelo ideal de infância pensado por intelectuais da época. Desse modo, a compreensão da educação da infância analisada nessa pesquisa refere-se à uma visibilidade dos diversos espaços da sociedade parahybana, onde as práticas educativas estavam ligadas à vontade de formar cidadãos “normais”, emoldurados ao ideal de construção da sociedade republicana, através de normas para educação escolar e familiar.

Nesta análise, iremos destacar a especificidade de cada discurso, as manifestações dos dirigentes políticos, educadores, religiosos e intelectuais, quanto às concepções sobre a infância e quanto às relações de poder que se cruzavam, pois este é um modo de fazer história, lançando um olhar crítico a todas as formas de sujeição a que a infância estava submetida. As relações presentes nos discursos “o poder jamais se exerce de um lado só, mas em ambos os lados há agentes e sempre há espaço para respostas, revoltas, reações, efeitos, pois o poder só se exerce sobre homens livres” (FOUCAULT, 1979). Estas manifestações do poder podem ser vistas, na forma inflamada dos discursos, nas palavras de indagação e nas revoltas expressas, marcando uma época da Parahyba durante a Primeira República e envolvendo a infância em espaços de prioridade na questão da proteção. Assim, a circulação de ideias sobre questões pertinentes à infância tinham vital importância para a consolidação de ações sociais no sentido de proteção, educação e de formação moral da infância, anunciados no jornal:

Quando recolhemos um pequeno sêr, atirado sósinho na tumultuosa massa das falsidades sociaes, victimas de paes indignos ou de taras profundas, não é a ele que nós protegemos, são as pessoas honestas que defendemos; quando tentamos resistituir á saúde physica e moral de sêres decadentes e fracos, ameaçados pela contaminação do crime, é a própria sociedade que defendemos contra agressões, das quaes, para ella própria, o abandono das creanças constitui uma ameaça ou um perigo (MONCORVO FILHO. Em torno do Berço: Conferencia Medico-Social, Jornal *A Imprensa* n 89, 16 de julho de 1914, p. 1).

O discurso acima expressa uma preocupação com a sociedade que estava ameaçada pelo abandono da infância pobre, largada nas ruas, vítima do crime, das doenças e da sociedade. A solução apresentada nos discursos é a formação do sujeito infantil através da escola como um aparato da educação, entrelaçado às práticas do poder e a microfísica do poder, que conquistavam espaços e formulavam verdades, construíam normas que influenciavam na percepção do cotidiano (FOUCAULT, 2004).

A análise na perspectiva genealógica nos leva a observar as relações entre a infância e as elites políticas e intelectuais da sociedade parahybana, e as práticas educativas desenvolvidas e reguladoras, que tinham ingerência na vida da infância, pois influenciavam de uma maneira ou de outra, na formação social da infância, através de discursos de dominação. Os discursos pronunciados pelo jornal *A Imprensa*, trazem a educação como um meio de progresso para a pátria, ou seja,

A instrucção da infância e da mocidade nos tempos presentes tem sido o grande problema de acurado estudo sensato, que deseja ardentemente o progresso de

sua pátria e a felicidade futura de seus conscidadãos. Não há duvida que a sociedade, na actualidade, procura desviar-se dos princípios são da verdadeira liberdade que garante o futuro de nossa querida pátria (A INSTRUÇÃO. Jornal *A Imprensa* n 2, 09 de janeiro de 1913, p. 2).

Durante as primeiras décadas do século XX, os discursos sobre a educação da infância produziram uma ideia de crise moral, adquirindo grande circularidade nos meios políticos e educacionais, lançando ideias e sentidos sobre as infâncias, acoplados a projetos de governo para a população. Trata-se da manifestação tecnológica do poder corretivo e saneador da educação, pois os sentidos produzidos pelos sujeitos tomavam, como ponto de partida, os elementos que faziam parte da rede de condições de produção do discurso, seja uma ruptura, um acontecimento ou uma descontinuidade no campo do poder.

Sob esta análise o discurso é apresentado não apenas com um sentido ou uma verdade, mas é construído dentro de um contexto, que tem suas regras de aparecimento e jamais se desvincula das questões de poder (FOUCAULT, 1996). Quanto aos sujeitos dos discursos da infância, trata-se de professores, intelectuais, políticos, padres e outros indivíduos dentro e fora da escola. Esses indivíduos faziam parte de um sistema de poder que ultrapassava os muros da escola e determinavam, entre outras ações, a conduta intelectual, moral e higiênica da infância pobre parahybana. Os discursos trazem fragmentos, ideias e conceitos, onde entendemos o porquê das lutas que se travavam, e das rupturas no reconhecimento, e na construção histórica da infância. Assim, com a leitura genealógica, observamos que as práticas e os conceitos sobre a infância são maquinados a partir de relações de poder que constituíram inúmeros saberes (FISCHER, 2001).

Esta análise também nos proporciona a possibilidade de interrogarmos o que foi efetivamente dito, sem a intencionalidade de fazermos interpretações reveladoras de verdades e sentidos ocultos. Trata-se de mapear os enunciados nas diferentes cenas, ponderando as relações sugeridas, isto significa investigarmos sobre as posições necessárias ao falante, para que ele possa ser sujeito do enunciado (FISCHER, 2001). As informações disponibilizadas pelo o jornal *A Imprensa* nos oferece uma leitura da sociedade parahybana da época, possibilitando uma leitura das práticas educacionais voltadas a infância pobre, com a finalidade não é fazer uma história sobre uma prática em si, mas, estudar as práticas discursivas da infância olhando de fora e descobrindo os regimes que a constituíram (VEIGA-NETO, 2007).

O jornal *A Imprensa* focalizava vários elementos relacionados à infância, todos buscando um aperfeiçoamento do sujeito infantil por intermédio da educação, do discurso moral, no âmbito do processo civilizador. A formação discursiva da infância parahybana, nos anos de 1912 a 1922, envolveu uma preocupação em conhecer o que tornou possível e foi aceito como verdadeiro nos discursos de valor em torno da infância parahybana na Primeira República, segundo um determinado “regime de verdade”, cujo sentido encontramos em Foucault:

Os tipos de discurso que a sociedade acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro [...]. A ‘verdade’ é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos: universidades, exército, escritura e meios de comunicação (FOUCAULT, 1979, p. 12,13).

Os discursos sobre a educação da infância pobre foram consolidados historicamente com uma configuração de “verdade¹³” e, embora tenham suas irregularidades, circulavam no cenário paraibano da época com a ideia de uma infância que precisava ser instruída, dócil e disciplinada. Esses discursos eram constituídos de instruções, orientações e verdades que tencionavam e expressavam um saber influente e uma veracidade que exercia poder sobre seus leitores. Como afirma Foucault (1996) os discursos são práticas que formam, sistematicamente, os objetos de que falam, é uma reverberação de uma verdade nascendo diante de nossos próprios olhos.

Os discursos voltados à infância produziram verdades como: a importância da higiene na vida das crianças e a formação moral e social da infância como responsabilidade da escola e da família. Essas verdades se consolidaram em espaços como os jornais impressos, o rádio e a própria escola, que se constituía um dos principais veículos de consolidação para determinar o que pensar e como pensar, o que poderia ser dito e como ser dito.

Do mesmo modo, as relações de poder e de verdade que constituem e atravessam os discursos sobre a infância pobre parahybana, delinearam práticas sociais nas relações com os sujeitos envolvidos, configurando-se como mensageiros autorizados a falar em nome daqueles que tinham o encargo de dizer o que funcionava como verdadeiro, que

¹³ Trata-se de pensar as verdades que o indivíduo atribui e reconhece em si mesmo a fim se constituir como sujeito (FOUCAULT, 2007, p. 11).

conceitos gozavam da legitimidade e como eram socialmente validados (QUEIROGA, 2010). Portanto, adotando a compreensão do discurso como uma rede de lutas e disputas de poder-saber, buscamos analisar nesses discursos as tensões entre indivíduos e grupos, como exemplo nas campanhas desenvolvidas por médicos higienistas e sanitaristas.

Outro ponto importante para esta pesquisa, é a noção de biopoder¹⁴, que será fundamental na análise desses discursos, pois, buscamos compreendê-lo, como uma estratégia de uns sobre outros, como normalmente se vê nas análises sociológicas. Embora não negue a existência deste tipo de poder, é preferível percebermos a noção de biopoder nas relações da vida social influenciadas por micropolíticas.

Desse modo, o poder dos discursos sobre a infância pobre parahybana será compreendida e descrita como um processo relacional construído no contexto específico da Parahyba na Primeira República, parcialmente identificável através da polissemia expressa no jornal *A Imprensa*. Nesses discursos, observamos a operação de lutas entre o poder e a resistência, uma luta pela imposição de sentidos e de normas na infância, o que significa analisar a regularidade nas relações entre os objetos, entre os ditos enunciativos, entre os conceitos e as estratégias que possibilitaram a passagem da dispersão à regularidade.

Assim sendo, a análise dos discursos sobre a educação da infância pobre parahybana, trata das condições de existência dos enunciados da época, tematizando sua relação entre a verdade sobre a infância e os saberes que circulavam, averiguando as descontinuidades, a multiplicidade e as rupturas. A análise que nos ajuda a delinear o papel da infância, enquanto objeto de um saber e de um poder instituído nos discursos do jornal *A Imprensa*, que foi um dispositivo eficiente para os propósitos de disseminação da educação que se queria dar a infância.

1.2.2. Historicizando o jornal *A Imprensa*

O Jornal *A Imprensa*, selecionado e catalogado para esta pesquisa, é uma fonte de informação e memória que fez parte do sistema político, social, cultural e religioso da Parahyba nos anos de 1912 a 1922, foi estudado com bastante atenção observando sua intencionalidade e suas pretensões discursivas. Foi escrito por padres, médicos e outros

¹⁴ O biopoder é um processo que opera lutas contínuas e confrontos que podem mudar, fortalecer ou reverter à polaridade entre poder e resistência (FOUCAULT, 1999).

intelectuais da época, aqui entendidos no mais amplo sentido, que abarca um número vasto de ocupações, pertencentes às elites (TRAVANCAS, 2001), a exemplo de padres e religiosos, professores, escritores e outros.

O jornal *A Imprensa*, teve na sua primeira fase o subtítulo, Órgão Hebdomadário¹⁵ Doutrinário e Noticioso, fundado em 27 de maio de 1897, por Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques, primeiro Bispo e primeiro Arcebispo da Parahyba. A criação do jornal *A Imprensa*, visava apreender as linhas dos discursos religiosos oficiais, identificando seus principais temas com os discursos que envolviam os dogmas da Igreja. Com a implantação da Diocese da Parahyba, foi criado este jornal para fortalecer o vínculo de comunicação da igreja com o povo, como estratégia de ação para a romanização da Igreja. Na verdade, o jornal foi criado para ser o porta-voz dos interesses confessionais católicos e, também, para atender aos interesses da oligarquia agrária, que era o grupo social com maior representação no clero parahybano.

Na Primeira República os jornais católicos tinham como missão situar-se muito além da tarefa de informar os leitores, eram vistos como um meio de reverter o quadro de secularização da vida humana, difundindo e defendendo os ideais restauradores de ordem e apego às autoridades religiosas. A imprensa fazia parte da estratégia da Igreja Católica tanto no sentido de pressionar o poder civil, quanto de mobilizar a opinião pública, como cita o discurso do jornal *A Imprensa*:

O jornal em nossos tempos, difere bastante daquilo que eram os jornaes antigos. Não somos se por um fenômeno de aptidão mental ou se prurido de tudo fazer ás pressas, o comum dos homens, quer que o jornal moderno, seja uma fonte de informações segura, ao mesmo passo comum o Kaleidoscopio social que passa a ser rapidamente apreciado, e rapidamente tudo transmita aos olhos ávidos e avançados do leitor (CONVEM DIZER. Jornal *A Imprensa* n 2, 19 de agosto de 1912, p. 1).

Nas primeiras décadas da República, os jornais católicos procuravam manter qualidade na impressão e na escolha das matérias, com a finalidade de aproximar as classes sociais mais privilegiadas da igreja. O jornal circulava nos meios da sociedade objetivando formar novos adeptos do catolicismo e renovar a igreja institucionalmente, através do enquadramento de intelectuais. Embora alguns autores católicos ainda

¹⁵ Hebdomadário se refere a um jornal ou periódico cuja publicação ocorre uma vez por semana. Na História religiosa se refere aquele que nos mosteiros e nos cabidos tinha um ofício a cumprir semanalmente, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 200 - 2013, < disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/hebdomad%C3%A1rio> [consultado em 30-09-2015].

preservassem suas posições atreladas à defesa de uma visão de mundo cristão, onde a classe privilegiada era tida como materialistas e céticas, marcadas por uma espécie de descristianização (GUIMARÃES, 2011). Pois, como expressa o próprio jornal:

Considerando-se que a sociedade se encontrava em um período de incredulidade quanto aos princípios que tutelavam a moral, a justiça e o direito, cabia á imprensa, orientada e criteriosa, revitaliza-la através da educação, mas não pelo o ensino puro da Igreja no seu transcendentalismo sublimme, também pelo o ensino e pela imprensa (JORNAL A IMPRENSA n 15, 04 de outubro de 1912, p. 2).

Devido a instauração do regime republicano no Brasil e a consequente separação entre Igreja e Estado, o processo de romanização se intensificou. Com a proclamação da República, a vertente anticlerical do liberalismo foi retomada com o estabelecimento da liberdade religiosa e, consequentemente, a destituição do catolicismo como religião oficial do Estado. Os ideais republicanos eram temas criticados no periodismo católico, porque reivindicava mais espaço no sistema vigente e o fim do laicismo. Segundo o jornal, com a mudança de postura da República frente à religião, houve uma “degeneração moral causadas pelo afastamento do catolicismo”, esse afastamento era sinônimo de novas ideias, pensados a partir das propostas de nação. Outro tema que foi alvo de críticas foi a liberdade de imprensa, considerada pela imprensa católica como a maior destruidora dos valores cristãos como a família.

Na Parahyba, é possível observarmos nos jornais um verdadeiro duelo de lutas, principalmente entre os jornais *O Republicano* e *O Comercio*¹⁶, que eram jornais que defendiam os ideais republicanos, e o jornal *A Imprensa*, que defendia veementemente a causa católica. O jornal *O Comércio* desenvolveu uma campanha anticlerical, onde seus redatores passaram a publicar escândalos que envolviam os padres parahybanos e consideravam D. Aduato um “grande capitalista”, um “rico latifundiário”, um “financista hábil que mal disfarçava a sua avidez de ouro”. Por outro lado, o jornal *A Imprensa* reagiu, veementemente, às acusações e instruiu os leitores católicos a respeito das “seitas” condenadas pela igreja, principalmente sobre a maçonaria e os seus intuitos.

¹⁶ O jornal *O Comércio*, fundado por Arthur Aquilles, ao lado de Leonardo Smith, Antônio Bernardino dos Santos, José de Borba, Antônio Lyra e Coriolano de Medeiros (o gerente). Eram colaboradores figuras como Orris Soares, Oscar Soares, Neves Júnior, Álvaro de Carvalho, Augusto Belmont, Affonso Gouveia, Clemente Rosas, Ignácio Toscano e Francisco P. Carneiro da Cunha. O *Comércio* foi empastelado na noite de 28 de julho de 1904, juntamente com o também anticlerical *O Combate*. Em outubro de 1904, esse jornal reapareceu e desapareceu, definitivamente, em março de 1905 (ARAÚJO, 1985, p. 46.)

Por esta causa, a igreja lutava e considerava a imprensa católica a melhor forma de disseminação de tais valores como: a família, as tradições religiosas e outras. Esta imprensa encontrando-se bem situada na Parahyba com dois jornais sob a direção do clero diocesano: *A Imprensa*, com sede na capital parahybana, e o *Oito de Setembro* com sede na capital norte-riograndense. Havia ainda outros dois jornais sob a direção de leigos: *A Verdade* e a *Voz da Mocidade*. Quanto à manutenção da imprensa católica na Parahyba, o jornal destaca que era “dever de todos os catholicos sustentar, conforme suas posses, a bôa imprensa, avigorar, na medida de suas forças, o jornalismo catlholico. A cruzada moderna não é já como a da meia idade, mas doutra espécie: é o apostalado da imprensa” (LULA, Mello. *A Moral no Ensino. Jornal A Imprensa*, n. 19, 1917, p.7).

O jornalismo católico desenvolveu-se na Parahyba durante a Primeira República, através de órgãos oficiais da igreja e outros através da colaboração de jovens católicos. Estes periódicos circularam da seguinte forma:

Quadro I – Periódicos Católicos e anos de circulação na Primeira República

Periódico católicos	Anos de circulação	Órgãos responsáveis
A Imprensa	1897 a 1903 e de 1912 a 1968	Diocese da Parahyba
Oito de Setembro	1897 a 1902	Diocese Norte – Rio-grandense
A Verdade	Poucos meses no ano de 1900	Não tinha órgão reponsável ¹⁷
Voz da Mocidade	1904 a 1905	Não tinha órgão responsável ¹⁸

Fonte: Ferreira, Lucia de Fátima Guerra. Igreja e Romanização: A implantação da Diocese da Paraíba (1894-1910). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo/USP, 1994. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Parahyba (2014).

O jornal *A Imprensa* possuía sua própria tipografia, situada na capital parahybana, João Pessoa¹⁹, no qual outros jornais e livros eram impressos, contribuindo com as práticas culturais editoriais da Parahyba. A gráfica também fazia trabalhos extras para outras instituições, como a impressão do jornal *O Combate*²⁰, embora este contrato tivesse

¹⁷ Este jornal era religioso e literário e não tinha um órgão responsável.

¹⁸ Este jornal foi criado por uma juventude católica independente da igreja, não estava ligado a nenhum órgão.

¹⁹ A capital parahybana era conhecida como Cidade da Parahyba desde de 1654, logo após a saída dos holandeses e o retorno do domínio português, a cidade tomou o nome original da capitania (Parahyba), que viria a ser também o nome da província e finalmente do estado. No ano de **1930**, recebeu o nome de João Pessoa em 04 de setembro de 1930. Foi uma homenagem prestada a João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, o então Presidente do Estado da Paraíba, morto na revolução de 1930 (FERREIRA, 1994).

²⁰ O jornal *O Combate* foi criado em 1902, sem vinculação religiosa, foi um órgão da mocidade republicana que funcionou de 1902 a 1905 (FERREIRA, 1994).

apenas um ano, pois o jornal criticava bastante o governo do estado e os editores do jornal *A Imprensa* não desejavam colaborar com tais críticas.

A prática jornalística, sendo um registro e instrumento de luta ideológica, foi considerada um dos elementos essenciais para a compreensão da polêmica igreja versus liberalismo. Ressaltando, contudo, que a ação da Igreja era ambígua e contraditória, utilizando, por um lado, um discurso antimodernista, tradicionalista e, por outro, lançando mão dos avanços do mundo moderno e atualizando-se.

A edição do jornalismo católico na Parahyba, possuía uma equipe pequena, com poucos colaboradores e poucos redatores, um exemplo disso, está no jornal *Oito de Setembro* que foi editado praticamente pelo o Pe. João Maria Cavalcante de Brito e os jornais *A Verdade* e a *Voz da Mocidade*, editados por jovens católicos da capital parahybana. Já o jornal *A Imprensa* contava com vários colaboradores e vigários. A redação do jornal possuía correspondentes distribuídos em 15 centros municipais, esses correspondentes eram constituídos de padres, cônegos, coronéis, professores, majores, capitães e promotores engajados na produção literária do jornal (COSTA, 2011). O seu jornal fundado foi Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques (foto abaixo), nascido em Areia, no Brejo da Parahyba, no dia 30 de agosto de 1855, seus pais eram o Coronel Idelfonsiano de Miranda Henriques e Laurinda Esmeralda de Sá de Miranda Henriques, proprietários do engenho Buraco, durante o Império. Sua família integrava a direção do Partido Liberal no município, foi filho, neto e bisneto de senhores de engenho, o que deixou marcas profundas na sua personalidade (FERREIRA, 1994, p.63).

Figura I – Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques



Fonte: Disponível em: coisasdecajazeiras.com.br

Dom Adauto foi alfabetizado por sua mãe e, aos 10 anos foi despertado para a vocação sacerdotal. Frequentou a escola primária de Areia e com 17 anos iniciou seus estudos em latim, estudou até os dezenove anos em Areia, quando partiu para a Europa.

Fez o Curso Superior em Teologia e o doutorado em Direito Canônico no Colégio Pio Latino-Americano, em Roma (1877/82). [...] Ordenou-se presbítero em 1880. Ao retornar ao Brasil, em 1882. Ingressou como professor no Seminário de Olinda, onde permaneceu até 1894, quando assumiu o bispado da Paraíba. Sua sagração episcopal ocorreu na capela do Colégio Pio Latino-Americano, em Roma, em 7 de janeiro de 1894, e a posse, na Paraíba, em 4 de março do mesmo ano (FERREIRA, 1994, P. 64).

Dom Adauto foi bispo e arcebispo, durante o período de 1894-1935 e faleceu em 15 de agosto de 1935, na capital da Parahyba do Norte, e está sepultado na Catedral Basílica de Nossa Senhora das Neves. Sua liderança junto à igreja foi marcada por posições severas, defendendo o que considerava bons costumes, foi vigilante, persistente, venceu resistências, consolidando-se como autoridade entre os sacerdotes parahybanos, tornando o clero local um celeiro de bispos. A versão do jornal *A Imprensa* sobre Dom Adauto afirma:

E' verdadeiro homem de acção, dá acção perseverante, inamolgável, fecunda, inspirada pela Fé, tem se revelado D. Adauto. Attestam-n'o as grandes obras por S. Excia. Revma. Effectuandas, á custa de diligentes esforços e sacrifícios, em sua Diocese, atestam-n'o as galhardas e triumphaes pelejas ahi feridas, em prol da bôa causa, atestam-n'o as suas pastoraes, sempre instructivas, sem eloquentes, sempre notáveis, sobretudo pela nobre pugnacidade com que arremetem contra o erro, a hypocrisia, a maldade (HOMENAGEM DA IMPRENSA. Jornal *A Imprensa* n 1, 30 de agosto de 1915, p. 3).

O jornal *A Imprensa* teve como primeiro redator-chefe o Pe. José Tomaz, que trabalhava em conjunto com outro religioso, o Pe. Manoel Paiva. Como diretores do jornal cita-se Mauro Coêlho (1932/1933), período em que o jornal passou a fazer a cobertura de todo Estado, alcançando também outros recantos do país, trazendo notícias variadas e técnicas para a época.

Sob a direção de Mauro Coêlho (1933 -1948), a partir do dia 27 de agosto de 1933, o jornal cresceu junto ao público, mas em 1942, após 45 anos de vida, mas foi fechado por Rui Carneiro através do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, por motivos superiores, não de natureza econômica, mas de ordem moral e política (ARAÚJO, 1986).

Após a redemocratização do país, a partir de 1946, o jornal *A Imprensa* reabriu novamente suas portas, sob a direção do Monsenhor Odilon Pedrosa, jornalista egresso da imprensa pernambucana que dirigiu o jornal até o ano de 1964. Em 1965 o jornal

ganhou um novo diretor, o Pe. Luiz Gonzaga de Oliveira que dirigiu o jornal de 1965 a 1968, período em que o jornal voltou a ser editado semanalmente como no início da sua existência, mas esta fase não durou muito e o jornal deixou de circular nos finais de 1967 e início de 1968, por falta de recursos econômicos²¹.

O jornal *A Imprensa* é um periódico bastante diversificado com várias possibilidades de leitura, desde o noticiário, a publicação de telegramas importantes, resenhas, cartas pastorais e os principais fatos políticos nacionais e da região. Embora a ênfase maior estivesse voltada às atividades religiosas da Igreja Católica, o jornal também demonstrava interesse em atender à população parahybana, como expressa em um dos seus exemplares:

[...] Vencidas muitas dificuldades que, entre nós, se acastellam toda vez que se trata da criação de um jornal alheio a partidos políticos, reaparece a —Imprensa sem prurido de novidades para continuar o seu modesto curso, enterrompido ha alguns anos por motivos justificaveis. A família e sua organização, o operamido e seus interesses, o povo e os seus deveres, direitos e liberdades, a moral, a lei, a religião e seus princípios, em summa, a educação social esta a reclamar incessantemente maior somma de esforços dos que podem amparada e defendel-la. A ordem e o respeito às instituições de utilidade publica e ao sagrado principio da authoridade, desconhecidos por uns, desprezados por outros. [...] a patria, que não é só o logar, o sitio onde nascemos, é também o lar, a família, a lingua que herdamos de nossos paes, a religião que professamos [...]. Tudo isso se nos aparece como um dever de primeira monta para o jornal catholico, dever que desejariamos cumprir por amor a Deus e a pátria tanto podessem as nossas forças. (CONVEM DIZER. Jornal *A Imprensa* n 23, 19 de Agosto de 1912, p. 1).

O jornal *A Imprensa* também tinha um cunho político, trazendo nos seus exemplares notícias e artigos voltados à vida econômica do Estado da Parahyba. O jornal propagava conhecimentos e uma troca mútua e rápida de notícias para a sociedade parahybana como descobertas e invenções, sinais da modernidade e uma diversidade rica de artigos e seções relevantes para esta pesquisa.

O jornal evidenciava, frequentemente, informações para que o Estado da Parahyba alcançasse a prosperidade econômica mediante a difusão das luzes e adoção de novos hábitos, como afirma seus redatores. Pode ser considerado um instrumento de poder e governo da população, tendo em vista manipular a política através das mãos dos redatores e em prol dos interesses católicos. Seus redatores falavam em nome do povo,

²¹ As Informações sobre o jornal *A Imprensa* foram colhidas no Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP), nos livros da autora paraibana Fátima Araújo e no próprio jornal.

mas propagavam as aspirações da igreja divulgando as ideias políticas de seu interesse para dominar seus leitores, como expressa o discurso:

Cremos expressar o sentir e aspirações dos catholicos brasileiros, dizendo que para três pontos se devem dirigir nossa atenção e esforços de todos, afim de que este anno seja abundante e rico em boas obras e atividades, em prol da boa causa que defendemos, e são: a imprensa, as eleições, e o ensino religioso nas escolas. A Imprensa hoje tem primazia entre todas as obras de atividade catholica. Ella é que dará vida e expansão grande a todas as obras e trabalhos. [...] Desinteressar-se também da política, de voto e eleições foi da parte dos catholicos um grande erro um grande mal para a Igreja; porque deixou nas mãos dos adversários uma arma terrivel de perseguição, como foi o forjar leis ímpias, espoliar e roubar os bens eclesiásticos, expulsar os religiosos, confiar o governo á gente indigna, banir o ensino catholico das escolas e mil outras perversidades, que seria longo enumerar (JORNAL A IMPRENSA, 30 de janeiro de 1913, grifos do jornal).

Este periódico teve uma boa aceitação por parte da opinião pública, trazendo em seus editoriais peças opinativas e também reportagens interpretativas bastante recheadas. Nos anos de 1912 a 1922, um dos seus principais colunistas foi o cônego Pedro Anísio, que desenvolveu nas páginas do jornal uma série de artigos intitulados “*A Infância Culpada*”, de suma importância para nossa pesquisa. O cônego assumiu a função de capelão de várias igrejas na cidade de João Pessoa, foi vigário da Catedral Nossa Senhora das Neves; Cura da Sé; Diretor Espiritual do Seminário, de 1916 a 1917 e do Colégio Pio X, em 1918.

O cônego Pedro Anísio²² lecionou Latim e Teologia Dogmática no Seminário da Parahyba, até 1945. Lecionou, ainda, nos Colégios Pio X, Liceu Parahybano e Escola Normal, tendo sido o primeiro Diretor do Departamento de Educação do Estado, criado em 1935, pelo Governador Argemiro de Figueiredo. Atuou na imprensa, ficando conhecido como um jornalista polêmico e combativo, "defensor de causas nobres"; foi redator e diretor do jornal *A Imprensa*, sendo destacado pelo papel relevante para sociedade parahybana na década de 20 e princípios de 30 (ARAÚJO, 1986). Os principais articulistas e cronistas do jornal *A Imprensa*, na década pesquisada, foram: Batista Leite, Eliseu Lira, Paula Cintra, Clodoaldo de Oliveira, Luiz Delgado, Padre José Delgado e outros (ARAÚJO, 1986).

Devido a postura conservadora da Igreja, o jornal *A Imprensa* despertou a ira de alguns políticos, o que resultou na interrupção de sua circulação por alguns anos, entrando

²² O Cônego Pedro Anísio é autor da grande maioria dos discursos morais ligados a infância, no jornal *A Imprensa*, durante a década estuda. O jornal traz duas matérias divididas em várias partes que tem como títulos: “*A Infância Culpada*” e “*A Moral no ensino*”.

em colapso, por falta de recursos, falta de apoio e muitas pressões políticas. Na década de 60 o jornal deixou definitivamente de ser editado. Hoje, encontra-se arquivado no Instituto Histórico e Geográfico da Parahyba – IHGP, alguns exemplares na Fundação Casa José Américo, e todos as suas coleções no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Parahyba.

Na sua segunda fase de edição, o jornal *A Imprensa* teve algumas variações semanais na sua publicação, que passou de semanal, para ser publicado duas vezes por semana em alguns anos da década de 1912 a 1922, conforme ilustra o quadro a seguir:

Quadro II – Número de publicação por ano do jornal *A Imprensa* (1912 -1922)

Ano da Publicação	Número de revistas publicadas por semana	Dias da Semana
1912	2	Segunda-feira e quinta-feira
1913	2	Segunda-feira e quinta-feira
1914	2	Segunda-feira e Quinta-feira
1915	1	Quinta-feira
1916	1	Quinta-feira
1917	2	Quarta-feira e Quinta-feira
1918	1	Domingo
1919	1	Domingo
1920	1	Domingo
1921	1	Domingo
1922	1	Domingo

Fonte: Jornal *A Imprensa* (1912 – 1922). Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Parahyba

Ao utilizarmos o jornal *A Imprensa* como fonte de pesquisa, iremos trazer à baila diferentes vozes que testemunharam a educação da infância pobre na Parahyba, as quais, produziram verdades, envolvendo um caráter político, veiculado pelos mecanismos de poder para alcançar a sociedade da época. Uma história contada por sujeitos que construíram um retrato do seu tempo, possibilitando-nos diversos olhares sobre a educação da infância pobre parahybana.

CAPÍTULO II

“DA MATERIA BRUTA É QUE SE FAZ OBRA DE LOUVOR”: A ESCOLARIZAÇÃO E A ASSISTÊNCIA A INFÂNCIA POBRE PARAHYBANA

Inutil trazer para aqui os algarismos. elles são bem conhecidos e os reformatórios e escolas de correção que nunca faltam nos centros civilizados corroboram o nosso asserto. Esses míseros que frequentam os magotos, a enxovia, que zombam dos conselhos, das penas e dos castigos reincindindo susceptíveis de emenda. Eduquemol-os, transplantemol-os para outro meio, venham os Lycêos de antes e officios, as colônias agrícolas e casas de correções: *da matéria bruta é que se faz obra de louvor* (ANISIO, Pedro, Infancia Culpada III, Jornal *A Imprensa* n 25, 15 de fevereiro de 1917, p. 1, grifo nosso).

Neste capítulo, o nosso interesse está em trazer as ideias que envolvem a escolarização e a assistência à infância pobre parahybana nos anos de 1912 a 1922, como relata o discurso acima, a ideia de educar para civilizar e disciplinar os “míseros que frequentam os magotos”, ou seja, as crianças pobres que viviam abandonadas nas ruas, perambulando pela cidade, esse era o público de que fala a preleção. O discurso cita os reformatórios, as escolas, as casas de correção e os Liceus que existiam nos centros das grandes cidades com o objetivo de disciplinar, educar e retirar das ruas a infância pobre abandonada.

A ideia de educar a infância, mormente pobre, para civilizar a sociedade, é pauta recorrente nas páginas do jornal *A Imprensa* na década pesquisada. Educar, no sentido de moldar comportamentos e hábitos da infância, significava um esforço em transpor os conhecimentos para utilização e transmissão em outros espaços sociais da comunidade e da vida cotidiana dos sujeitos infantis. Esse período foi marcado por novas ideias educacionais, onde a escolarização deixava de ser vista como elemento de mera instrução para se tornar uma fonte de educação, produtora de novos referenciais sociais, que extrapolavam os muros da escola. Os discursos trazem a escola como produtora do saber, que buscava formar novas gerações, postulando a necessidade de intervenção no espaço público e no espaço privado da casa.

Sob esse aspecto, neste capítulo abordamos sobre a emergência da preocupação social com a infância pobre, destacando as questões sociais como projetos de governo, que incidiram diretamente na vida da infância pobre, observando o que funcionava como ferramentas para pensarmos no sentido macro sobre infância no Brasil e na Parahyba. No segundo momento, abordamos a questão da escolarização da infância pobre parahybana,

pensada como necessidade e possibilidade para instrução e preparo dos novos sujeitos da sociedade moderna. Ainda neste tópico, traremos a discursão dos prédios escolares considerados verdadeiros templos do civismo, contudo, deixados ao descaso pelas autoridades governamentais. Em seguida, vamos chamar atenção para o assistencialismo como proposta educacional, ou seja, como uma forma de educar e de acomodar a infância pobre parahybana, destacando as instituições de assistência e proteção à infância pobre, especialmente o Instituto de Proteção e Assistência à Infância da Parahyba - IPAIP. Esse é o roteiro geral da reflexão proposta, como veremos a seguir.

2.1. A emergência da preocupação social com a infância

A emergência da infância implica em tomar a história como *a priori* e despedir-se de todas as demais, ou seja, entender que não há algo a ser descoberto ou desvendado sobre a infância em sua essência, em sua origem e em sua natureza. O que existe é uma história que possibilitou sua emergência como um conjunto de forças que estão em conflito, uma série de práticas, um conjunto de discursos que estão se conectando e possibilitando a produção da emergência da infância. O que pretendemos apresentar aqui é uma maneira, entre tantas outras, de contar uma história, que talvez venha a contribuir com a história da infância no Brasil. Pensar nessa emergência segundo Foucault,

[...] é a entrada em cena das forças; é sua irrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores ao palco. Cada uma com o vigor e a jovialidade que lhe é própria. [...] Ninguém é, portanto, responsável por uma emergência; ninguém pode se autoglorificar por ela; ela sempre se produz no interstício (FOUCAULT, 1999, p. 24).

A história social da infância no Brasil, refletida a partir dos ensinamentos de Foucault, é muito diferente de contar sua origem. Pressupõe-se desnaturalizar para poder mostrar que as coisas, os acontecimentos e os objetos são produtos da história. Nessa pesquisa, vamos associar o termo emergência à ideia de ações urgentes, a um problema a ser enfrentado de modo urgente, com um caráter emergencial de enfrentamento. Nesse caso, partimos das ações urgentes, como a mortalidade infantil e a situação da infância pobre abandonada, consideradas situações de enfrentamento, onde pontuaremos a escolarização e a assistência à infância como ações prioritárias e promotoras de novos referenciais sociais na Parahyba durante a década que vai de 1912 a 1922, período em que existia uma quantidade relativamente grande de crianças abandonadas nas ruas e

excluídas do direito à educação e à assistência, vivendo sujeitas a todo tipo de perigo, inclusive a morte, como observa-se no próprio jornal pesquisado:

A morte vem, muitas vezes com a sua mão mirrada, ceifar o fio da existência á muitas vidas necessárias á um véo crepuscular envolve, em suas negras dobras, o lar paterno interceptando a essa porção infeliz a penetração livre dos raios do astro da felicidade. Ali reinara, d'ora avante, a dôr constante, a afflicção e o profundo pezar. *Pobres criancinhas!* Sem forças e sem ideais, deverão a breve espaço de tempo, consumir os haveres, muita vez, diminuíssimos de um pae ou de uma mãe infortunada. E' que farão inditosos *orfhãosinhos, ainda no verdor da primeira idade?* ... Pedir, recorrerá caridade publica, á essas belas almas que concentram os mais sublimes sentimentos da Religião de Christo ou talvez a espíritos perversos, saturados da mavadez do selvagem ou da fêra? Mas quantos perigos e privações? ...As seduções, a corrupção, a escola do crime, do mal exemplo, do escandelo, da gatunagem... Quamtos lhes negarão o obulo a que tem direito por seu estado de miséria e á vista do infortúnio não lhes dirigirão mais que palavras, muitas vezes injurias e escarnecedoras de suas desgraças? Ah! Considerae bem que todos estaes sob o frio aguçado da mesma espada da infelicidade, que oscila sobre vossas cabeças e as de vossos filhos! Hoje ricos e felizes, postergaes o andrajoso pequenino que vos estende a indigente mão, para pedir o alimento e amanhã, quiçá, vos achareis em idênticas ou peires condições (INSTITUTO DE PROTECÇÃO A INFANCIA. Jornal *A Imprensa* n 28, 18 de novembro de 1912, p. 1, grifo nosso).

O discurso proferido pelo Pe. Florentino Barbosa²³ traz cenas vividas no centro da Capital parahybana, destacando a infância pobre abandonada como a grande vítima do cenário. Abandonada pelos pais, sem alimento, sujeita a todo tipo de miséria, inclusive a pessoas perversas. O discurso enfatiza a questão da mortalidade infantil, da condição da infância pobre e apresenta uma série de dificuldades como a mendigação do alimento e a exposição 'à escola do crime'. Como diz o relato, ao referir-se a infância pobre, 'aquela que vive a estender a indigente mão para pedir alimento', encontra-se exposta à corrupção, ao crime, à miséria e ao frio das noites tristes. O discurso traz à tona a exclusão social da infância pobre, culpabilizando os pais por tal situação, mas esquece de salientar que estes também faziam parte das camadas exluídas da sociedade. Em seguida, apela para o espírito solidário daqueles que viviam em situações mais privilegiadas, utilizando-se dos valores cistãos e da religião para sensibilizá-los da condição.

²³ O Cônego Florentino Barbosa Leite Ferreira, nasceu no dia 12 de Julho de 1811 e faleceu no dia 1º de Outubro de 1958, parahybano, filho de Comerciante, estudou Filosofia, Genealogia, Sociologia e História, estudou na Universidade de Gregoriana, no Pontifício Colégio Pio Latino Americano, fez Doutorado em Filosofia e foi companheiro do Pe. Pedro Anísio. Foi professor de Filosofia, Física e Química no Seminário Diocesano da Parahyba. Foi diretor do Instituto Histórico e Geográfico Parahybano e permaneceu na direção por vários anos. Escreveu vários na os livros na área de História e Filosofia e várias matérias para o jornal *A Imprensa*, sendo considerado um dos grandes redatores do jornal (disponível em: <http://www.ihgp.net/luizhugo/florentino.html>).

No início da República existia uma grande quantidade de crianças desamparadas, sem escola, sem assistência e sem saúde, necessitando das instituições de caridade e do Estado para sobreviver. A infância era percebida como um problema social que precisava ser solucionado e o receio não era apenas com o futuro da infância, mas, sobretudo, com a ordem da sociedade que os via os pequenos com maus olhos, temendo pela formação destes e pelo tipo de cidadãos que poderiam se tornar. A infância pobre era impelida a condutas impróprias como a vadiagem, a prostituição, a delinquência e a repressão policial que incidiam indiscriminadamente sobre ela, associando diretamente a infância, que ocupava as ruas, com a delinquência infantil. Na Parahyba, a assistência à infância pobre por parte dos governos se dava de forma muito tímida e o quadro que representava esse período era melancólico, voz do Pe. Florentino Barbosa:

A Mão de desventura creança vae, de onde em onde, batendo á porta do lar infeliz do irrevogavelmente efeito, que o protagonista dessas scenas, de continuo horripilantes, da miséria e das terríveis que sempre se oferecem na vida humana. Escolhe-o previamente para o desempenho dum papel tristíssimo, para cercar-se de angustias e lagrimas por todos os lados, sem lenitivo e sem socorro. Quadro terrível e melancolico que, só ao represental-o, assusta e aterroriza os mais fortes. Arremessam-se, efetivamente, de todas as bandas, as sétas envenenadas nesta resultante de todos os males reunidos, de encontro ás habitações e ás famílias de centenas de milhares de infaustos membros da família adâmica ((INSTITUTO DE PROTECÇÃO A INFANCIA. Jornal *A Imprensa* n 28, 18 de Novembro de 1912, p.1).

As cenas descritas sobre a infância pobre são muito semelhantes aos quadros narrados no período do Império. Na verdade, o problema social referente à infância pobre ainda persistia e, com a chegada da República, houve apenas uma preocupação maior com a ordem social referente à segurança pública, pois o alto número de crianças que viviam nas ruas, em situação de total abandono, ameaçava a sociedade. Então, o Estado começou a utilizar mecanismos repressivos para conter esse número, o que significa que o estado utilizou o poder da força para coibir as ações marginalizadas da infância pobre.

Os discursos do jornal *A Imprensa* endossam a ideia veiculada em outros estados brasileiros, de que uma grande parte da infância pobre se encontrava em situações de risco. Sendo assim, algumas medidas foram estabelecidas com o intuito de controlar e reprimir essa parcela da população. Uma das soluções apresentadas foi o trabalho infantil, como uma ocupação que iria colaborar com o crescimento da nação, aumentando a mão-de-obra e, conseqüentemente, tirando essa infância das ruas (RIZZINI, 1997).

Essa ideia de aumentar e qualificar a mão-de-obra veio atender uma outra expectativa que foi atender essa precariedade econômica, utilizando os serviços da infância pobre como possível solução encontrada pelos republicanos para impulsionar a economia e garantir a segurança social. Do ponto de vista de alguns políticos, essas decisões promoveriam algumas vantagens para infância pobre que seria retirada das ruas e do conviver com o crime e, ao mesmo tempo, preparada para o trabalho. As decisões passaram a merecer reflexões e desafios para a liderança política e intelectual da época, que buscava atender às expectativas do sistema capitalista.

Diante dessa lógica mercadológica, a sociedade que se pretendia moderna e evoluída, deveria preparar a infância para o trabalho, pois, essa infância era vista como o futuro da nação. A relação da infância pobre com o trabalho coincidia com os interesses do liberalismo econômico, constituindo o lado cruel do desenvolvimento, visto que a população infantil, até então, não trabalhadora, possibilitava a redução de salários. Nesse período, a infância que se encontrava nos asilos, a partir de cinco anos de idade, era recrutada para o trabalho, sob a alegação de propiciar-lhes uma ocupação mais útil e capaz de combater a vagabundagem e a criminalidade (RIZZINI, 1997).

De acordo com os ideias políticos da República, a adoção de políticas públicas compeliavam os menores ao trabalho e impedia que a sociedade fosse contagiada com os maus hábitos da infância. Dessa forma, os discursos que salientavam a importância do cuidar, proteger e educar, passaram a ser considerados como possíveis de serem moldados dentro dos padrões sociais desejados e a infância ganhou espaço na sociedade através do trabalho (FOUCAULT, 1997). Com a nova definição, surgiram estratégias mais rígidas e normas mais rigorosas que conduziram a infância sob regras e princípios morais. Na Parahyba, a normatização imposta levou a infância a se enquadrar nos novos saberes imersos em relações de poder-saber específicos e deram lugar a novos modos de subjetivação da infância, possibilitando à escola investir em novas identidades sociais (QUEIROGA, 2005).

Outras soluções apresentadas para as ações emergentes foram a construção de estabelecimentos de assistência à infância pobre e a criação de vários setores da sociedade, que buscavam preparar a infância através da escolarização profissional, para o ingresso nessa sociedade moderna, higiênica e disciplinada. No período, a infância pobre se constituiu imbricada entre o poder político e o corpo adestrado ao trabalho, delineado por mecanismos de controle para a infância e tornando-se vítimas da ação do governo (FOUCAULT, 2000).

Na Parahyba, o quadro da educação escolar nos primeiros anos da República, era bastante precária, uma vez que apenas uma pequena parcela da população tinha acesso as instituições de ensino primário. Tal modalidade se caracterizava pela coexistência de dois padrões de organização escolar: de um lado, as escolas rudimentares e elementares e, do outro, as escolas reunidas ou agrupadas e os grupos escolares. Na modalidade elementar e rudimentar foi implantado, no Estado matérias relacionadas à agricultura, uma vez que, a mesma era vista como principal fonte de riqueza do estado (PINHEIRO, 2002, p.124).

A educação escolar foi eleita como promotora da civilização, com novos referencias sociais, pensados a partir de circunstâncias definidas ao longo dos tempos e dos espaços educacionais. Na Parahyba, grande parte da população era analfabeta e, para muitos governantes e intelectuais, a ignorância era a causa de todas as crises pelas quais o país estava passando.

Para o regime republicano, a nova base de organização social referia-se à escolarização da infância, como uma das “condições essenciaes para o progresso colectivo e para manter a harmonia da sociedade” (PELA A INSTRUÇÃO. *Jornal A Imprensa*, n. 74, 16 de Julho de 1914, p. 3). Nessa condição, o poder constituído, nacional e local, tiveram um papel mais negativo que positivo, com transformações que oprimiam as pessoas e os indivíduos, com um medo que suprimia a liberdade e manipulava a vida presente nas mentalidades, que, parafraseando Foucault (2007), não passava de uma estratégia com o objetivo de esconder a verdadeira realidade do poder.

Embora muitas dessas ações tenham sido repressoras, algumas foram produtivas no sentido de conduzir o Estado da Parahyba à criação de instituições e escolas para amenizar a situação da infância e fortalecer a organização dos movimentos sociais. Esses projetos para reconstrução da nação desencadearam uma série de conflitos e caminhos alternativos para a reorganização da política do estado e para a reestruturação das relações educacionais de poder que envolviam a infância pobre.

O governo da Parahyba teve sua importância nas relações educacionais, mas os poderes ultrapassaram o nível estatal e estenderam-se a todas as instituições educacionais, escolares e assistenciais. Embora o Estado da Parahyba tenha se tornado o centro de controle, as instituições escolares, como centros de formação das massas, legitimaram seus próprios saberes e incorporaram a racionalidade capitalista ao poder, que não se restringiu apenas ao Estado, mas foi disseminado em toda sociedade (FOUCAULT, 1979).

As propostas de criação de instituições e escolas, como ações emergentes, foram tratadas como responsabilidades do Estado, e estes pareceres dos governos auxiliaram nas conquistas sociais da infância pobre. Na Parahyba, podemos destacar a criação de instituições como o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, as casas de caridade, as escolas profissionais, como a Escola de Aprendizes e Artífices, o ensino profissional primário gratuito, além de algumas escolas que objetivavam alfabetizar a infância. Essas instituições buscaram atender às ações urgentes referentes à infância pobre, indo desde os aspectos higiênicos, educacionais e profissionais.

Em nível nacional, com a intensão de investir no aspecto profissional, surgiu no país os Patronatos Agrícolas e as Escolas de Aprendizes Artífices²⁴ que foram regulamentados pelo Decreto 13.064, de 12 de junho de 1918, e estabeleciam um convênio firmado entre os Estados da República com o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Essas escolas ministravam, gratuitamente, o ensino profissional primário para a infância que se enquadrava às exigências desse novo regime. Não tinham caráter de internamento, e o aprendizado tinha a duração de quatro anos, exceto ao aluno que não conseguisse se formar nesse espaço de tempo, o qual teria ainda mais dois anos. Já os Patronatos Agrícolas²⁵ atendiam quase que exclusivamente as camadas mais empobrecidas da sociedade e tinham a finalidade de proporcionar a educação moral, física e profissional à infância pobre, que por insuficiência da capacidade de educação da família era imposta por autoridades judiciais à disposição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (PISSETI, 2000).

A nova definição de formação para a infância pobre foi pensada para atender às questões emergentes no contexto da sociedade da época, formada por estratégias e normas que conduziram a infância pobre sob preceitos e princípios de regulação para amoldar os sujeitos envolvidos. As regras impostas eram cópias dos países europeus, de onde essa modalidade de educação foi importada com ideologias da época, apoiada nas ciências modernas e consolidadas pela burguesia industrial, com o pensamento de que o progresso material seria suficiente para eliminar os males sociais.

²⁴ Nas escolas de aprendizes artífices procurava-se formar operários e contra mestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendiam aprender um ofício, havendo para isso as oficinas de trabalho manual ou mecânico que forem mais convenientes.

²⁵ Além dos menores delinquentes também não poderiam frequentar os Patronatos Agrícolas os menores que sofriam de doenças contagiosas, lesão ou qualquer deficiência orgânica que os inabilitassem aos serviços agrícolas.

A busca pela civilidade para um possível aperfeiçoamento da sociedade não foi algo específico da Parahyba e nem mesmo do Brasil. Essa expansão dos novos saberes passavam a ter um significado científico, produzindo novas formas de infância, onde a imagem dominante do povo civilizado remetia, principalmente, aos países desenvolvidos, nos quais os brasileiros procuravam se espelhar, utilizando seus modelos de civilidade, como o exemplo a seguir, retirado da folha do jornal *A Imprensa*:

A sociedade Infantil de Cortezia de Londres de acordo com o Conselho Escolar da metrópole inglesa, noticia a “Benção Divina” adoptou as seguintes regras de proceder que muitas outras escolas se apresentaram logo a adoptar com o fim de formar os seus educandos. Primeiro – ser honrado, puro e verdadeiro. Segundo – ajudar os paes e ser carinhoso com os irmãos. Terceiro – respeitar o mestre. Quarto – nao ter questões com os companheiros e quinto – saudar as pessoas que encontrar (NORMAS PARA A INFANCIA. Jornal *A Imprensa* n 67, 27 de abril de 1914, p.1).

Este discurso, como muitos outros, produzia poder e validava suas verdades, devido ao valor e reconhecimento atribuídos a quem falava. O discurso nada tinha de novo, mas tratava da ‘Sociedade Infantil de Cortezia de Londres’, portanto, deveria ser copiado, remetido ao público, sujeitado e tido como constituído de saberes e poderes tipicamente modernos. No jornal *A Imprensa* existem vários outros discursos que foram valorizados e colocados, com destaque, no jornal, apenas por se referir a uma associação europeia, apresentada como civilizada.

A partir do exposto, podemos analisar o discurso sobre “as normas da infância” destacando que existia uma reivindicação de refinamento dos costumes e uma observação cada vez mais rígida dos códigos de comportamentos, condições consideradas essenciais para se atingir a civilidade individual e, conseqüentemente, a civilização que atingia toda sociedade.

O intuito de educar a infância pobre operava com diversas formas de disseminação de valores e condutas que procuravam enquadrar a infância parahybana nos ideais da República. As práticas dirigidas à infância pobre eram concebidas a partir da visão jurídico-assistencial, com várias intervenções que foram realizadas, objetivando a criação de modelo de infância harmonizada nos elementos e moldes das nações modernas. Essas práticas estavam imersas nos diversos espaços educacionais desenvolvendo e formando uma infância amoldada às novas ciências modernas, com os fundamentos do imaginário pretendidos para a infância naquele momento histórico em que iam gradativamente sendo impostos.

Os alvos propostos pela educação a partir das questões emergentes estão expostos nos discursos do jornal *A Imprensa*, e direcionam seus fundamentos à infância, com o papel de propagar novas diretrizes, que surgiam como uma “questão de grande importância para educação da infância e para o progresso da nossa Parahyba, tornando-a grande, nobre e culta” (INSTITUTO DE BENEFICENCIA. Jornal *A Imprensa* n 26, 3 de Abril de 1913, p. 1). A imagem de uma infância escolarizada tornou-se um esteio favorável ao imaginário social de transformação em cidadãos civilizados, como sujeitos que seguiam as normas e as boas maneiras da época.

Diante dos novos conhecimentos que circulavam, os discursos produziram pressões sociais e, proclamaram soluções para os problemas educacionais, legitimando os saberes modernos que envolviam as ciências humanas e os saberes específicos da infância, a fim de inferir na configuração de novos argumentos com a finalidade de construir uma nação segundo modelos externos nacionais e internacionais. Os novos saberes envolveram a educação da infância pobre, como elementos fundamentais que abrangiam a sociedade parahybana moderna e pretendiam alcançar um novo projeto, pensado a partir dos ideais republicanos de progresso. Muitas dessas enunciações apareceram nas diversas matérias do jornal *A Imprensa*, como exemplo da declaração de Prins²⁶, citado pelo Dr. Moncorvo Filho e por Fernando de Magalhães²⁷ na Conferência Médico-Social (1914):

Nessa época, como declara Prins, tende a *igualar em direitos políticos de cidadãos desiguais*. Ella deve também igualar as possibilidades do desenvolvimento moral e intelectual de pequenos que são igues ante o destino. E deve fazel-o de modo que a ocasião de uma aproximação, que poderia ser fraternal, não constitua um risco de contaminação, como si se tratasse de uma terrível epidemia (MONCORVO FILHO, Arthur. Em Torno do Berço: Conferencia Medico-Social. Jornal *A Imprensa* n 89, 16 de julho de 1914, p.1, grifo nosso).

Discursos como o de Prins e Magalhães, na defesa por direitos iguais para todos os cidadãos, incluindo crianças, ainda não eram muito comuns no início da República, mas estudos²⁸ recentes mostram que, na República, ainda não existia uma vocação

²⁶ M. Adolph Prins famoso professor de direito penal, fundador da Escola de Defesa Social e dirigente do grupo tedesco-belga no Congresso de 1910, realizado em Bruxelas pela União de Direito Penal, afirmava que a jurisdição de menores deve possuir um caráter familiar. Citado por Magalhães na primeira parte desta passagem no discurso que proferiu no Primeiro Congresso Internacional da Proteção da Infância realizado em Bruxelas, em 1913.

²⁷ Médico higienista que defendia a configuração de uma medicina social, compreendida como o “apostolado da instrução e da saúde” (KUHLMANN, 2002:473).

²⁸ Estudos como de Patto (1999), *Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres*, mostram que a República foi resultado de uma cisão da classe dominante que se configurou ao longo do Segundo Reinado. As tensões que movimentaram o país em direção à República tiveram origem,

democrática e muitos estavam satisfeitos com o estado de coisas reinante, logo não afrontavam a classe dominante. Fernando Magalhães e Moncorvo Filho (JORNAL A IMPRENSA n 92, 16 de Julho de 1914, p.1), encaravam as tensões e os problemas sociais como uma ameaça que provinha de comportamento criminoso das classes baixas, cuja infância sofria de "defeitos profundos" ou da falta de cuidados dos pais. Essa mesma infância ao tornar-se adulta, continuava a exhibir o mesmo comportamento criminal. O povo das classes médias e altas viam seus valores, seu futuro econômico e social e de seus filhos, sendo ameaçados pela instabilidade política e social da República. O antídoto contra essa doença social que atingia a infância pobre estava em oferecer um padrão de moralidade, saúde e bem estar às camadas menos favorecidas das cidades (WADSOWORTH, 1999).

Os discursos do jornal *A Imprensa* construía, de forma enfática, o desejo de melhoria da política social se afigurando como meios imprescindíveis de viabilizar as idealizações e o progresso, especialmente no aspecto da escolarização. Essas propostas vinham de políticos e intelectuais que almejavam tornar a infância pobre apta para o processo da civilidade e inserção do novo modelo de população brasileira importada do progresso e da modernidade de outros países.

Alguns desses discursos eram traduzidos, outros codificados e outros apenas citados como referência às grandes nações desenvolvidas e tidas como exemplos de civilidade. Os enunciados do jornal *A Imprensa* eram propostas de juristas, intelectuais e legisladores, que possibilitaram a criação de leis para a infância pobre, uma temática em voga em muitos países. No Brasil, em virtude do aumento da criminalidade infantil, que vagava nas vias públicas de toda a nação, foi necessário normalizar leis que auxiliassem na educação e proteção do povo, como relata Rizzini (1997, p.64):

As leis de proteção à infância, desenvolvidas nas primeiras décadas do século XX no Brasil, também faziam parte da estratégia do educar o povo e sanear a sociedade. As leis visavam prevenir a desordem, à medida em que ofereciam suporte às famílias nos casos em que não conseguissem conter os filhos insubordinados, os quais poderiam ser entregues à tutela do Estado; e, pela suspensão do Pátrio poder, previam as possibilidades de intervir sobre a autoridade paterna, transferindo a paternidade do Estado, caso se julgasse necessário (sobretudo quando a pobreza deixava de ser “digna” e a família era definida como sendo contaminada pela imoralidade).

na quebra de unidade da classe dominante brasileira em função de mudanças econômicas que ocorreram a partir de 1850 e resultaram no exercício cindido do *poder econômico* e do *poder político*.

Um exemplo, foi a Lei nº 6.994²⁹ de 19 de junho de 1908, intitulada "Dos casos de internação"³⁰, que estabelecia providências para a infância pobre, criminosa e abandonada, reforçando a ideia já presente da existência de júris e tribunais especiais para menores. Esta lei reforçou a propagação da modernidade, dos bons costumes e do avanço da nação. Foi criada e propagada por uma camada de letrados que confiavam no poder do conhecimento para diminuir os males sociais e dar visibilidade ao novo projeto de infância. A propagação dos bons costumes tratava de impor novos hábitos culturais que educasse a infância marginalizada, a fim de se tornar cidadãos ordeiros e úteis à sociedade, ou seja, o corpo infantil tornava-se preso no interior dos que lhe impunham limitações, proibições e obrigações (FOUCAULT, 2004).

Os discursos do jornal *A Imprensa* possibilitaram a produção de uma infância enaltecida na efetivação da cultura, entendida como parte do processo de civilização, reforma e conformação dos corpos infantis, com a finalidade de se tornarem civilizados. Esses discursos construíram micro poderes presentes nas práticas culturais, com significação para a infância, perpassando todo corpo social, acarretando transformações e modificações das condutas dos sujeitos. O corpo social e a infância se consolidaram como algo fabricado, influenciado por uma coação calculada, esquadrinhada em cada função corpórea, com fins de automatização (BUJES, 2003). É assim que percebemos a infância pobre parahybana como categoria social, que foi sendo reformulada e reproduzida a partir das funções sociais impostas aos sujeitos ao longo do processo de modernização.

Por meio desse processo de transformações sociais, históricas, políticas e pedagógicas, a infância pobre foi se constituindo uma categoria normativa, com características históricas, sociais e culturais do seu tempo. Muitas dessas transformações se materializaram através dos discursos impressos nos jornais, que impulsionavam o progresso e estavam em constantes embates de forças, formando novos dispositivos, com estratégias que contestavam e disputavam os espaços de difusão. Como afirma Queiroga (2005), os discursos da infância se caracterizavam por continuidades e discontinuidades, quando relacionados aos modos políticos-culturais da sociedade, na conformação de um

²⁹ Disponível em: www2.camara.leg.br.

³⁰ Em 1912 foi apresentado um projeto de lei que estabelecia providências sobre a infância criminosa e abandonada, inovando ao propor um afastamento da área penal, reforçando a ideia já presente de existirem juízes e tribunais especiais para menores. As ideias existentes na década de 1910 sobre a legislação referente aos menores, que refletiu no projeto de João Chaves, tomarão seu curso lentamente ao longo das próximas duas décadas (SOARES, 2007).

A emergência da infância contribuiu para a construção de bens simbólicos e cuidados específicos em relação a essa fase da vida. (BUJES, 2003). Nas matérias pesquisadas no jornal *A Imprensa*, a infância parahybana estava inserida em práticas culturais de significação, subjetivada em costumes e formas de viver baseadas nos valores, condutas e expectativas da sociedade. A infância esteve pautada em questões urgentes como a mortalidade infantil e a situação de pobreza e abandonado, consideradas situações de enfrentamento e, em ações promotoras de novos referenciais sociais, como a criação de instituições para o aperfeiçoamento profissional na busca pela civilidade, tendo como modelo os países desenvolvidos. A partir do exposto, iremos pontuar a questão da escolarização da infância parahybana, segundo a ideia do disciplinamento, pensada no interior da instituição escolar, como veremos a seguir.

2.2. “Os destituídos de instrução, amigos das trevas ou avessos da escola”: A escolarização da infância pobre parahybana

Tem-se lamentado muito, e nunca se lamentará bastante, a falta de cultura intellectual de nossos patricios, sobretudo o analfabetismo reinante nas zonas sertanejas. Não é preciso irmos lá tão longe para verificar a ausência completa de instrução nas classes populares. O ensino primário mais se tem difundido nos justos limites desta capital. Alguns passos dados além d’aqui, escasseiam lamentavelmente as escolas. *Entretanto, não é por serem eles, os destituídos de instrução, amigos das trevas ou avessos da escola.* Não; nosso povo aliás deseja instruir-se; precisa tão somente de que se lhe proporcionem os meios, isso de que muito se têm descurado os poderes públicos (PELA A INSTRUÇÃO. Jornal *A Imprensa* n 74, 21 de Maio de 1914, p.1, grifo nosso).

Muitas foram as vozes que proclamaram a necessidade de educar a infância pobre na Parahyba, na tentativa de formar uma sociedade escolarizada e pensada como estratégia para solucionar os problemas da suposta ausência de cidadania, o que impedia o progresso do Estado. A maior precariedade estava no sertão parahybano, onde inexistiam escolas e reinava o analfabetismo. E, como relata o discurso, não era pela falta de vontade dos ‘patricios’ mas devido à falta de escola nas zonas rurais e nas cidades do sertão. A escolarização constituiu-se num *dispositivo* que apresentava uma forte referência civilizatória, produtora de novos valores e atitudes para transpor a modernidade a outros espaços sociais, como a família e a comunidade.

Neste texto sobre a escolarização da infância pobre parahybana abordamos três pontos importantes para compreendermos melhor esta temática. Primeiro, a questão da obrigatoriedade escolar como uma primazia do governo; em seguida, tratamos da

descontinuidade dos discursos, mostrando a insatisfação com a educação pública na Parahyba durante a década pesquisada e, na última parte, pontuamos algumas questões referentes aos prédios escolares e a reforma da instrução primária implantada por Camilo de Hollanda, em 1917.

O discurso da obrigatoriedade escolar e da importância da instrução pública são destaques no jornal *A Imprensa*, e ambas as questões tornaram-se proeminentes para a resolução dos problemas pertinentes à infância pobre. Estes discursos orientavam ações para a racionalização da educação na arquitetura escolar, na formação de professores e no controle sobre as ações escolares e o desenvolvimento educacional da infância. A escolarização foi considerada uma questão vital para o desenvolvimento da Parahyba. Esta importância pode ser vista através da grande quantidade de textos catalogados no jornal *A Imprensa*, discursos que veiculavam na época, conforme evidenciam os títulos distribuídos no quadro III.

Quadro III – Títulos dos artigos que veiculavam os discursos da Escolarização da infância pobre no jornal *A Imprensa* (1912 -1922).

Data da Publicação	Ano do Jornal	Título do Texto
12 de Setembro	1912	A disciplina dos Principios
23 de Setembro	1912	Representação sobre o ensino
19 de Setembro	1912	Representação sobre o ensino
5 de Dezembro	1912	Da Instrucção – O A.B.C para educação
13 de Fevereiro	1913	Educação
21 de Abril	1913	Escola – Questão Vital
25 de Agosto	1913	A Parahyba civiliza-se...
25 de Agosto	1913	A Escola sem Deus
8 de Setembro	1913	Educação Primaria
13 de Maio	1914	A escola publica
22 de Junho	1914	A Pedagogia e Pedologia
8 de Junho	1914	O sertão sem instrucção
27 de Abril	1914	Normas para infância
23 de Abril	1914	O que é educação?
21 de Maio	1914	Pela Instrucção

16 de Abril	1914	Predios escolares
1 de Novembro	1915	A creança
6 de Setembro	1915	Reforma do ensino
17 de Maio	1915	Educação econômica
26 de Janeiro	1915	Escola e Politica
9 de Agosto	1915	Reforma do ensino
7 de Setembro	1916	Precisa de u'ma mestra
22 de Junho	1916	Analphabetismo e preguiça
18 de Maio	1916	Educação e instrucção
21 de Fevereiro	1916	Educação
14 de fevereiro	1916	Escolas dos pobres
28 de Setembro	1916	Instrucção e educação
31 de Janeiro	1916	Instrucção Publica
16 de Novembro	1916	O papel Social do ensino
19 de Julho	1917	Sociedade dos professores
29 de Março	1917	Educação Moderna
20 de Setembro	1917	Nova escola
13 de Setembro	1917	Pela Instrucção
21 de Junho	1917	Reforma da Instrucção
7 de Abril	1918	Pelo ensino – Principios de um educador
3 de Março	1918	Instrucção na Parahyba
31 de Março	1918	A Instrucção no Brasil
24 de Outubro	1918	Nos domínios da Pedagogia
30 de Janeiro	1919	Os nossos Males – O Analphabetismo
26 de fevereiro	1919	A instrucção no Brasil
12 de Junho	1919	O que é Educação?
4 de Março	1920	Professorado Parahybano
26 de Fevereiro	1920	A instrucção no Brasil
21 de Outubro	1920	Governo da Parahyba
10 de Setembro	1921	Pela a instrucção
7 de Setembro	1921	Analphabetismo na Parahyba

30 de Novembro	1921	Educação e Política
14 de Setembro	1921	Instrução Pública e Repartição escolar
13 de Abril	1921	Escola normal
14 de Setembro	1921	Pobre Criança
1 de Março	1922	A educação
8 de Fevereiro	1922	A Escola e sua Função educativa
17 de Março	1922	A escola Norma
25 de fevereiro	1922	O ensino primário no Brasil
10 de Maio	1922	Professorandos

Fonte: Jornal A Imprensa de 1912 a 1922. Organizado por Costa (2015).

Como confirma o quadro III, a questão da escolarização foi tratada no jornal *A Imprensa* como um tema que preocupava os intelectuais e governantes da época, pela própria circunstância vivida na sociedade. Os discursos expressavam uma preocupação com a instrução intelectual da infância, abrangendo questões como a situação do abandono da infância, a questão do ensino moral, familiar, da saúde e dos estabelecimentos de ensino. O jornal *A Imprensa* foi um espaço onde circularam discursos expressando as condutas desejáveis, as normas aceitáveis, as limitações de territórios e os sonhos idealizados com a realização da escolarização paraybana.

Durante a Primeira República, a infância pobre constituiu-se em sujeito social fabricado por normas expressas em discursos pedagógicos e em institucionais escolares, processos que lhe conferiram significados (BUJES, 2002). Esse sujeito infantil, por assim dizer, foi constituído, formado e regulado por discursos que normatizaram e determinaram os valores, as crenças e os saberes da época, fabricando uma infância no interior da sociedade que produziu sua subjetivação, harmonizada com o sistema social e cultural da Parahyba.

Na questão da obrigatoriedade escolar na Primeira República, essa temática foi marcada por uma rica legislação que favorecia a ampliação do sistema educacional, embora isto não tenha resultado, necessariamente, na prática da democratização do ensino. Desde a Constituição da República de 1891, já se evidenciava o descaso com a educação primária, mantendo uma descentralização desse grau de ensino. Durante a Primeira República, mesmo com a tão reivindicada universalização da educação popular, a descentralização do ensino primário conservou-se precária em diversas regiões do país,

pois a maioria dos estados era incapaz de arcar com essas despesas (SCHUELER; MAGALDI, 2008).

O movimento em prol da democratização do ensino trouxe à escola, desde o início do século XX, algumas mudanças que a tornou a instituição mais importante do sistema social brasileiro. Transformando-a em um lugar de regulação, na transmissão do saber e das normas de comportamento, uma verdadeira máquina de ensinar, de vigiar e premiar (BUJES, 2003). Nesse processo de escolarização, as estratégias e práticas de poder foram encontradas na burocracia, nas leis e em vários outros discursos hegemônicos da educação. Dentre os discursos hegemônicos estava a questão do ensino primário como fator de mudanças para sociedade brasileira. Discurso esse que produziu “verdades” e gerenciou vidas, construindo efeitos de divisão e desigualdades. Assim, a instrução primária estabeleceu-se no campo de saber e, ao mesmo tempo, nas relações de poder que inferiram diretamente na vida da infância pobre.

O campo de saber instituído pela escola tornou-se o principal ponto de preocupação para intelectuais e homens públicos, que abriram espaços para o reconhecimento e ampliação da preocupação com a infância. Os discursos do jornal *A Imprensa* referiam-se ao ideal de escola como aquela de formação integral, como um lugar onde a infância pobre deveria receber uma formação física, moral e intelectual, pois, a escola dos “tempos modernos é feita conjuntamente com a educação moral, physica e intelectual” (EDUCAÇÃO PHYSICA, Jornal *A Imprensa* n 6, 21 de setembro de 1916, p 2). Essa ideia de escola integrada estabeleceu-se como um discurso responsável pela operacionalização escolar, pela a censura dos conhecimentos, de modo que atingiu os próprios conhecimentos a serem ensinados.

No contexto republicano, a escola surgiu e propagou-se a partir de uma série de formas de controle da sociedade com a infância pobre, emergindo do processo de modernização de uma construção histórica, cultural, cívica e até jurídica. Desse modo, a escola introduziu uma prática institucional de captura dos sujeitos, utilizando-se de dispositivos pedagógicos que ao mesmo tempo regulava e produzia indivíduos (LARROSA, 1994, p. 51). Esta escola reguladora dos saberes modernos, proporcionava momentos de se repensar a infância pobre como categoria social, e como um preparo para o futuro da Pátria, como anuncia o discurso:

Em se tratando da infância, então a nossa pena está sempre em acção para pelear ao lado desses que são as esperanças da Pátria nossa mui amada, ao lado dos moços que desejam ser fortes e bons, cidadãos dignos e homens á

altura das necessidades do futuro de sua grandiosa e aflita nacionalidade (INSTRUCÇÃO E EDUCAÇÃO. Jornal *A Imprensa* n 38, 28 de setembro de 1916, p.1).

A importância atribuída à escolarização da infância pobre era concebida como uma alavanca para as camadas inferiores da sociedade, buscando atingir o progresso. Como cita o discurso para “os que desejam ser fortes e bons cidadãos” essas prerrogativas exerciam múltiplas operações de controle na sociedade, desempenhando um poder de regular e governar a população parahybana. As escolas tornavam-se fatores de divulgação e de apropriação da racionalidade da época, responsáveis por apontar a divulgação e criação de uma nova tradição. Entre os benefícios da escolarização para a infância pobre podemos destacar as modificações e inovações do ensino, produzindo uma nova cultura escolar no meio urbano e um desenvolvimento intelectual e moral, requisitos importantes para se alcançar o progresso nacional, como expõe o jornal:

O século XX parece destinado a ser o século da escola. Urge recorrer a escola. E’ o grande problema é a questão vital. E’ preciso multiplicar as escolas fazel-as reger de professores competentes. Ao que nos consta, o Exmo. Presidente do Estado acaba de comissionar ao ilustre Director da Instrucção Publica, de reconhecida competência, para os progressistas Estados do Sul, fazer especiaes estudos sobre a organização do ensino. Approvamos a medida e não lhe regateamos aplausos ao Exmo, Snr Presidente. Sem embargo, pedimos vernia para uma observação.... A escola é uma questão vital. Se fôr bem resolvida, removerá todo estorvo ao progresso de nossa cara Parahyba, fal-a-á grande, nobre e culta. (A INSTRUCÇÃO. Jornal *A Imprensa* n 6, 09 de Janeiro de 1913, p.1).

O discurso reivindicava a multiplicação das escolas do ensino primário, focando a urgência na melhoria de algumas e a construção de outras para que alcançasse as necessidades da educação parahybana. A questão da obrigatoriedade escolar vem à tona nos discursos do jornal *A Imprensa*, legitimando uma introdução de novas práticas culturais que buscavam homogeneizar condutas da infância pobre através das relações de poder que davam lugar a novos modos de subjetivação da infância. Esse poder não era visto como um processo centralizado de dominação, mas se exercia em diversos setores da vida social e funcionava na forma de rede de dispositivos ou mecanismos que atravessavam toda sociedade, da qual ninguém escapava. Muitos desses discursos eram solicitações às autoridades públicas, por investimentos na quantidade de escolas e melhoria das já existentes, por isso, segundo o jornal pesquisado:

Sempre que um governo bem intencionado procura seriamente promover o bem publico logo volta suas vistas para a escola. E desde que dela faça o

particular objeto de seus cuidados, necessariamente ella há de melhorar. O estado da instrucção primaria aqui na Parahyba é deverás lamentável. Aforá as escolas da Capital que vão regularmente bem promovidas de professores, contudo é o município que possui uma escola em condições de satisfazer ao povo (INSTRUCÇÃO PRIMARIA. *Jornal A Imprensa* n 24, 8 de setembro de 1913 p.1).

Diante do cenário educacional parahybano da época, mais precisamente nos primeiros anos dessa década, a quantidade de escolas primárias eram insuficientes e a maioria encontrava-se em condições precárias. Somente em João Pessoa, na capital, existia um número razoável de escolas providas de professores (LIMA, 2008). Segundo o jornal *A Imprensa* “não obstante ter augmentado o numero de escolas e ter crescido o número de professores nas folhas de pagamento do Thesouro, o ensino primário de hoje é peor do que tínhamos antes da Republica” (INSTRUCÇÃO PRIMARIA. *Jornal A Imprensa* n 24, 08 de setembro de 1913, p. 1).

O processo de escolarização no país estava integrado ao mundo urbano e dialogava com a contradição pertinente nos discursos e práticas da política educacional. A busca pela escolarização se consolidava como fruto de uma nação brasileira, montada a partir dos modelos de modernização apresentada pela sociedade europeia e refletia na preocupação nacional em educar e disciplinar a infância pobre, como relata o discurso:

Eis, por conseguinte , um excelente meio de desenvolver a instrucção primaria na Parahyba. É liberal e genuinamente democrático salvar os direitos do Estado, a quem cabe fiscalizar o ensino e exigir a devida capacidade profissional e respeito melhor, observa um pedagogo, os direitos dos pais e da família. Acresce que assim ficarão as escolas mais a salvo da politicagem, abrir-se-á a competência, haverá mais estímulo para os professores (EDUCAÇÃO, *Jornal A Imprensa* n 11, 13 de fevereiro de 1913, p. 2).

O discurso do jornal *A Imprensa* traz a questão da instrução como um direito da população, que deveria ser protegida da “politicagem” e, conduzida aos pais e professores. Outros discursos aparecem trazendo debates, como o combate ao analfabetismo, o descaso com os prédios escolares e a falta de acesso da população mais pobre à educação. Na Primeira República, a luta contra esse grave problema social no país, esteve presente no decorrer de toda nossa história, confirmando essas contradições vivenciadas a nível nacional, regional e local. Na Parahyba, os discursos sobre o processo educacional mostravam as dificuldades que muitas cidades do sertão enfrentaram pela falta de escolas:

Os povoados, em distancia até de dezesseis legôas da sede municipal, nunca viram professor. Conheço logares, na Parahyba, em que casebres infectos,

alugados, tendo por assento caixões de pinho, são os prédios, onde resumido numero de creanças recebe o ensino de professores que melhor sabem o officio de sapateiro. E, isso, no dia em que querem da aula Gerações inteiras no sertão, que não conhecem o alphabeto! Aqui, não; o contraste é frisante. A instrucção não existe. Na capital, onde correm bonds elétricos, o ensino primário é uma ficção. O interior não conhece nenhuma escola. Municipios como Piancó, com os quinze mil habitantes, em que até meandros de abril não tinha havido uma so aula do sexo masculino, á falta de professor. Quinze mil habitantes sem instrucção e nenhum paga imposto! (O SERTÃO SEM INSTRUCÇÃO. *Jornal A Imprensa* n 79, 08 de junho de 1914, p. 1).

O discurso do Pe. Manoel Octaviano³¹ reproduzia o descontentamento dos intelectuais e educadores pela precária condição das escolas no interior da Parahyba e pela ausência das mesmas na grande maioria dos municípios. Na Primeira República a questão da ampliação de oferta de escolas públicas com vagas destinadas à infância pobre, tratava-se de uma preocupação central e, algumas representações, contribuíram para uma ação reivindicadora em função da insuficiência da rede escolar. De tal modo, que a Primeira República foi tomada como marco zero, o lugar de origem da escolarização elementar e das políticas de institucionalização, disseminação e democratização da educação escolar no Brasil (SCHUELER; MAGALDI, 2008).

Entretanto, voltando o foco para a questão da escolarização da infância pobre na Parahyba, alguns discursos traziam questionamentos aos gestores públicos, mostrando indignação diante da necessidade de se investir na escola pública, por ser esta a única capaz de preparar a população para suprir a carência de cidadãos conscientes de seus deveres e por ser a principal atribuição do Estado:

Por mais serias, porém, que pareçam suas dificuldades, por mais escassas que sejam os nossos recursos, ainda assim, com bôa vontade e seguro critério, algo se poderá conseguir em beneficio da instrucção primaria. Como está é que ella não pode continuar. Sem prédio, sem hygiene, sem material e sem professores, como poderá a escola preencher o seu fim primeiro, que é garantir o futuro da nação, formando homens de bem e cidadãos conscios de seus grandes deveres? Não, assim não pode continuar que esta é ‘a mais sympathica e a mais fecunda das atribuições do Estado’ (INSTRUCÇÃO PRIMARIA. *Jornal A Imprensa* n 24, 08 de setembro de 1913, p.1).

³¹ O Pe. Manoel Octaviano de Moura Lima nasceu no município de Ibiara, em 1880, e faleceu em Piancó, em 1960. De origem modesta, fez o curso secundário, no Seminário da Paraíba. Ordenou-se padre no ano de 1910 no Seminário de Teresina/PI, retornando à Paraíba a fim de exercer o sacerdócio; foi designado Vigário de Brejo do Cruz, Catolé do Rocha, Conceição e Piancó. Conciliava as atividades clericais com a política e o magistério. Escreveu nos jornais do Estado e no jornal *A Imprensa*, dedicando-se também à literatura, escreveu romances e peças teatrais que eram encenadas pelos conterrâneos. Foi deputado estadual na Primeira República. Foi sócio da Academia Paraibana de Letras, onde tomou posse e ocupou a Cadeira nº. 29. Deixou uma produção literária pequena, porém de muito valor, merecendo maior importância o trabalho sobre o mártir do Padre Aristides, intitulado *Os Mártires de Piancó*. São ainda de sua autoria: *Emboscada do Destino* (Romance); *O Chefe Político*; *Curvas do Destino*; *Frente ao Passado*; *Mestre Mundo*; *Tomaz Cajueiro* (disponível em: <http://ihgp.net/memorial4.htm>).

A educação escolarizada foi colocada no topo das condições sociais emergentes, como a responsável pelo preparo da grande massa populacional. Esta escolarização tinha a responsabilidade de transformar os indivíduos em sujeitos sociais educados e úteis ao atendimento das demandas do setor produtivo e das práticas de civilidade. Desse modo, os discursos sobre a escolarização da infância pobre tornaram-se espaços privilegiados de transmissão de saberes e de práticas culturais, pautadas em questões que inferiam diretamente na vida da infância pobre, influenciando as mentalidades e exercendo poder sobre toda a sociedade. Entendemos que não existe uma sociedade livre de relações de poder, e os indivíduos são o resultado imediato dessas relações de poder, com inúmeros processos de objetivação que ocorrem nas redes de poderes, que os capturam, dividem, classificam.

Segundo os discursos pesquisados, na Parahyba devido a falta de escolas e o constante crescimento do analfabetismo, surgiu um desânimo e um sentimento de fracasso em relação à instrução pública no Estado, como divulga o discurso:

Os jornaes da terra, desde que snr. Dr. Castro Pinto³² assumiu subiu ao poder, clamam de chefe do executivo medidas atinentes a melhorar as precárias condições do ensino publico primário, tanto nesta capital como no interior. Ultimamente vários artigos foram estampados sobre o assumpto, todos lidos atenciosamente e comentados á luz do critério superior com que os cidadãos bem intencionados que apreciam as coisas respeitando ao grave problema da instrucção popular. Louvamos com franco entusiasmo a attitude desses moços que estão trabalhando no jornalismo pela causa alevantada do ensino, que estão collimando aquelle objetivo que devera ser a máxima preocupação dos poderes públicos (KALIN, F. Predios Escolares. *Jornal A Imprensa* n 64, 16 de Abril de 1914, p.1).

Esses enunciados constituíram em um entrave ao progresso e à civilização da Parahyba, por outro lado consttuíram-se em dispositivos de poder que foram instrumentos em defesa da causa da escolarização, manifestando sentimento de repulsa e anunciando seu clamor em prol do ensino primário, que contava com o apoio de jornalistas e outros profissionais. Por outro lado, encontramos discursos de pessoas públicas preocupadas com a situação problemática da escolarização na Parahyba. O discurso abaixo traz uma questão de cunho político em relação à deficiência das escolas na Parahyba:

Desabafa sobre uma decepção com os administradores da Parahyba, dizendo que não pode construir um Collegio porque não pode obter do governo do Estado uma professora para dirigil-o. Depois me satisfazia com uma subvenção

³² Castro Pinto foi Presidente da Província da Parahyba nos anos de 1912 a 1915.

anual de 1.200\$00 rs, também não conseguindo, porque dizia o Presidente que o estado financeiro do tesouro não podia argumentar despesas. Lendo os jornais da Capital foi surpreendido com a compra de automóvel para a policia por 7.500\$00rs!!! Diz: Se a policia precisa de automóvel, a escola precisa de uma professora, já fizemos o edifício, mobilamos e finalmente pagamos o excesso porque nenhuma se sujeitará a vir para aqui por 1.200\$00! E', como por toda parte, se pensa que na Parahyba o Governo melhora e desenvolve a Instrucção. Não sei onde é o lugar do meu estado que se pode assegurar que progride o ensino – Onde há professores não há escolas, e, onde há escolas não há professores e infelizmente é uma verdade incontestável que poucos se compenetraram de seus deveres porque os orçamentos são deficientes para a Instrucção e remuneradores para outros ramos, quaes dependem menos do nosso futuro...da Instrucção depende a felicidade do povo. Não é um simples automóvel que resolve a causa nenhuma, que prepare a Parahyba d' manhã para que grandes embates da civilização e se for então: Viva o automóvel e abaixo a Instrucção (A IMPRENSA. Jornal *A Imprensa* n 12, 21 de novembro de 1915, p.3).

Assim como o Sr. Major da Matta, outros intelectuais e políticos também criticavam duramente a precariedade, a inoperância, a falta de funcionalidade do Estado sobre o processo escolar e a falta de professores nas escolas parahybanas. No entanto, este discurso também traz o interesse que silenciado texto, o interesse pelo o dinheiro público. Os discursos não expressavam tão claramente suas verdadeiras intensões e, nesse período a Igreja buscava desfazer da educação pública com o proposito de fazer crescer suas escolas, ou mesmo, de adquirir verbas públicas para seus investimentos. Por outro lado, esses discursos também funcionaram como um canal de divulgação da instrução primária na Parahyba, tornando-se propagadores dos desejos idealizados para educação da infância pobre. Segundo a publicação acima, um dos problemas que mais incomodava e afligia a população era a instrução primária para a infância pobre. Para o Sr. Major João da Matta, jornalista e escritor, 'da instrucção depende a felicidade do povo', então, educar o povo deveria ser a primazia do Estado, pois a instrução primária era a forma de educar a infância e trazê-la para outros meios; mas, na Parahyba, o governo não melhorava e nem desenvolvia a instrução primaria.

Esse problema foi alçado como um impedimento para o acesso à modernização do país e a efetivação do novo regime político que se instaurava (VIEIRA, 2006). Segundo Veiga (2007), na época em que se proclamou a República no Brasil, possuíamos, estimativamente, 14 milhões de habitantes com a proporção de 85% de analfabetos. Nesse sentido, podemos afirmar que o analfabetismo³³ foi um problema fulcral da nação

³³ A conceituação do termo analfabeto é uma questão bastante complexa e que, no Brasil, tem sido discutida especialmente na perspectiva da história da alfabetização. Maciel (2003) aponta a ausência do conceito de alfabetização nos documentos da instrução pública no início do século XX, sendo mais utilizado o termo instrução para se referir ao ensino de primeiras letras. Contudo, como demonstra Machado (2008), o termo analfabeto, na década de 1920, foi utilizado para se referir àqueles que não sabiam ler nem escrever,

brasileira, tanto para afirmação do regime republicano, como para homogeneização da identidade nacional.

Na tentativa de minimizar os problemas relacionados à escolarização da infância pobre surgiram discursos de diferentes segmentos, que pregavam o combate ao analfabetismo e expressavam a importância de fortalecer as escolas com um sentimento nacional de desenvolvimento científico e técnico para o progresso da verdadeira civilização. No entanto, na Parahyba as dificuldades com a educação continuavam:

Descuidos de administradores passados, negligencias criminosas, de todo em todo, deformaram a escola. Em completo abandono, desprestigiada, decadente, já não é a escola o grande fator do progresso e da verdadeira civilização, mas um lugar comum, um cargo ou emprego, como os outros sujeitos ao fluxo e refluxo das influencias partidárias, á mercê da politicagem, que no Brasil tudo estraga e corrompe. A escola já não ensina, já não difunde luz. De Norte a Sul do país o analfabetismo passeia pavoroso pelas as cidades, villas e aldeias, tudo reduzido a escombros e ruínas, enquanto que o povo, o bom do nosso povo geme sobrecarregado de impostos a pátria perde belas energia, forcas vivas que apenas precisariam da luz da instrução (QUESTÃO VITAL. Jornal A Imprensa n 29, 21 de abril de 1913, p.1).

Na Parahyba, como em outros Estados, os enunciados construíam uma constante insatisfação com relação ao analfabetismo e a situação de abandono das escolas. Os sujeitos estavam ‘ao fluxo e refluxo das influencias partidárias’ e a mercê das ações políticas que modelavam a sociedade, resultando na maneira pela qual os homens organizavam as relações entre si, com valores que norteavam a construção da vida social e política.

A negligência com a educação refletia nas escolas públicas através do abandono dos prédios escolares, por políticos que descuravam da sua principal função, a de educar a infância pobre. A falta de prédios apropriados e as poucas condições de funcionamento das escolas públicas traziam à infância outros problemas educacionais, como a pouca frequência à escola e a permanência do analfabetismo no Estado.

As escolas, como lugares propícios para o desenvolvimento da infância pobre, tinham grandes dificuldades, a serem superadas com relação à formação de professores e aos prédios que, na sua grande maioria, encontravam-se em situações de risco para os alunos que ali circulavam, como pode ser lido abaixo:

independentemente da sua instrução. Tal afirmação se deve ao fato de no recenseamento de 1920 não aparecer, conforme evidencia a autora, o termo *analfabeto*, mas a inscrição: *não sabem ler nem escrever* (GUIMARÃES, 2011).

Convem insistir no assumpto. Vezes outras, quando tratamos de chamar atenção do governo para as péssimas condições de alojamentos dos prédios escolares nesta capital, ainda não havia chefe de poder executivo hypothecado a sua palavra para resolver promptamente esse problema, que nada tem intrinseco, nem constitue um receio para o desequilibrio orçamentário, uma vez que o governa seja bastante escrupuloso com seus engenheiros e operários das obras publicas. O exmo. Sr. Dr. Castro Pinto, pelo órgão official de publicidade, garantiu que dentro em breve começaria a construção de prédios³⁴ estaduais destinados ás escolas publicas desta cidade. É uma esperança que despontou a florir no coração da petizada escolar parahybana, pois a noticia foi logo comunicada oficialmente pelos professores e professoras aos respectivos alunos que a receberam com alcridades de festa e já estão prelibando do conforto e da belesa desses futuros templos do civismo popular onde a luz da instrucção deverá irradiar como um sol sem crepúsculos sobre as gerações da Parahyba, espancando as trevas da ignorância, da politicagem e dos preconceitos sociaes – que tanto impedem a marcha triunfal da civilização aqui e alhures (PREDIOS ESCOLARES. *Jornal A Imprensa* n 29, 04 de agosto de 1913, p. 2).

Os prédios escolares da Parahyba encontravam-se em péssimas condições, e a maioria das crianças parahybanas estava fora das salas de aulas. Mas, uma simples promessa política foi capaz de alegrar os alunos e professores, que logo passaram a acreditar no início de uma marcha triunfal da civilidade na Parahyba. Nesse tempo os prédios escolares eram, na maioria, alugados e impróprios para a prática educacional, sem ventilação, sem luz e quase sempre localizados próximo de focos de doenças, até se falava na criação de fundos escolares com o objetivo de melhorar as condições das escolas, pois,

Quando o snr. Dr. Castro Pinto assumiu as rédeas do governo, proclamou sua excia. entre outras cousas bem proclamadas, que muito haveria de agir em beneficio do ensino publico e que mandaria construir predios apropriados para as escolas primarias. Foi um compromisso solemne que tomou sua excia. para com o povo, compromisso aliás que se impunha ao ilustrado espirito do eminente patricio. Infelizmente, porem, a Parahyba continua a não possuir um so predio escolar que accomoda decentemente, sofrivelmente, as inúmeras creanças que ao Estado incabe leccionar com o maior carinho, com a extrema solicitude, com o possível conforto. [...] E' urgente, pois, que o snr. dr. Castro Pinto efetive o seu compromisso solemne de mandar edificar prédios destinados ás escolas publicas primarias, dando assim optima applicação ás rendas estadoaes que dia a dia vão augmentando consideravelmente (PREDIOS ESCOLARES. *Jornal A Imprensa* n 29, 04 de agosto de 1913, p. 2).

Conforme analisa Pinheiro (2002, p. 26): “[...] a organização escolar parahybana, no seu sentido mais amplo, era insipiente”, as promessas feitas por políticos como Castro Pinto, não foram cumpridas na sua essência. No entanto, esta situação começou a mudar

³⁴ Estes prédios escolares a que se refere o discurso do jornal *A Imprensa*, eram os Grupos Escolares, uma proposta de educação para todo país.

com a criação dos grupos escolares³⁵, que foram construídos a partir da orientação de vários profissionais, garantindo um padrão de qualidade nos prédios.

O discurso acima destaca que no governo de Castro Pinto³⁶ (1912 – 1915) houve uma melhora na estrutura física das escolas, mas, as principais reformas feitas por ele estavam voltadas aos preceitos da educação moderna para o desenvolvimento da sociedade, demonstrando uma preocupação com a necessidade de modernização do ensino na Parahyba. No entanto, apesar do entusiasmo por parte de Castro Pinto em relação à educação, houve uma decepção com as reformas educacionais ocorridas de fato (ESPINDOLA, 2012).

Nesse momento as reformas educacionais trouxeram à Parahyba uma nova cultura da instrução primária, institucionalizada com modelos e formas diferenciadas de saberes, anunciando a necessidade de mudanças para as transformações exigidas pelos novos tempos. Essas reformas da instrução constituíram processos de construção de sujeitos ativos irradiando ‘como um sol sem crepúsculos sobre as gerações da Parahyba’ e, produzindo saberes que ‘espancavam as trevas da ignorância, da politicagem e dos preconceitos sociais’ (PRÉDIOS ESCOLARES. *Jornal A Imprensa* n 64, 16 de abril de 1914, p. 1).

A escola parahybana como instrumento na transmissão dos saberes, utilizou-se do poder para atuar como um mecanismo que operava nas práticas pedagógicas e fixava relações de poder para sujeitar, reprimir e disciplinar os corpos. Esse poder que a escola confiscou pode enaltecer o contraste e levar em consideração o saber-poder emergente, insurgente, inclusive, capaz de inventar, produzir e fazer a realidade (GORE, 1994). Os discursos legitimados socialmente pela escola produziram sentidos sobre a infância parahybana, influenciaram, direta e indiretamente, através de práticas educativas e de políticas públicas, buscando as deficiências ligadas à infância pobre.

Dentre as reformas escolares que ocorreram na Parahyba durante a década de 1912 a 1922, a de maior destaque foi a ‘reforma da instrução pública primária do Estado’, implementada por Camillo de Hollanda durante o seu governo nos anos de 1916 a 1920. A reforma da instrução primária foi efetivada sob Decreto nº 873 de 21 de Dezembro de

³⁵ Os Grupos Escolares foram escolas eficientes para a seleção e a formação das elites, também eram conhecidos como escolas graduadas, já que possuíam turmas seriadas.

³⁶ João Pereira Castro Pinto foi jurista, advogado, jornalista, professor, político e presidente eleito para a presidência do estado da Paraíba em 1912, renunciando em 1915, durante seu governo Castro Pinto conhecido como um grande incentivador da cultura e da educação no estado, fez várias reformas educacionais durante seu governo (ESPINDOLA, 2012).

1917 e, provavelmente, foi a principal reforma da instrução no período em estudo, visto que as reformas subsequentes apenas apontaram para alguns ajustes, tentando adequá-las a realidade vivenciada.

A reforma Camillo de Hollanda foi a primeira a regulamentar os grupos escolares, e implicou, entre outras medidas e que foram sacramentadas em forma de lei, na implementação de um novo modelo de organização escolar – os grupos escolares. Após a criação do primeiro grupo escolar na Parahyba em 1908, o Grupo Thomas Mindello, foi introduzida na instrução primária parahybana uma série de modificações e inovações na estrutura administrativo-pedagógica do ensino, contribuindo, desta forma, para o surgimento de novos sujeitos da educação.

Com a construção de modelos educativos, desde o século XVI, a Parahyba foi capaz de criar uma atitude de modernidade na escolarização, formando sujeitos capazes de romper com os problemas e adotar uma postura de valorização do conhecimento. Essa instrução escolar foi legitimada e efetivada com saberes que produziram sujeitos, adequando-os às estratégias do poder vigente. Ações que se constituíram de uma maneira tão sutil e produtiva na vida da infância pobre, que muitas não chegaram a ser percebidas como instrumentos de individuação (FOUCAULT, 1987).

O projeto citado de reforma da instrução pública foi elaborado por uma comissão que previa a fusão das escolas isoladas em escolas reunidas e grupos escolares, seguindo como critério básico o aumento da população de uma determinada localidade. Em relação a essa fusão, a comissão incumbida de organizar a reforma, deixou claro, no projeto enviado ao presidente do Estado, como se daria a difusão dos grupos escolares na Parahyba. Digamos que a proposta de reforma, conciliava a necessidade de inovar com os preceitos de prudência, uma vez que, tal substituição, seria onerosa aos cofres públicos. Os grupos escolares deveriam ser construídos ou mesmo adaptados em prédios que obedecessem aos princípios higiênicos, pedagógicos e arquitetônicos, considerados mais modernos naquela época. Este Regulamento³⁷ foi elaborado pelo:

³⁷ Esse Regulamento é composto de 309 artigos, distribuídos em 16 Capítulos, cujos respectivos títulos são: Do curso primario; Do ensino particular; Da classificação das escolas; Do provimento das escolas; Do pessoal docente, dos seus direitos e deveres, vencimentos, faltas e licenças; Da matricula das aulas e exames; Do código disciplinar; Do material da escripturação escolar; Das escolas complementares; Dos jardins da infancia; Do ensino nocturno; Da direcção e inspecção do ensino; Das caixas escolares e do fundo escolar; Da secretaria de instrucção publica; Da estatística escolar e Disposições geraes (MELLO, 1996).

O exmo sr. dr. Presidente do Estado houve por bem nomear uma ilustre comissão para estudar as base da reforma do ensino publico na Parahyba. Por acertadíssimo, tem os nossos mais fracos aplausos o acto do exmo sr. Dr. Camillo de Hollanda. Em matéria de tanta responsabilidade, assim procede quem quer saber sobre o futuro (REFORMA DA INSTRUÇÃO. Jornal *A Imprensa* n 43, 21 de junho de 1917, p. 1).

A comissão foi composta pelos os seguintes nomes: o Sr. Coronel Francisco Moura, diretor da Instrução Pública; Monsenhor Odilon Coutinho, diretor do Lyceu Parahybano; Dr. Manuel Tavares, lente da Escola Normal e do Lyceu Parahybano; Celso Affonso Pereira, Inspetor do Ensino Noturno; professores Sizenando Costa e José Coelho; e João Alcides Bezerra, Inspetor Geral do Ensino.

A reforma estipulava que ‘o ensino deve ser simplificado, methotizado e melhorado’ (REFORMA DA INSTRUÇÃO. Jornal *A Imprensa* n 43, 21 de junho de 1917, p. 1). E, que o governo poderia agrupar em um único prédio, via decreto, as escolas isoladas, transformando-as em grupos escolares. Surgiram, nesse processo, novos atores sociais e educacionais que terminaram por gerar uma nova distribuição do poder no âmbito educacional e escolar. Conforme o jornal *A Imprensa* essas atribuições resultaram na maior organização da escola e da instrução pública na Parahyba, pois,

[...] o combate incessante e sem tréguas ao analfabetismo é, sem duvida, a feição mais sympathica das ultimas administrações. Não se compreende um governo honesto e bem orientado com o descaso e inteiro abandono da instrucção do povo. Hoje em dia na Capital, pelo menos, não deixa a instrucção muito que desejar. Cada dia surgem novas escolas, as cadeiras vão se desdobrando pouco a pouco; o ensino organizado em bases novas, desce ás camadas populares, e aqui e ali, já se dizem elegantes e vistosas as fachadas dos Grupos escolares e do novo prédio da Escola Normal (INSTRUÇÃO NA PARAHYBA. Jornal *A Imprensa* n 29, 03 de março de 1918, p. 1).

A reforma da instrução pública foi realizada num contexto mais amplo, onde quase todas as unidades da recente federação também realizavam as suas reformas no âmbito local. A reforma de Camillo de Hollanda na Parahyba foi amplamente difundida por vários jornais e outros impressos da época, de forma que os impressos se tornaram uma tribuna na defesa desse projeto e um instrumento de vigilância das ações do poder executivo. No jornal *A Imprensa* os discursos sobre a instrução pública primária na Parahyba assumiram dois significados: primeiro, a legitimação da opinião pública para o bem comum, que atuou como um verdadeiro tribunal e, segundo, um discurso voltado para as transformações do progresso.

Os discursos da escolarização na infância pobre parahybana foram concebidos como modernos, com objetivos amplos e distribuídos em práticas minuciosas em íntima articulação com o poder e o saber, ou seja, o seu funcionamento se dava de modo a fazer dos saberes transmitidos, legitimadores dos poderes que estavam ativos na sociedade (VEIGA-NETO, 2011). Deste modo, a escolarização da infância pobre desencadeou novas relações de poder que renovavam os saberes dentro das escolas e em outros meios sociais.

Além das escolas, outras instituições também foram responsáveis pela educação da infância pobre na Parahyba, a exemplo das instituições de proteção e assistência à infância pobre. Essas instituições surgiram com a finalidade de cuidar e proteger a infância e suas famílias, num modelo de filantropia que passava pelo cuidado médico e pela normalização de costumes, como veremos no item a seguir.

2.3. “Benfeitores da infância desvalida”: instituições de proteção e assistência a infância parahybana

Proteger a infância desvalida é o vosso dever. Protegel-a em qualquer tempo e lugar, sob quaisquer condições que se vos apresente; mas fal-o-eis melhor com o vosso auxilio a grandiosa ideia que ora se vae pondo em execução nesta capital; com o vosso socorro ao *Instituto de Proteção á Infancia*. Ahi applicareis devidamente o supérfluo de vossas riquezas. Constituir-vos-eis *benfeitores da infância desvalida* e desta sublime instituição as bençams celestiais baixarão sobre o vosso lar beneficente e os coraçõezinhos de creanças, açoutadas pela mão da desventura, vos agradecerão eternamente. Em verdade “a caridade traduz perfeitamente a sympathia provocada pela vista do infortunado, o interesse da proteção reclamada pela miséria, o consolo do animo solicitado pela desgraça. Que coração não se moverá em face desta sympathia e deste interesse em socorrer os desprotegidos da sorte? Assim os corações infantis, flexíveis como a cêra aquecida á lenta flamma, pulsações isochronas, mais puros sentimentos de gratidão (BARBOSA, Florentino. Instituto de proteção á Infancia. Jornal *A Imprensa* n 28, 18 de novembro de 1912, p.1, *grifo do nosso*).

No começo do século XX, surgiu em todo o Brasil um conjunto de estabelecimentos fundados com o objetivo de cuidar e proteger a infância pobre e desvalida. Entre os institutos podemos destacar os asilos, orfanatos, casas de caridades, seminários, liceus e outros institutos que compunham tipos peculiares de organizações, dotados de diferenças entre si e cada um com sua complexidade própria.

Dessa forma, durante a República, viu-se surgir nas cidades um novo modo de pensar e organizar a assistência à infância pobre, a filantropia. Esse discurso de proteção e assistência deixava de ter um cunho puramente político, para tornar-se uma atividade

compartilhada de ações religiosas e filantrópicas. Com esse intento, a população foi gradativamente sendo sensibilizada quanto à condição em que vivia a infância pobre e ao mesmo tempo difundindo campanhas de cooperação.

Outros institutos utilizavam mecanismos legais para disciplinar e recolher do convívio social a infância pobre abandonada, aqueles que estivessem cometendo atos ilícitos e que, portanto, precisavam ser identificados e recolhidos e, em seguida, levados por anônimos e autoridades jurídicas para um tratamento em instituições de proteção e assistência à infância.

A ‘nova’ sociedade buscava firmar o Brasil como sendo um país independente, moderno e contendo uma identidade nacional, que não poderia mais se furtar do cuidado à infância pobre desprovida de bens materiais e morais. Esta situação penosa incomodava a sociedade civilizada, como relata o discurso existia “uma multidão de mendigos e aleijados, de porta em porta, assentada pelos os passeios públicos, extendendo a mão aos transeuntes, acompanhada dum, *dá-me uma esmola pelo o amor de Deus?* (BARBOSA, Florentino. Instituto de proteção á Infancia. Jornal *A Imprensa* n 28, 18 de novembro de 1912, p.1.). Diante dessa situação, as instituições assistenciais tomaram para si o dever de cuidar, amparar e educar a infância pobre, para que no futuro essa infância pudesse atuar no meio social, provida de instrução e moral (MARCÍLIO, 1992). Proteger a infância pobre passava a ser prioridade, pois seria a partir do cuidado com a mesma, que se estaria evitando o desenvolvimento de futuras degenerescências, fardos e perigos sociais.

Neste época, as ações assistências do Estado foram realizadas de maneira dispersa, em instituições públicas e privadas, direcionadas à propagação dos saberes científicos como a Puericultura, a Pediatria e a Pedagogia, que elegeram a infância como objeto de estudo e intervenção. No entanto, essas ações foram insuficientes, diante da demanda social, precisando de intervenções assistenciais filantrópicas e particulares. Por esta razão celebrar a infância passou a ser o ideal de uma nação civilizada, com instituições que lutavam pela proteção e instrução da infância pobre (KUHLMANN, 1991).

Com estes propósitos surgiram em todo o país diversas casas de assistência à infância pobre, sendo que a instituição de maior destaque foi o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI) fundado no Rio de Janeiro pelo o médico Moncorvo Filho³⁸,

³⁸ Carlos Artur Moncorvo Filho (1871-1944) nasceu em 13 de setembro de 1871 na cidade do Rio de Janeiro, passou seus primeiros anos de vida na Europa e só conheceu sua cidade natal e aprendeu a língua portuguesa aos três anos de idade. Inicialmente planejava seguir a carreira militar, mas, influenciado por seu pai, Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo (1846-1901) - considerado por José Martinho da Rocha o pai da pediatria brasileira -, diplomou-se médico em fevereiro de 1897, com a tese *Das linfangites na*

no início da Primeira República. A instituição tornou-se modelo e referência para outras instituições que proliferaram por todo país. O Dr. Moncorvo Filho associava a assistência à infância à nação, defendendo o controle, por parte do governo federal, de que todas as instituições deveriam ser destinadas a proteger a infância.

Para Moncorvo Filho, a infância possuía um valor intrínseco e representava a matéria-prima a partir da qual a futura força de trabalho poderia ser moldada. Por meio das instituições que organizou, esperava instaurar um modelo institucional de assistência à infância, a partir da qual o governo poderia criar um sistema nacional centralizado na proteção a infância pobre (WADSWORTH, 1999). O Dr. Moncorvo Filho manifestou inúmeras vezes sua indignação com a negligência, por parte do governo e da sociedade com a infância brasileira, em particular com a infância pobre. O médico acreditava que o poder público deveria assumir o papel reservado aos pais das crianças pobres, a fim de protegê-las da miséria e da delinquência prevalentes nas cidades brasileiras. Esta mesma ideia a favor da infância pobre, manifestou ao participar da Conferência Medico-Social ‘Em torno do berço’ em 1914, quando expressou:

[...] Não é, como se percebe, positivamente uma conferencia. E’ antes uma despretenciosa palestra sem os atavios da linguagem castigada, mas com a preocupação única de, correspondendo a benevolência de um honroso convite, pôr-vos ao corrente do que se passa com a nossa infância atirada aos descaso dos que tudo podem, sem se imaginar que é n’ella que residem as esperanças da pátria e a robustez da nossa raça. Que assumpto outro poderia eu preferir para honrado com a audição de tão escolhida assembleia, do que aquelle que me tem preocupado a vida inteira com o interesse patriótico, scientifico e humanitário dos convencidos na efficacia da palavra e da acção. Eu não desejo falar-vos, porém, desse berço alcatifado dos ricos, de argenteas armações e sedosos arminhos, cercado do conforto, da fartura, em cujo lar rebrilha o ouro e a luz. Eu pretendo referir-me justamente aqui ao berço do pobrezinho, a miséria mansarda de palhas toscas em torno da qual cõvejam a miséria e a dôr, tantas vezes enlutando o ambiente com as suas fauces hiantes, avidamente tragando o inocente produto da geração que é, como sabeis, um mysterio divino, que é o formoso fructo do amor! ... E’ para falar-vos dos pequeninos desperdícios, dos que padecem as consequências da ignorância, da maldade e da pobreza, que n’essa tribuna hoje se encontraram, em tocante convívio, um filantropo e uma sociedade culta, que se congrega por, entre lagrimas dovidas, ouvir impressionante narração do que sofre essa infeliz infância bem merecedora, sem duvida, dos condidos olhares e dos meigos afagos de todos de bom coração e affecto (MONCORVO FILHO, Arthur. Conferencia Medico-Social: Em Torno do Berço. *Jornal A Imprensa*, 09 de Julho de 1914, p.2).

O discurso do Dr. Moncorvo Filho em prol da infância pobre adquiriu grande notoriedade e tornou-se foco para o estabelecimento de uma sociedade mais preocupada

infância e suas consequências. Ao dedicar-se à pediatria seguiu novamente os passos do pai, de quem foi adjunto na Clínica de Crianças da Policlínica Geral do Rio de Janeiro (ALMEIDA, 2012).

com a assistência à infância e com mais políticas públicas voltadas para este fim. De modo geral, a assistência era uma das formas de suavizar a pobreza, e as práticas utilizadas nessas casas tinham o objetivo de transformar a infância pobre, órfã, em um cidadão útil para sociedade. Essas concepções harmonizavam-se com a concepção mais geral dos reformadores republicanos, que atribuíram a educação e a assistência à infância como papel-chave para a viabilidade da nação brasileira.

A sociedade da Primeira República conviveu com a questão social herdada pelo Império, fato problemático, pois tratava-se de uma nação independente, uma república, no entanto, formada por uma massa de analfabetos e miseráveis. No Império, a forma de lidar com essa população era baseada na pura e simples brutalidade; já na República, as elites intelectuais deparavam-se com um paradoxo maior, o problema de como incorporar ao novo regime político a massa de desvalidos (MISKOLCI, 2003).

Foi essa preocupação que propiciou o surgimento de diversas instituições assistenciais com desígnios variados em relação à infância pobre. Várias dessas instituições se caracterizavam por entidades filantrópicas³⁹, que compreendiam a infância como um objeto de caridade e não como sujeito de direitos. As intervenções assistenciais filantrópicas resultaram de circunstâncias que estavam atreladas ao poder da Igreja Católica para preservar a sociedade liberal, de maneira que foi possível a criação de serviços públicos para intervir no espaço social sem desvirtuar o caráter liberal do estado.

O modelo filantrópico assistia a infância pobre nos espaços educacionais com o propósito de educá-la nos orfanatos católicos e nas casas de misericórdias, buscando formar um cidadão cristão, e os institutos que se destinavam a atender à infância pobre nos aspectos da saúde física e moral. Embora estas iniciativas estivessem sendo mobilizadas pela beneficência privada, ainda não haviam conseguido resolver a deficiência do Estado na organização da assistência pública.

Vários institutos foram inaugurados no país, seguindo as mesmas normas de levar à sociedade um padrão de conduta moral e social aceitável à construção de uma nova identidade nacional, com preparo para um bom convívio na urbe e compatível ao desenvolvimento das forças de trabalho. Estes órgãos de assistência à infância pobre ganharam importância, sobretudo, no que diz respeito à assistência pública, no sistema

³⁹ Filantropia é um termo ingenuamente apolítico que significa a intervenção privada na esfera dos então denominados problemas sociais, mas deve ser considerada como uma estratégia deliberadamente ‘despolitizante’ para estabelecer serviços e facilidades públicas num ponto a meio caminho entre a iniciativa privada e o estado (DONZELOT, 1997, p. 55).

judiciário e educacional. Sua esfera de intervenção estava voltada às camadas desfavorecidas da sociedade, e o seu alvo preferencial foi o problema da infância pobre. Na Parahyba, os discursos confirmaram a necessidade da criação do instituto de proteção à infância:

E' de esperar que a sociedade parahybana dê mais uma vez provas robustas de amor ao próximo concorrendo com o seu valioso auxilio para a criação de um instituto que se torna cada dia mais necessario em nosso meio, qual a de assistência as creanças pobres que, á mingua de tudo, menos do vício, existem em grande quantidade nesta capital, sujeitas ás maiores necessidades de alimentação, hygiene e educação. (BARBOSA Florentino. Instituto de Proteção e Assistencia á Infancia. *Jornal A Imprensa* n 37, 19 de dezembro de 1912, p. 1).

A criação de institutos foi uma prática disseminada na sociedade brasileira, da Primeira República, expressando um movimento em âmbito nacional que tinha o fim múltiplo de socorrer a infância pobre. O Instituto de Proteção e Assistência à Infância da Parahyba - IPAIP, foi fundado pelo Dr. Walfredo Guedes Pereira (foto abaixo) “um bem conceituado e distinto medico que não sabe medir sacrifícios para bem desempenhar o cargo que lhe conferia o Instituto de Protecção a Infancia. Era solícito e caridoso para com a classe dos pequeninos da sorte” (INSTITUTO DE PROTEÇÃO E ASSISTENCIA Á INFANCIA. *Jornal A Imprensa* n.15, 9 de outubro de 1913).

igura II- Foto do Dr. Walfredo Guedes Pereira – Fundador do Instituto de Proteção e Assistência a infância da Paraahyba (IPAIP)



Fonte: Instituto Walfredo Guedes Pereira
<http://www.hsvp-iwgp.com.br/historia.html>

O Dr. Guedes⁴⁰ trabalhou no Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, sob o patrocínio do Dr. Moncorvo Filho. Ao perceber que na Parahyba faltava uma instituição congênere, o médico se dispôs a assumir esta função, administrando alternadamente, o instituto, de 1º de novembro de 1912 a 13 de maio de 1916, em consonância com os ideais dos seus fundadores e colaboradores, nas pessoas dos médicos Dr. Flávio Maroja, Dr. Manoel Tavares Cavalcante e Dr. José Ferreira de Moraes.

O Instituto de Proteção e Assistência à Infância da Parahyba - IPAIP (foto abaixo) buscava auxiliar a infância que estava condenada à morte e a invalidez. Este instituto seguiu o modelo do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI), fundado no Rio de Janeiro pelo o Dr. Moncorvo Filho, como já mencionado, um precursor na expansão do projeto em defesa da assistência médico higienista da infância pobre.

Figura III: Instituto de Proteção e Assistência à Infância, inauguração em 01/11/1912



Fonte: Instituto Walfredo Guedes Pereira - <http://www.hsvp-iwgp.com.br/historia.html>

Segundo os discursos veiculados pelo o jornal *A Imprensa*, o Instituto da Parahyba auxiliou a sociedade, preparando homens para o exercício da cidadania, evitando que o mal despontasse sobre as vidas das inocentes crianças que andavam à beira do precipício.

⁴⁰ O Dr. Walfredo Guedes Pereira foi eleito para o biênio 1916/1918 e dedicou-se à causa da infância pobre na Parahyba, foi reconduzido por diversas eleições ininterruptas, até que no dia 19 de novembro de 1950, por motivo de doença, viu-se obrigado a renunciar a administração do instituto, considerada uma grande causa humanitária. Com o seu afastamento, o instituto teve outros presidentes, com os seus respectivos períodos de gestão, sempre pautando suas ações no crescimento e engrandecimento do ideário maior, o pioneirismo dos” abnegados médicos fundadores”.

O primeiro prédio do Instituto na Parahyba estava situado na rua intitulada por Beco do Carmo, nº 6, onde funcionava a Escola de Aprendizizes Artífices. Iniciou seus trabalhos em novembro de 1912, com 412 crianças matriculadas, e com frequência média de 12 pacientes por dia; já no ano de 1920, a Policlínica chegou a atender uma média de 84 crianças por dia. O primeiro prédio do instituto foi adaptado e contava com um espaçoso salão dividido em duas seções, uma para espera da clientela, e outra, onde havia as consultas e os medicamentos para as crianças enfermas.

A necessidade de educar a infância pobre, órfã, enjeitada, e muitas outras denominações que receberam esteve presente nos discursos dos mais diferentes sujeitos preocupados com esta questão na Parahyba. Por esta razão, diversos segmentos, sejam eles educacionais ou não, particulares ou governamentais, viveram intensos debates e ações voltadas para atender à infância pobre e também aleijada. Nesse sentido, a Policlínica do Instituto de Proteção e Assistência a Infância da Parahyba (IPAIP), além de atender os casos de saúde física da infância, atendiam também as crianças que tinham problemas de deformidades congênitas, como relata o discurso:

Infelizmente não são so as enfermidades adquiridas, no decurso da vida, pelos modos já expandidos, que recrudesce os males da infância desvalida, sinão também os defeitos phisicos natos ou adventícios. Bem o sabemos quantos perigos é sujeita a prole, desde o seu estado embryonario, não só á morte, mas também a falta de proporcionalidade de alguns membros e á desconformidade de outros, vindo assim, a privar-o do uso honesto do trabalho, na luta pela existência, reduzindo-a ao estado penoso de mendigar o pão (INSTITUTO DE PROTECÇÃO Á INFANCIA. Jornal *A Imprensa* n 30, 25 de novembro de 1912, p.1)

Na Primeira República, as pessoas com deficiência eram incluídas na categoria mais ampla dos “miseráveis”, talvez o mais pobre entre os pobres (SILVA, 1987). As crianças deficientes passavam a ser vistas como um problema para a sociedade, uma questão de bem estar social, cujo equacionamento dependeria da adoção de medidas de ajuda, no sentido humanitário, às pessoas necessitadas. Como citado no discurso acima, essas pessoas estavam sujeitas a mendigar o pão, sem nenhuma perspectiva de melhora ou de reabilitação. Por esta razão, o instituto de proteção à infância se propunha a cuidar da infância, desde o seu estado embrionário, para evitar as futuras deficiências.

Os institutos de assistência à infância surgiram com a finalidade de atendimento à infância pobre e suas famílias num modelo de filantropia, passando pelo cuidado médico e pela normalização dos costumes através dos serviços médicos. Mas, o instituto da Parahyba foi além desses cuidados, pois, além de amparar a infância pobre e “desviá-la

dos caminhos da vadiagem, guiou-a para o caminho da instrução, ensinando o dever de homens de bem” (INSTITUTO DE PROTECÇÃO Á INFANCIA. Jornal *A Imprensa* n 30, 25 de novembro de 1912).

A população parahybana sempre foi solícita ao apelo da direção do instituto a favor da infância, fazendo-se presente às reuniões que buscavam angariar fundos para as instituições de assistência, colaborando com seus donativos e, de certa forma, apoiando as obras de caridade da diocese e do governo do Estado, o Exmo. Sr. Dr. Casto Pinto. Os campos intelectual e político se unificavam, a fim de reorganizar os espaços urbanos e, para isso, foram pensados e criados mecanismos que concretizaram esse ideário, como a criação de instituições de assistência pública.

Os discursos do jornal *A Imprensa*, ao se referir a estes estabelecimentos de assistência, afirmam que eram destinados a cuidar dos menores desprovidos e tratá-los preventivamente, dando a educação moral, física, intelectual e profissional. Esses discursos são recorrentes no jornal *A Imprensa* e influenciar na educação da infância pobre.

O Instituto de Proteção e Assistência à Infância da Parahyba (IPAIP) auxiliou o Estado na recuperação e condução da infância pobre. Assim, este Instituto se configurava como um “dispositivo”, uma “tecnologia de poder” carregada de efeitos de verdade em sua missão de cuidar da saúde e retirar da miséria a infância.

No quadro IV, vamos perceber a importância atribuída ao “Instituto de Proteção e Assistência à Infância da Parahyba” no auxílio da formação da infância pobre parahybana, pois foi tema constante no jornal *A Imprensa* entre os anos de 1912 e 1922.

Quadro IV – Títulos dos artigos que veiculavam os discursos da Assistência a Infância pobre no jornal *A Imprensa* (1912 -1922).

Data da Publicação	Ano do Jornal	Título do Texto
14 de Novembro	1912	Assistencia á Infancia
21 de Novembro	1912	Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia
19 de Dezembro	1912	Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia
25 de Novembro	1912	Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia
18 de Novembro	1912	Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia
31 de Outubro	1912	Protecção á Infancia

13 de Janeiro	1913	Assistencia á Infancia
3 de Abril	1913	Instituto de Befecencia
31 de Março	1913	Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia
9 de Outubro	1913	Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia- Damas Protectoras da Infância
25 de Maio	1914	Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia –
16 de Julho	1914	Em Torno do Berço – Conferencia Medico-Social
27 de Julho	1914	Em Torno do Berço – Conferencia Medico-Social
15 de Setembro	1914	Em Torno do Berço – Conferencia Medico-Social
26 de Outubro	1915	Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia
2 de Novembro	1916	Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia
16 de Setembro	1916	Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia
16 de Maio	1917	Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia
2 de Maio	1918	Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia
19 de Maio	1918	Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia
5 de Fevereiro	1920	Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia
5 de Agosto	1920	Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia Inauguração da Maternidade

Fonte: Jornal *A Imprensa* de 1912 a 1922. Organizado por Costa (2015)

Nota-se, através do quadro acima, que nos anos de 1912 a 1914, as publicações sobre o Instituto de Protecção e assistência à Infância da Parahyba, foram mais frequentes, talvez porque o instituto ainda estava se consolidando e precisava do apoio da população de modo geral. O Instituto de Protecção e Assistência à Infância (IPAIP) surgiu no bojo da organização de intelectuais no campo das letras, medicina, das damas da elite social e do apoio da igreja católica. Tal grupo tinha como preocupação o cuidado com a infância pobre, através de uma coluna dedicada ao assunto no jornal *A Imprensa*.

Na década de 1912 a 1922 o assistencialismo se tornou alvo de preocupações na Parahyba, criando outras instituições de apoio ao Instituto de Protecção e Assistência à infância da Parahyba (IPAIP), entre elas, as instituições católicas e de iniciativas particulares, como a Associação Protetora da Infância, fundada em 1912, e as Damas Protetoras, fundada em 1913, formada por senhoras e senhoritas da sociedade que se encarregavam de organizar festas para angariar recursos para o instituto, como consta no Departamento do Estatuto:

Art. I Fica constituído no Instituto de Protecção e Assistência á Infancia da Parahyba do Norte, o Departamento das Damas Protectoras da Infancia.

Art. II dele poderão participar todas as Senhoras, qualquer que seja o seu estado civil, desde que tenham mais de 15 annos de idade e sejam de reconhecida moralidade.

Art. II Serão consideradas desde logo Damas Protectoras todas aquellas que após da adpção dos presentes Estatutos, forem designadas pela a Directoria de Instituto. Poderão também ser admitidos em qualquer tempo, quaisquer outras que sejam propostas e aceitas os espontaneamente peçam a sua inscripção, desde que tenham as qualidades mencionadas no art. II.

Art. IV São fins do departamento:

§ 1º Promover os meios de proteger eficazmente a infancia pobre, proporcionando-lhe os cuidados de que necessitar;

§ 2º Angariar objetos que lhe possam ser uteis á vida;

§ 3º Incumbir-se de fazer vestes e auxiliar no tratamento de crianças enfermas;

§ 4º Oferecer as crianças pobres festas e brinquedos por ocasião do Natal;

§ 5º Prestar ao Instituto de Protecção e Assistência á Infancia a coadjuvação precisa para o cumprimento dos seus Estatutos e realização dos serviços a seu cargo.

Art V. As Damas Protectoras da Infancia incumbe:

§ 1º Observar e fazer observar os presentes Estatutos e os do Instituto de Protecção e Assistência á Infancia;

§ 2º Cumprir bem e fielmente qualquer missão que lhe seja confiada pela Directori do Departamento ou do Instituto;

§ 3º Aceitar e desempenhar fielmente qualquer cargo para o que for eleita ou designada, não podendo recusar senão por motivo que a Directoria julgue justo;

§ 4º Contribuir com a importância de 2\$000 por trimestre ou com serviços na forma dos Estatutos.

Art VI. Perderá os direitos inerentes á qualidade de Damas Proctectoras aquella que por um anno deixar de contribuir com dinheiro ou serviços sem motivos justificados, podendo readquiril-o de acordo com os Estatutos do Instituto de Protecção e Assistência á Infancia (ESTATUTO DO DEPARTAMENTO DAS DAMAS PROTECTORAS DA INFANCIA. *Jornal A Imprensa* n 69, 1 de Dezembro de 1914, p.2).

Tais instituições tinham uma função social no Estado, pois a questão da assistência à infância pobre se constituía num problema social, que dependia da ajuda externa para amenizar os efeitos maléficos e promover uma regeneração desses indivíduos. A falta de recursos financeiros do governo parahybano impulsionava a sociedade a tomar uma posição mais atuante com relação às instituições beneficentes e à infância pobre era alvo da conduta social que, através dos institutos, expressavam uma das mais eficazes formas de docilização dos corpos (FOUCAULT, 1987). A caridade, a orientação religiosa e a filantropia científica coexistiam sob determinados aspectos, sendo a ação filantrópica compreendida como um movimento particular, no qual o Estado procurava organizar os saberes científicos em torno do assistencialismo. Mas, ambos estavam preocupados com a educação, a regeneração e disciplinarização dos comportamentos da pobreza, em contraposição com as práticas essencialmente caridosas da religião cristã (VAINFAS, 2002).

Conforme Kuhlmann Júnior (1998), o fato de existirem abrigos, asilos e santas casas, lembra a marcante presença de organizações privadas na assistência pública. Ambas formavam um campo de assistência, tendo modos parecidos de agir, sendo articuladas por pessoas que circulavam entre o público e o privado. Nesse momento, era comum a assistência à infância e o convívio entre as iniciativas particulares e estatais. Os articuladores das ações privadas, também faziam parte do quadro de funcionários do governo, e costumavam manter contato com o Estado, requerendo deste o auxílio às obras de caridade e assistência. Nos discursos do jornal *A Imprensa* podemos observar estas ações públicas entrelaçadas com as questões filantrópicas e religiosas.

No entanto, o instituto foi além das ações públicas e assistências, preocupava-se com ações de caráter higiênico, educacional e com questões sociais que englobavam uma dimensão moral, física e intelectual dos sujeitos. Segundo o jornal pesquisado, na questão do ensino o instituto decidiu contribuir para alfabetizar a infância que ali circulava, descreve o discurso:

O único instrumento que lobrigamos idoneo para desfaze tantos males que dia a dia vão recrudescendo o estado da sociedade e das famillias parahybanas é a instrucção da infancia, sob todas as suas modalidades. Por isso o Instituto de Protecção á Infancia mui acertadamente determinará, em seos estatutos *in priori*, uma secção exclusiva para o ensino. Esta harmoniosa ideia do “Instituto é dgna de applausos, mas além disso deve receber os grandes auxilios dos patricios parahybanos. Assim esperamos!(BARBOSA, Florentino. Instituto de Protecção A Infancia, Jornal *A Imprensa* 30, 25 de novembro de 1912, p.1).

Segundo o Pe. Florentino Barbosa, o dever do instituto era assistir, rigorosamente, todo aquele que tinha uma preocupação generosa e altruísta com o destino dos homens. As intervenções visavam alcançar a população jovem e infantil pobre, doente e abandonada, que necessitavam de auxílio para melhoria das condições de vida. O Instituto era uma necessidade para a Parahyba no período de 1912 a 1922, pois procurava construir uma futura sociedade com homens preparados para o amanhã, sendo que sua ação vinha desde a prole em seu estado embrionário, procurando afastar a infância de todo elemento nocivo que a rodeava. Outra questão que também preocupava o instituto era o preparo intelectual da infância pobre. Como afirma o relato este ponto era tido como

[...] um outro grande mal a remediar: é a falta de Instrucção intelectual, religiosa e cívica. Os pequeninos abandonados no estado de indigência, não o são menos no que diz respeito a sua educação. Nascem, crescem e morrem analfabetos. As letras para essa subraça da humanidade são verdadeiros hycrogriphos egypciacos, indecifráveis, inúteis...(BARBOSA, Florentino.

Instituto de Protecção A Infancia, Jornal *A Imprensa* 30, 25 de novembro de 1912, p.1).

Assim, o Instituto de Protecção e Assistência à Infância da Parahyba (IPAIP) ampliou suas atividades de instrução para a infância pobre, com um projeto de alfabetizar algumas crianças que já eram assistidas por ele. No ano 1920, o Instituto já funcionava de forma satisfatória, por isso é comum encontrarmos no jornal *A Imprensa*, discursos como:

A nossa capital tem sido prodiga em socorrer as criancinhas pobres, por intermédio do instituto. Agora a frequência é de mais de oitenta e quadro crianças por dia. Dahi o apelo feito em nome desses pequeninos seres, á liberalidade do povo parahybano, afim de não ser interrompida n sua nobre missão o mais belo instituto que temos visto nesta capital. [...] Foi em boa hora sugerida neste Instituto de protecção a Infancia desvalida a ideia de fundar nesta nossa cidade parahybana, uma instituição para proteger os pequeninos, foi portanto felicíssima e como tal não poude deixar de ter numerosos adeptos. (INSTITUTO DE PROCTEÇAO E ASSISTENCIA Á INFANCIA, Jornal *A Imprensa* n 75, 5 de Fevereiro de 1920, p.1).

O Instituto conseguiu promover uma quantidade substancial de benefícios e oferecer assistência à infância pobre e sua família, dando orientações educacionais, oferecendo tratamentos médicos como: consultas médicas, operações cirúrgicas, exames de amas de leite, partos, injeções, entre outros.

Portanto, a escolarização e a assistência à infância pobre parahybana coincidiram com diversas transformações sociais com projetos do governo, ações filantrópicas e outras ferramentas que impulsionaram as práticas educativas da infância pobre na Parahyba. A escolarização como uma questão emergente trouxe a possibilidade de instrução e preparo intelectual para a infância, embora algumas negligências do governo tenham inutilizado tais ações. Outra demanda de emergência foi a criação de institutos para cuidar e proteger a infância pobre, procurando suavizar a pobreza e incorporar novos hábitos à infância, dentre eles, os saberes médicos- higiênicos, como veremos no próximo capítulo.

CAPITULO III

“HIGIENIZANDO OS CORPOS INFANTIS”: A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA PARAHYBANA NO JORNAL *A IMPRENSA*

Nunca é, porém demais insistir que a criança devera ser cuidada desde muito cedo, aqui estão para prova-lo, com uma civilidade indiscutível, os próprios estudos da Puericultura⁴¹, as estatísticas dos competentes e os resultados já auferidos, demonstrando que, em todos os sentidos, é preciso cercar o ente humano do maior zelo e esse zelo deve começar em torno da genitora, acompanhando-se depois o móvel sêr, uma vez nascido, até a idade em que já póde prescindir de outrem. Justamente pela insuficiencia do seu funcionamento cerebral, a criança constitue-se um parasita delicado e cumpre ao animal homem já creado, já educado e com a inteligência preparada para reconhecer os bons e os maus elementos, abroquelar o débil individuo contra os accidentes que o impeçam de vencer a existência (MONCORVO FILHO, Arthur. Conferencia Medico-Social: Em Torno do Berço. *Jornal A Imprensa* n 9, 15 de setembro de 1914, p.1).

No fragmento colhido do jornal *A Imprensa*, o higienismo⁴² foi produzido como discurso de ‘verdade’, que marcou a construção da sociedade brasileira na Primeira República. Esse discurso ocupou espaços expressivos nos diversos campos do saber, propondo soluções para a população que carecia de informações. Grande parte do discurso higienista estava voltado ao corpo individualizado da infância, atuando como dispositivo de poder cujos efeitos atuavam sobre ações sociais coletivas e produzia comportamentos pautados em normas e saberes médicos⁴³.

O higienismo foi um componente fundamental na configuração da sociedade parahybana na Primeira República. Os princípios médicos que cientificamente o embarcavam eram provados e demonstrados devendo ser seguidos e obedecidos fielmente. O movimento de profilaxia da anormalidade tornou-se um referencial para estabelecer o nível de desvio da conduta normal e moral da população. Teve seu

⁴¹ Puericultura é a ciência que reúne todas as noções (fisiologia, higiene, sociologia) suscetíveis de favorecer o desenvolvimento físico e psíquico das crianças, desde o período da gestação até a puberdade. É o conjunto de noções e técnicas voltadas para o cuidado médico, higiênico, nutricional, psicológico etc., das crianças pequenas, da gestação até quatro ou cinco anos de idade.

⁴² Neste texto, serão utilizados os termos higiene, higienismo e higienista com o mesmo significado, sem preocupação com as sutilezas de sentido que possam conter;

⁴³ Os saberes médicos eram princípios científicos que tinham por meta explícita elevar a qualidade cívica da sociedade, mas que traziam nas entrelinhas os discursos produzidos por um viés autoritário que visavam a eugenia do povo brasileiro, nem que seus autores possam negar essa preocupação eugênica (JUNIOR, 2000).

amadurecimento na década de 1920⁴⁴, quando os saberes médicos/científicos se propagaram e se consolidaram como verdades e normas.

Na Parahyba, desde o governo de João Machado (1908 – 1912), já se tentava adotar princípios de higiene, mas somente a partir da década de 1910 é que as noções de higiene se intensificaram, e os espaços passaram a ser pensados em função da ordem higiênica e social⁴⁵ (ESPINDOLA, 2012). Nas décadas seguintes a Parahyba começou a incorporar alguns ideais modernos, dentre outros, a função educativa de bem estar e higiene, noções constituintes de um espírito cosmopolita.

O interesse por este campo do saber estava em combater as doenças, os maus hábitos da população e em estabelecer uma nova tecnologia de poder, capaz de controlar os indivíduos, tornando-os mais produtivos e aptos a viverem em uma sociedade que se queria limpa e ordeira. Os principais articuladores do movimento social tomaram para si a tarefa de proteger, higienicamente, a coletividade. Os higienistas consideravam como sua atribuição, a criação dos hábitos sádios e a realização das grandes aspirações sanitárias do Estado, inserindo uma nova forma de controle social e de exercício do poder por parte das elites políticas e intelectuais sobre a população em geral.

A redefinição das relações de poder, no espaço urbano, foi modificando a compreensão de infância através das novas concepções de higiene adotadas, que referiam-se à infância como fase de dependência do adulto, devendo ser cuidada desde cedo, até a idade em que fosse capaz de cuidar de si. Foucault (2001, p. 58) ressalta que o cuidado de si e o cuidado que os outros devem ter são sinais de intensificação das relações sociais nos jogos de poder e dominação do outro sobre si e do controle sobre os corpos. No discurso do jornal *A Imprensa*, o cuidar da infância está relacionado à dimensão social, ou seja, à importância do cuidado dos pais nessa fase da vida.

O cuidado foi o cerne do discurso higienista, eficaz na implantação dos novos costumes, indicando um modelo de civilidade na moldagem da infância pobre que buscava internalizar novos costumes e criava novos hábitos (OLIVEIRA, 2012). Esses cuidados implicavam em propostas modernizadoras e privilegiavam a educação como um caminho para ascensão social das classes populares, consolidando ações imbuídas pelos projetos nacionais de nação desenvolvida e moderna. Segundo Gondra (2000) a civilidade

⁴⁴ Nesta década a concepção higienista passou do plano das ideias para as práticas sociais tanto dirigidas aos cuidados maternos quanto ao trabalho dos professores (VASCONCELLOS, 2008).

⁴⁵ Desde o século XVIII o pensamento higienista já havia penetrado no Brasil. No início com pouca repercussão, mas foi ganhando força com a institucionalização do ensino médico no país (ABREU, 1996).

implicava a expansão e construção do país, propiciando uma modernidade através dos saberes médicos com a imposição de novos hábitos de saúde sobre os corpos infantis.

Conforme Foucault (1979), a necessidade de controle do Estado sobre os indivíduos proliferou na Europa a partir do século XVIII, através de um campo imenso de práticas e ações com pretensão de controlar as condições materiais e comportamentais dos sujeitos. Essas estratégias de controle foram rígidas na disciplina, no controle das atividades, no cuidado com o corpo e na preocupação com a formação da infância. No Brasil, os saberes higienistas foram tratados como estatutos especializados para a saúde e para o ambiente, controlando os sujeitos de diferentes formas. Estas normas estavam intimamente ligadas a concepções de verdade⁴⁶ científicas que exerceram poder na sociedade com a regulamentação do bem comum.

O discurso higienista produzido pelo jornal *A Imprensa* legitimou a necessidade de reorganização da sociedade, destacando normas de higiene para a infância pobre como um caminho para se alcançar o progresso. Esse discurso ocupou posições privilegiadas do poder político e ideológico do aparelho estatal, tornando-se estratégia política fundamental para a educação da infância pobre.

O que mais chamou a atenção nas publicações desse jornal foi a grande quantidade de informações ditas modernas sobre higiene como: educação física, a prática da ginástica sueca e o bem estar físico, como defesas à saúde. Nesses discursos transparecem severas críticas ao Estado, a necessidade de disciplinarização da população e reproduziam a importância dos novos saberes para constituição de uma infância limpa e higienizada. No Quadro V vamos apresentar a recorrência dos discursos higienistas no jornal *A Imprensa* durante a década estudada, com seus devidos títulos.

Quadro V – Artigos que veiculavam discursos sobre a hygiene no Jornal *A Imprensa* (1912 -1922).

Data da Publicação	Ano do Jornal	Título do Texto
7/setembro	1912	A Bubonica em Campina Grande: O telegrama d' A Imprensa
3/outubro	1912	Uma Calamidade Immente; A bubônica em Campina Grande
10/outubro	1912	Peste Bubonica
31/março	1913	A Hygiene Particular
13/janeiro	1913	A Variola

⁴⁶ Foucault não se preocupa em definir o que é verdade e o que não é, mas questiona por que algumas coisas são consideradas verdades enquanto outras não. Trazer as características do nosso próprio regime de verdade. Segundo Foucault, cada sociedade possui seu próprio regime de verdade, ou seja, cada sociedade acolhe um tipo de discurso como sendo verdadeiro. Esse discurso escolhido não está isento de um interesse político ou econômico (FOUCAULT, 1999).

2/outubro	1913	Pela Hygiene
2/julho	1914	Cabedello: Hygiene Publica
4/maio	1914	A Tuberculose
23/maio	1914	A Variola – Vacinem-se
18/outubro	1915	Pela a Hygiene
21/setembro	1916	Educação physica
16/abril	1916	A Gymnastica nas escolas
15/fevereiro	1917	Condições de hygiene no cemitério
31/outubro	1918	A Influenza espanhola
21/novembro	1918	A influenza espanhola
17/outubro	1918	A influenza hespanhola
10/julho	1919	A Hygiene
2/outubro	1919	A Falta de hygiene em Santa Rita
2/outubro	1919	As medidas tomadas pela Directoria de Hygiene desta Capital
4/setembro	1919	Há varíola em Pilões – morrem duas pessoas
13/julho	1921	Pela Hygiene
13/julho	1921	Pela saúde publica
20/julho	1921	Asseio e Hygiene
28/setembro	1921	A saúde publica
29/março	1922	Por que tantos Morrem

Fonte: Jornal *A Imprensa* de 1912 a 1922. Organizado por Costa (2015).

A partir da leitura do quadro acima, percebemos que nos últimos quatro anos da década estudada, o discurso higienista tornou-se mais frequentes, mostrando a importância dessa questão para a Parahyba no combate às doenças e aos maus hábitos da população. A grande maioria das matérias que tratava da importância da saúde foram conferências proferidas por intelectuais e médicos, questões que foram regularizadas através da criação do Departamento Nacional de Saúde Pública - DNSP, órgão responsável pela prevenção e o cuidado com a saúde da sociedade brasileira. Na Parahyba, no governo de Francisco Camilo de Holanda, foi criado o decreto de nº 14.354, de 15 de setembro de 1920, que instituiu a “Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural - CSPR”, com o objetivo de desenvolver projetos de ação contra as endemias rurais que assolaram a população parahybana (OLIVEIRA, 2012).

Além dos higienistas e dos médicos, também os educadores e a família foram chamados a se responsabilizarem pela disseminação de conhecimentos e de construção de uma sociedade saudável. Nesse contexto, a infância pobre tornava-se um alvo privilegiado desse projeto, com o entendimento de que as outras fases da vida dependiam dos cuidados com a mesma, por isso fazia-se necessário um

(...) controle positivo da vida da criança, através de uma instituição voltada para ela, instituição perfeitamente medicalizada. Exigência justificada pela importância da criança para a sociedade. O progresso desta dependia do desenvolvimento saudável de cada indivíduo (MACHADO, 1978).

As ações implementadas reitaravam a importância que teve o discurso higienista no pensar a infância pobre e suas condições sociais, morais, físicas e educacionais, construindo conhecimentos gerados a partir de estratégias de atuação e efetivação das normas produzidas pelo saber-poder higiênico. O ordenamento e controle dos corpos infantis foram gerenciados pelos processos biológicos, numa sociedade de normalização, harmonizando disciplina e regulação. O poder normativo, as leis e a codificação comportamental da infância ganharam espaço no estabelecimento de normas que dependiam da produção de conhecimentos por parte de instituições de poder como a escola, a família e o Estado, determinando seus objetivos e métodos de atuação (GORE,1994).

A consolidação da infância pobre higienizada se efetivou nos espaços educacionais com as reformas do ensino, que criaram a disciplina escolar de Higiene na Escola Normal, a primeira instituição de ensino a apresentar a higiene como disciplina escolar. Essa disciplina auxiliou no combate às moléstias que circulavam na Parahyba e foi criada através do decreto nº.533 de 6 de abril, com o status de disciplina escolar, produzindo maior significância aos saberes da higiene (KULESZA, 2006).

Assim, observando a importância atribuída aos saberes médicos na educação da infância pobre na década de 1912 a 1922, consideramos importante, neste capítulo, pensar sobre as moléstias epidêmicas que afetaram a infância pobre, ceifando vidas e levando toda população ao pavor. Em seguida, pontuaremos algumas questões referentes à higiene dos ambientes como domicílios, escolas e cidades e, por último, analisamos os novos ideais de educação higiênica através dos exercícios e da educação física, como formas de modelagem dos corpos infantis. Durante a década estudada, as epidemias que mais

afetaram a população da Parahyba foram a peste bubônica, a varíola, a tuberculose e a influenza espanhola, como veremos a seguir.

3.1. “Hygiene descurada”: as moléstias epidêmicas que afetaram a infância parahybana na Primeira República

Entre nós, apesar dos esforços do illustre corpo medico, a hygiene acha-se muito descurada e, pode-se dizer quase que embrionária a febre vae dizimando, numa proporção assustadora, os nossos patrícios. Ainda hontem em Campina Grande, victima da terrível bubônica, alarmando-se com o caso toda a Parahyba. A variola alastra-se, todos os anos, pelo o interior afora, ceifando vidas e levando o pavor aos campos. Em Cabedelo e aqui mesmo na Capital, há fôcos da infecção que estão a reclamar dos poderes públicos sérios e urgentes providenciais (PELA HYGIENE, Jornal *A Imprensa* n 10, 18 de Outubro de 1915, p.1).

Como relata o discurso veiculado no jornal *A Imprensa*, a Parahyba passava por momentos difíceis com a propagação de epidemias que contagiavam e se alastravam pela falta de higiene nas cidades, onde encontrava-se lixo depositado nas ruas e focos de infecções espalhados por todos os lugares, especialmente nas regiões onde habitava a pobreza. Diante dessa desordem, alguns intelectuais e educadores envolveram-se em diversos movimentos voltados à propagação dos princípios higienistas, engajando-se num processo de educação e conscientização pela saúde, junto aos médicos higienistas.

Historiadores da educação, como Oliveira (2009), Queiroga (2014), Soares Jr (2011), Vasconcelos (2008) e outros, relatam o panorama de abandono da Parahyba na Primeira República. Nesse período, na Parahyba, como em outros Estados, faltavam saneamento básico, hospitais públicos, remédios e assistência médica. O povo encontrava-se despreparado para o trabalho, analfabeto e doente. Como consequência, as pestes dizimavam a população e, com o surgimento de várias doenças, aumentou a mortalidade infantil. O jornal *A Imprensa* destaca alguns males que afetaram a população parahybana, como a peste bubônica em 1912, a Varíola em 1913 e 1917, a Tuberculose em 1913 e a Influenza espanhola em 1918, já no final da década. Essas doenças, poluíam o imaginário social com seus efeitos danosos aos corpos e às cidades, por serem doenças que causavam calamidades públicas.

No ano de 1912, a cidade de Campina Grande foi atingida pela peste bubônica, uma moléstia provocada pela invasão dos ratos, e devido à ausência dos serviços de higiene. O indivíduo acometido pela peste apresentava febre alta, delírio, dores pelo corpo e bubões. A peste bubônica causou pavor à população e levou muitos à morte. Essa

doença definha rapidamente o corpo do indivíduo, deixando-o em estado deplorável, magro, com olhos fundos e lábios secos.

As matérias do jornal *A Imprensa* denunciavam o pouco interesse dos poderes públicos em solucionar o problema da sujeira, das doenças e da peste. Relatos destacam que, no ano de 1912 faleceram na cidade de Campina Grande, 21 pessoas vítimas da peste bubônica. Dias depois, o mesmo jornal traz uma matéria afirmando que “a mortalidade infantil na Parahyba foi enorme, de zero a um ano, atingiu a cifra de 263 óbitos” (PELA HIGIENE, Jornal *A Imprensa* n 10, 18 de Outubro de 1915, p.1). Tais afirmações nos mostram que a peste bubônica e outras moléstias atingiram grandemente a infância pobre, devido à moradia em ambientes inapropriados, com sujeira, lixo, poças de água e lugares onde os ratos costumeiramente circulavam.

Com o avanço da peste bubônica na cidade de Campina Grande, o governo paraibano procurou intervenções através da higienização e do disciplinamento das camadas menos favorecidas da sociedade. Criou o Serviço de Higiene Pública (SHP), que tomou providências no combate à peste, com medidas de higienização da cidade, das ruas, das casas e dos corpos. Porém, segundo Oliveira (2009, p. 8), as providências não foram suficientes, refletindo a incapacidade do Estado em erradicar as doenças e moléstias e resolver os problemas da saúde pública e de higiene do Estado. Ainda não se tinha combatido completamente a peste bubônica e já se registrava casos de varíola, que serviram para aumentar o medo da população, o número de doentes e o índice de mortalidade infantil, como relata o discurso do próprio jornal pesquisado:

E’ sabido que nesta capital como em alguns municípios do Estado, está arrasando a epidemia da variola, sem intensidade embora, mas advertindo-nos de que despetemos para enfrentar o terrível mal. Ninguém deve hoje ignorar e fugir da repelente e mortífera epidemia, quase situados como aos achamos, e o mesmo que afastar-se do ponto onde se fere um combate para colocar-se ao possível alcance dos certos projetos, supondo-se ao abrigo dos seus danosos efeitos (A VARIOLA- VACINEM-SE. Jornal *A Imprensa* n 58, 23 de maio de 1914, p.3).

Antes dessa denúncia, já se ouvia notícias da epidemia da varíola. Em janeiro de 1913, o médico Flavio Marója relata que tinha notícias de casos gravíssimos da varíola e, se não averiguados urgentemente, assumiriam um caráter epidêmico devastador (OLIVEIRA, 2015). A varíola, aliada à tuberculose, assustou os moradores da capital parahybana e, mais uma vez, o problema da saúde pública foi colocada em jogo, como relata o jornal:

Não é demais que voltemos a tratar sobre um assumpto de que, por vezes, nos temos occupado. Encaramol-o como um dos principaes problemas a resolver em nosso Estado e, particularmente, em nossa capital. De algum tempo a esta data, nos vemos assoberbados pela a varíola, que vem dizimando a nossa população e, irradiando-se pelos pontos circunvizinhos, espalha o terror e o sobressalto em toda parte. Consequencias bem funestas advêm da propagação do terrível mal. Afóra o arrebatamento á vida de pessoas caras e uteis á sociedade e á família, põe em serias dificuldades o commercio do interior que vê desaparecer, sensivelmente, grande parte de seus elementos de subsistencia. Entretanto, poderíamos evitar, senão de todo ao menos em parte, efeitos tão desastrosos. Pobre como é o nosso Estado, nem por isso lhe faltam os meios de pôr um dique a essas epidemias que nos visitam periodicamente (HYGIENE. *Jornal A Imprensa* n 8, 26 de Fevereiro de 1914, p.1).

O jornal *A Imprensa* traz a questão da varíola como uma das epidemias mais temidas pela população da capital parahybana. Essa peste alastrou-se por todo o Estado, levando muitos à óbito. Algumas medidas foram tomadas como o isolamento, a desinfecção compulsória e outras, mas, a vacinação era o único recurso profilático seguro, embora existisse um debate político em torno da vacina ser ou não obrigatória. O médico Flávio Marója ao defender o consumo da vacina, cita a frase do higienista carioca Oswaldo Cruz “hoje só tem varíola quem quer”, e desloca a culpa do mal epidêmico para a população ignorante que não aceitava a prática vacinal. O próprio médico Flávio Maroja, destaca a importância da vacina no combate à epidemia, trazendo como brado higiênico: “Vaccinem-se! Revaccinem-se!” (HYGIENE. *Jornal A Imprensa* n 8, 26 de Fevereiro de 1914).

Como fica claro nas matérias acima citadas, o processo de higienização teve início com campanhas que se tornaram recorrentes nesse período. Algumas dessas campanhas foram realizadas de forma autoritária e impositiva, criando grande repulsa e indignação na população. Essas atitudes desencadearam um dos movimentos populares mais conhecidos na Primeira República, a ‘Revolta da Vacina’⁴⁷, movimento que levou uma grande parte da população a se opor ao sistema de vacinação.

A tuberculose é outra doença que surgiu nesse mesmo período. Os discursos do jornal *A Imprensa* mostram o quanto esse mal afligia a Parahyba e como a população agiu diante do turbilhão de informações que envolviam a medicina, o Estado, a Igreja e a própria tradição popular. A tuberculose alastrou-se, mais frequentemente, entre a

⁴⁷ A revolta da vacina foi um movimento popular que ocorreu no Rio de Janeiro, entre os dias 10 a 16 de novembro de 1904. A principal causa foi a campanha de vacinação obrigatória contra a varíola, realizada pelo governo brasileiro e comandada pelo médico sanitário Dr. Oswaldo Cruz. A grande maioria da população, que não conheciam o funcionamento de uma vacina e seus efeitos positivos e por isso não queriam tomá-la.

população desfavorecida, e a maioria eram crianças, que enchiam os hospitais, elevando o número de mortes, devido a lugares escuros, úmidos e empoeirados, onde viviam. Segundo o jornal *A Imprensa*,

A Tuberculose, efetivamente, se alastra de um modo assombroso na Parahyba, e cumpre aos poderes públicos agir sem demora para conjurar essa calamidade, que é um sorvedouro aberto, tragando pertinazmente a vida da família conterrânea e devastando, como um incêndio fatal, a geração presente e as futuras (KALIN, Fran. A Tuberculose. *Jornal A Imprensa* n 68, 04 de maio de 1914, p.1).

Nos anos seguintes, a Parahyba continuou lutando para combater os males já existentes. No ano de 1918, quando a Parahyba parecia dar crédito ao progresso da saúde pública, é tomada pela pandemia da gripe espanhola, a qual torna-se destaque nos jornais de outros Estados, avolumando-se numa grande quantidade de óbitos. A princípio, a população acostumada com enfermidades, pouco assustou-se, mas com o advento da influenza espanhola, conhecida por gripe, resfriado e constipação, a doença passou a hospedar-se no corpo das pessoas levando-as a óbito. E, como relata o jornal *A Imprensa* “a mortalidade infantil é, por toda a parte assombrosa” (KALIN, Fran. A Tuberculose. *Jornal A Imprensa* n 68, 04 de maio de 1914, p.1).

Nesse período, existia um pensamento de que o povo brasileiro não era produtivo, porque estava abandonado pelas autoridades governamentais, que pouco faziam pela Educação e pela Saúde da população (HOELLER, 2009). De fato, grande parte da população brasileira estava doente e abandonada, por isso, exigia-se do Estado uma atitude construtiva na melhoria das condições de vida da população e da infância pobre. Essa postura teve um papel preponderante para se pensar na produtividade como resultado das condições de trabalho. Assim, as condições sociais, econômicas e educacionais passaram a ser mais significativas e provocaram mudanças na consciência nacional sobre os problemas brasileiros.

O higienismo proclamou que somente pela educação a sociedade se libertaria dos males que vitimavam a população, pois, a educação trazia instrução e soluções para as mazelas educacionais e sociais das camadas populares (GONDRA, 2000). Na Parahyba como em outros Estados, a miséria que assolava a sociedade eram as epidemias que se alastravam pelo país, levando a vida de muitas pessoas. Os jornais eram utilizados para propagar e divulgar os novos conhecimentos referentes à higiene e aos saberes médicos⁴⁸, no intuito de auxiliar a população no combate às doenças.

O jornal *A Imprensa* trouxe essas matérias com destaque, postas em letras maiúsculas e chamativas para atrair os leitores, demonstrando a importância dos seus artigos para a comunidade de leitores. Foram informações que articularam expectativas em torno da infância pobre, e não há como negar uma intenção dogmática da Igreja católica com essas ações. Esses discursos repercutiram em diferentes contextos sociais e políticos, os quais destacaram a importância da infância higienizada, como componente ideal para uma nação civilizada e, ao mesmo tempo, um efervescente campo científico que buscava constituir uma identidade para a infância pobre parahyana.

Os relatos divulgaram a acuidade da higiene nos domicílios, nas escolas e nas cidades parahyanas, onde os desmazelos impediam a legitimação do saber higienista, até então divulgado nos discursos do jornal *A Imprensa*.

3.2. “Os desmazelos nas habitações”: a higiene nos domicílios, escolas e cidades parahyanas

A conta de imprevidencia nossa, de desmazelo e revoltante descaso dos interesses de ordem geral se devem lançar as innumeras vidas preciosas arrebatadas á pátria, quando mais necessárias se faziam.
[...] Por isso, incumbe a qualquer pessoa que preze o seu bem estar e a limpeza do pequeno mundo em que habita com os entes que lhe são caros, o dever de todo ordenar no sentido de evitar as doenças que se transmitem e propagam quase sempre devido á falta de aceio (INSTITUTO DE PROTECÇÃO E ASSISTENCIA Á INFANCIA. Jornal *A Imprensa* n 24, 31 de março de 1913, p.2).

A higienização da infância pobre como prática de governo⁴⁹, pretendia dar visibilidade e propor soluções aos problemas educacionais e sociais que assolavam as cidades. As ações higiênicas se propunham pensar, explicar e compreender a importância de se promover meios eficientes nas escolas e em outras instituições. O amadurecimento dessas ideias foi a condição de possibilidade para a incorporação de novos hábitos na vida dos indivíduos, estabelecendo dispositivos de poder, para controlar a infância e ganhar vulto no meio dos movimentos políticos. Os discursos sobre a infância pobre, pelo o viés

⁴⁹ Entendo o conceito de governo distinguindo-o de governo, na perspectiva traçada por Bujes (2002): o governo como uma instância de controle político, como instituição a quem cabe o exercício da autoridade, do ato que se exerce sobre uma pessoa ou que ela exerce sobre si mesma, para controlar as suas ações. O *governo*, como nos diz Foucault, seria uma ação sobre o campo eventual da conduta alheia, uma ação sobre ações presumidas, possíveis. “(...) *governo* significando, portanto o, o modo como o poder se exerce e é exercido para administrar a conduta, como por exemplo, o *governo* das crianças, ou o *governo* de si por si mesmo” (BUJES, 2002, p. 78, Apud QUEIROGA, 2005).

do higienismo acompanharam o início do processo de transformação política e econômica da sociedade brasileira e, expressaram o pensamento de modernização do país (MANASERA; SILVA, 2000, p. 117).

Segundo fontes bibliográficas consultadas, na Parahyba, era possível se observar o desmazelo em todos os lugares: faltava infraestrutura, saneamento e as doenças tomavam conta das regiões mais empobrecidas. Por esta razão, tornaram-se comuns os discursos que lançavam um apelo à população para que limpessem suas casas, os espaços onde viviam, para evitar o avanço das doenças.

A educação higiênica combatia as doenças e os maus hábitos, promovendo hábitos de limpeza nos diversos espaços como nos domicílios, nas escolas e nas cidades. No que diz respeito ao espaço dos domicílios, onde vivia a infância pobre, os higienistas foram responsáveis por prescrever condutas educativas de controle e disciplina para a família. A família, por sua vez, deveria desenvolver um olhar de caráter coletivo, de modo que cada sujeito fosse um fiscal da higiene, controlando os indivíduos do próprio domicílio para se alcançar o bem comum, como relata o jornal *A Imprensa*:

As famílias devem ter o maior interesse na boa hygiene de suas casas. Si bem que haja aqui uma “Repartição Geral de Hygiene Pública” conforme se lê numa parte do edificio onde funcionam o Batalhão Policial e a Escola de Aprendizizes Artifices, ninguém se deve descurar de fazer, a seu turno, o serviço de hygienização particular em suas habitações. Aliás, no interior dos domicílios, só mesmo a família e que, pode e deve tudo fazer pela a salubridade de sua habitação, pois o poder publico, por mais solícito que possa ser na administração sanitária de cidade, é importante para levar até os lares as medidas mais prontas e mais completas de hygiene dos domicílios (INSTITUTO DE PROTECÇÃO E ASSISTENCIA Á INFANCIA. Jornal *A Imprensa* n 24, 31 de março de 1913, p. 2).

A narrativa acima traz uma estratégia de governo sobre a família, com normas de higiene, de conduta e de orientação à família, conscientizando-a da importância de ações higiênicas para a formação de uma nação moderna. Com o interesse de formar as novas gerações, o discurso médico postulou a necessidade de uma intervenção no espaço privado da casa, de modo que as famílias se tornassem destinatárias das prescrições salutaras e educativas para a infância. Com os saberes médicos, algumas questões relativas a micro-organismos, doenças e outras descobertas científicas da medicina circularam na sociedade, informando à população modos de evitá-las. Entre as populações beneficiadas por tais avanços, destacou-se a infância, principalmente, no que se refere ao combate à mortalidade infantil, com intervenções nas diferentes relações da existência humana (KUHLMANN, 2001).

Nesse período, houve uma ampliação nas orientações relativas às práticas de saúde pública, onde o ambiente doméstico passou a ser priorizado. As ciências biológicas e o crescimento dos movimentos higienistas ampliaram a compreensão dos problemas ambientais e da poluição química e radioativa. Esses saberes tinham uma intenção salvacionista, na expectativa de que a educação poderia sanar os males da sociedade. O efeito dessa verdade foi capaz de convencer muitos e suspender divergências de classes e visões de mundo (CORRÊA, 2010), pois, produziram verdades em diferentes contextos sociais e políticos, alertando e questionando a população parahybana, como podemos ver no expressivo fragmento abaixo:

Qual é o melhor desinfectante para as casas e roupas? É esta uma das principaes questões para as donas de casa. Adoptam-se pós, essências e preparos diversos, que deixam, entretanto, um mau odor doentio, ou que se evaporam ao primeiro sopro da brisa. Um jornal medico é de opinião que o melhor é voltar á moda antiga; e que o melhor desinfectante e mais pratico que qualquer outro é o sol. O calor solar é fatal ao micro-organismo pathogenico. Kock demonstrou que os raios solares matam rapidamente os germes da tuberculose depositados nas estufas e tapeçarias. Devemos, portanto, abrir as janelas de par em par até que o sol se derrame á flux, em camadas de luz sanitária, pelo interior de nossas casas. Elle nada nos custa; a todos igualmente, esplendorosamente, ilumina e desinfecta. E, como sentencia o proverbio, *casa em que entra sol, não entra médico* (INSTITUTO DE PROTECÇÃO E ASSISTENCIA Á INFANCIA. Jornal *A Imprensa* n 24, 31 de março de 1913, p. 2, grifo do jornal).

Essas orientações foram reproduzidas devido à insuficiência de informação referente ao valor da higiene. Era costume da época, as pessoas manterem as casas fechadas, úmidas, sem ventilação, tornando-as lugares propícios para proliferação de micróbios e bactérias. Logo, a conscientização da importância da luz solar e do ar puro no interior das casas iria ajudar a diminuir a propagação das doenças. Com a apropriação desses saberes, as famílias foram sendo disciplinadas, e o Estado foi exercendo uma forma de controle social que interferia na vida das famílias pobres. Os indivíduos passaram a ser vistos como passíveis de serem moldados, como um corpo⁵⁰ manipulado pelo poder do Estado, que deveria ser adaptado nos mais diferentes moldes biológicos, somáticos e corporais. Esse “controle da sociedade sobre os indivíduos não se operava simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começava no corpo e com o corpo” (FOUCAULT, 1992, p.80).

⁵⁰ O corpo como objeto e alvo de poder, “corpo que manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam” (FOUCAULT, 2008, p. 117).

Outro ponto abordado, tratava-se da problemática condição higiênica das escolas, dos processos de aprendizagem, das orientações sobre a distribuição do tempo, dos métodos pedagógicos e a sequência das atividades escolares. Estudos apontam que, no século XX, a escola foi designada como a instância mais adequada para o saneamento da sociedade, começando pela instrução da infância e a orientação do papel da mulher, principalmente, das mães que eram as responsáveis por iniciar a educação higiênica, moral, cívica e religiosa das crianças. A escola como local de ensino da higiene, tinha o papel de transmitir orientações contra as patologias e o vício que se alastrava, contribuindo com a profilaxia da higiene mental para o preparo do novo sistema educacional.

Os ideais que se pretendia ter na escola era de alunos amáveis, conscientes do seu dever, para uma comunhão social equilibrada e uma escola responsável pela educação e orientação das famílias, como menciona a fonte pesquisada:

Ora, em si tratando do complexo problema da instrução popular, deve-se cogitar ainda: da remuneração dos funcionários, localização e hygiene das escolas, mobiliários e acessórios escolares; das escolas quanto á população local, das famílias nos seus domicílios, do professor quanto ao numero de alumnos; methodo de ensino e programma; educação physica (hygiene e sport), educação espiritual (intelectual e moral); organização das bibliotecas e museus escolares; jardins da infância; criação de fundos escolares; impostos escolares. (DA INSTRUÇÃO O A.B.C PARA EDUCAÇÃO. *Jornal A Imprensa* n 23, 05 de dezembro de 1912, p. 1).

Existia uma ampla responsabilidade na instrução de orientar as famílias em seus domicílios, e os professores nas escolas quanto ao método, número de alunos e atividades a serem desenvolvidas. Quanto à infância também era responsabilidade da escola ensinar e instruir na higiene física, no esporte, no aspecto intelectual e moral. Essas ações educativas deveriam mudar os hábitos da infância pobre, incorporando novos hábitos de higienização do corpo e da mente. Era preciso garantir os efeitos positivos da reforma educacional, através da utilização da higiene para a vida urbana. Por isso, foram criadas normas que regulamentaram as questões higiênicas, como exemplo o Regulamento de 1917⁵¹, o artigo 7º, que trata da higiene escolar:

A hygiene escolar compreenderá, além dos princípios essenciaes de hygiene geral, as noções necessarias à conservação da saúde nas escolas, e as

⁵¹ Governo da Paraíba, decreto nº 874, de 21 de dezembro de 1917, decreto que delineava o conteúdo teórico da disciplina escolar de higiene com conhecimentos a serem transmitidos no desenvolvimento da disciplina e destinavam-se à habilitação do professor e da formação da própria consciência sanitária da população (ESPINDOLA, 2012).

circunstancias dependentes do meio escolar, como a localização, praticas pedagogicas, exercicios, perigos eventuais e preservação contra as molestias transmissiveis. Serão ministradas noções de puericultura, conhecimentos perfunctorios das principaes doenças infantis para reconhecel-as e prestar os primeiros cuidados em caso de necessidade. (DECRETO N.º 874 de 21 de dezembro de 1917).

As instruções repassadas pelas escolas tinham a intenção de firmar as medidas higiênicas, uma vez que a escola tinha dupla função, instruir e educar a infância e a família nos princípios higiênicos e era considerada um local de aceitação e transmissão de novas ideias. Esses princípios não foram totalmente eficazes porque as famílias não conheciam completamente os ideais higiênicos e algumas ignoravam os preceitos e as orientações ofertadas.

O cultivo da higiene tornava-se necessário no sentido de mudar hábitos⁵², reservando-se à escola o lugar no qual se adquiria uma passagem para o mundo civilizado, ou seja, a escola funcionava como uma agência transformadora de cidadãos bem-educados. Os processos pedagógicos não serviam apenas para transmitir informações, mas tinham também o propósito de formar uma infância com equilíbrio psíquico e social, orientada na prevenção dos vícios e das patologias mentais.

Os conhecimentos deveriam ser transmitidos pela habilidade do professor, objetivando formar uma infância consciente, com preocupações que se estenderam ao desenvolvimento físico e pedagógico da infância, com vistas na mobília escolar e suas práticas pedagógicas, como declara o jornal pesquisado:

Effetivamente! O estado deplorável do material escolar das nossas escolas publicas em sua totalidade (com exceção da Escola Normal) e das escolas particulares, em quase totalidade, demonstra evidentemente a correlação existente entre ellas e o nosso grão de aperfeiçoamento educativo. Ninguém contesta que se acham muito bem localizados, obedecendo aos preceitos da hygiene moderna, os collegios: N. S. das Neves, S. Julia, Pio X, Francisca Moura, Anna Borges e Escola Norma. Mas em matéria de mobiliário, alguns destes collegios se ressentem ainda de algumas faltas. Alguns ainda possuem os arcaicos bancos de bitolas estreitos, que só comportam o numero fixo de quatro alunos, entretanto variam conforme a frequência, o que é prejudicial á saúde no contagio as moléstias. Não era demais se houvesse no regulamento escolar um dispositivo determinando o numero de alunos para cada banco, ou como medida mais radical, a eliminação dos bancos escolares. Os bancos, além de muito inconvenientes, têm a propriedade de deformar o corpo das creanças, tornando-os muitas vezes corcundas (DA INSTRUÇÃO. Jornal *A Imprensa* n 23, 05 de Dezembro de 1912, p. 1).

⁵² A necessidade está claramente expressa no jornal, como a promoção de banhos públicos, incentivando a população a adquirir o hábito de tomar banho, de cuidar da alimentação, de manter as casas limpas, etc.

De certa forma, esses discursos foram instrutivos e esclarecedores, informando à população dos males ambientais causados pela falta de higiene nas escolas. Instruções como os problemas causados pelos bancos escolares, tornaram-se benéficos e propícios para a saúde física das crianças. O relato busca conscientizar quanto à postura das crianças, tratando dos futuros problemas posturais. Faria Filho (2001) lembra que a busca em educar a postura, demarcar e controlar claramente os gestos, criou condições para um pensar saudável e minuciosamente projetado, implicando na escolha de profissionais para a confecção de bancos e cadeiras escolares.

Pretendia-se com essas informações influenciar o dia-a-dia da escola, até mesmo e, sobretudo nas construções dos edifícios escolares, aprimorando a iluminação, a claridade, a mobiliário, os espaços de trabalho, recreação e a circulação do ar, evitando, assim, a proliferação de doenças. O Estado, ao decretar a obrigatoriedade do ensino passa, em tese, a se responsabilizar pelas condições espaciais, dando ouvidos as reivindicações higiênicas e às condições adequadas ao desenvolvimento da infância pobre.

Com a incorporação desses hábitos de higiene para a formação da infância pobre, previa-se que a escola passasse a ser utilizada como uma extensão “melhoradora” do lar, como a disseminadora de novos comportamentos e de novas atitudes. Esse discurso de caráter nacional, propiciava que a escola passasse a ser considerada a casa da criança e, portanto, deveria ser higienizada, livre de contágios e moléstias, assegurando à infância um espaço de desenvolvimento e salubridade. (STEPHANOU, 1999), reiterado a nível local: ” é preciso que a permanência na escola seja agradável a criança, para que sinta alegria em frequentar-a, e tenha o conforto que talvez não tenha em casa de seus pais (DA INSTRUÇÃO. *Jornal A Imprensa* n 23, 05 de Dezembro de 1912, p. 1).

O espaço da escola passou a ser considerado um lugar propício para lidar com a política higienizadora, com os princípios de modernização e com as novas práticas educativas, no interior das quais estavam as práticas pedagógicas da educação do corpo, inseridas num conceito maior, denominado por Taborda de Oliveira (2006) como “práticas corporais escolares” e compreendida como:

[...] um conjunto de manifestações intra-escolares que indicam ou podem indicar as formas como foi concebida ao longo do tempo a escolarização e o seu papel na formação humana. Essas práticas podem bem estar assentadas na organização do tempo e do espaço escolar [...] (por exemplo, na disposição das cadeiras, no mobiliário, na definição de espaços de acordo com funções específicas), como na própria manifestação corporal dos agentes escolares (punições, gestualidade, etc.) e chegando às manifestações corporais – autônomas ou tuteladas – dos alunos (brincadeiras, formas de comportamento,

atividades, etc.). Portanto, as práticas corporais escolares incluem e superam aquelas práticas ou atividades afeitas apenas à Educação Física (TABORDA DE OLIVEIRA, 2006).

As práticas e prescrições citadas estavam parcialmente presentes nos discursos do governo da Parahyba que, com base nas orientações médicas abordavam questões como a questão postural dos alunos nos bancos escolares e as formas de adotar o manuseio dos utensílios da escrita. Os princípios e saberes médicos científicos foram então fundamentais, e tinham como meta explicitar e elevar a qualidade cívica, a saúde e pedagogizar⁵³ a infância (SOUZA, 2012). Para que estas práticas fossem efetivadas dentro da escola, necessitava-se de um preparo dos professores e disposição no que diz respeito ao conhecimento sobre as mesmas.

Ainda segundo Souza (2012), a ideia de formação do homem moderno estava explícita nas classes e fileiras, nos espaços públicos e privados, onde os sujeitos tornam-se objetos de intervenção das classes dominantes, com transformações do corpo físico e também social. Na escola moderna, a disciplina foi marcada através do tempo e do espaço, com conceitos imbricados, que servem como mecanismos de busca e controle da vida dos indivíduos. Nas primeiras décadas da República, essa ideia de formação da infância estava voltada aos aspectos da educação higiênica, como afirma Gondra (2002). As formas de atuação dos profissionais demonstrava que a Medicina aliada à educação fora se tornando uma constante na sociedade. Essa união se acentuou num caráter de instrução, numa época em que a valorização social da escolaridade estava em ascensão, com propósito de expandir o sistema escolar (FERREIRA, 2004). A regulamentação e normalidade da conduta e da subjetividade educativa estavam explícitas nos discursos sobre a instrução pública na Parahyba, como destaca a matéria do jornal *A Imprensa*:

A instrução (*escolarização*) da infância e da mocidade nos tempos presentes tem sido o grande problema de acurado estudo sensato, que deseja ardentemente o progresso de sua pátria e a felicidade futura de seus concidadãos. Não há duvida que a sociedade, na actualidade, procura desviar-se dos princípios sãos da verdadeira liberdade que garante o futuro de nossa querida pátria (DA INSTRUÇÃO. Jornal *A Imprensa* n 6, 09 de Janeiro de 1913, p. 2, grifo nosso).

Na Parahyba, a instrução da infância pobre estava divulgada nos discursos e, deveriam ser educadas nas expectativas sociais em relação à sua formação. A “maquinaria de governo da infância” ocupava o tempo e pretendia imobilizar os espaços, como a

⁵³ Pedagogizar os sujeitos seria torná-los higienizados, limpos, disciplinados, respeitadores da moral e mantenedores das normas socialmente estabelecidas.

escola, as construções recentes, resultando numa série de condições sociais conjugadas (VARELA; URIA, 1992).

Outro ponto de abordagem desse texto, diz respeito à higienização das cidades parahybanas, como locais de habitação da infância pobre, a partir das quais surgiram novas concepções da origem e disseminação das doenças, e a necessidade de orientações higiênicas, capazes de conscientizar a população quanto à limpeza dos espaços comuns das cidades para evitar a ocorrência de epidemias.

Um ponto proeminente nesta questão é que o jornal *A Imprensa* destaca como fundamental, é a necessidade de uma modificação no saneamento básico das cidades, na mudança de hábitos da população e no maior controle do corpo e da mentalidade das pessoas, como se observa no discurso abaixo:

Não resta duvida que combatendo-se a primeira causa, que é o desasseio da cidade, será quase nullo o efeito da segunda, o clima. As nossas condições de estado pobre não nos permitem um serviço completo de saneamento; mas. Isto não obstante, poderemos vel-o na altura de nossas forças e será o suficiente para nos collocarmos ao abrigo dessas moléstias epidêmicas que nos visitam periodicamente, como sejam a varíola e a febre. Basta que a iniciativa tomada seja perseverante, e encontre o auxilio e bôa vontade da população. Esta por defeito de educação, ou infundados preconceitos filhos da ignorância, é, em parte, refractaria á certas medidas hygienicas, obstando assim a que um serviço tão necessário ao bem publico alcance o seu optimo fim. Cumpre, neste caso, instruil-o, provar-lhe com a pratica o que não poude conseguir a teoria somente, e pôr em execução as leis porque rege a hygiene. Somos interessados na causa da saúde pública, por isso bradamos contra os abusos que não quiseram ainda medir o alcance da acção conjunta de todas as classes em favor de uma campanha tão justa (PELA A HYGIENE. Jornal *A Imprensa* n 17, 2 de outubro de 1913, p.1).

Essas questões não eram aceitas por uma parte da população, talvez por falta de uma educação esclarecedora ou mesmo por ignorância sobre os benefícios que as prescrições higiênicas poderiam lhe trazer. Compreendendo que o discurso que ordena a sociedade é sempre o discurso daquele que detém o saber, assim foram os médicos e os intelectuais que se interessaram na higienização das cidades parahybanas. Além disso, parte da população, especialmente os menos favorecidos foram influenciados por ideias emanadas das elites políticas e intelectuais, conceitos esses que dominavam a sociedade. Através da concepção higiênica e saneadora das cidades, pôde-se buscar a saúde do corpo social entendido como uma obrigação do Estado, especialmente no que diz respeito às transformações urbanas e a salubridade pública.

Com a influência do higienismo no tratamento das questões urbanas, fez-se necessário compreender uma série de teorias normativas, com formulações que tratavam

da adequação dos princípios de salubridade, higienização e embelezamento. Esses princípios, junto às teorias sobre o contágio e a proliferação de doenças, deram início a uma nova forma de pensar e de gerir os espaços e lugares com ocorrências de epidemias, como relata a matéria do jornal:

Por não termos um serviço de esgoto, as aguas se escoam, em muitas partes, ao longo das ruas, estagnando-se aqui e ali e formando poças, onde apodrecem ao contacto do sol sobre as matérias deletérias que ellas conduzem, produzindo exalações tão prejudiciais á saúde e a vida. Marginando as vias públicas, existem montões de lixo, verdadeiros focos de infecção, exigindo uma medida urgente a bem do saneamento da nossa urbs. Aforá estes, há outros elementos perigosos á saúde publica e que, melhor do que nós, deverá conhecer a importante repartição a quem está confiada o encargo de a zelar (PELA A HYGIENE. Jornal *A Imprensa* n 17, 2 de outubro de 1913, p.1).

Na Parahyba, faltavam serviços de abastecimento de água, de saneamento, de controle sobre as construções de habitações, construção de cemitérios públicos, matadouros, entre outros. Assim, a higiene passava a ser considerada como algo imprescindível, com normas impostas e direcionadas a toda população parahybana, mas especialmente aos marginalizados e punidos, aos excluídos pela sociedade, a toda população pobre que vivia em locais onde as epidemias se alastravam com mais facilidade. Junto a este pensamento de imposição do novo sobre o velho, encontramos uma preocupação com o planejamento das cidades, reorganização os novos espaços urbanos, apoiados pela concepção médica higienista de organização e asseio dos espaços urbanos (COSTA, 1979; DONZELOT, 1980).

Diante destes novos saberes, os jornais e outros impressos da época funcionaram como ferramentas de reivindicações dos direitos da comunidade, tornando-se ferramentas de apoio às causas da educação higiênica, nas companhas de conscientização e reprodução dos saberes higienistas no meio urbano. O jornal *A Imprensa* propagava os saberes higienistas na tentativa de impor verdades médicas, com a função de direcionar e homogeneizar a atuação de profissionais na formação de uma cidade mais saudável, limpa, organizada e higienizada, de acordo com os ideais em voga na Parahyba. Entre as verdades coletivas que circularam no jornal, a questão da falta de higiene nas cidades era a mais relatada:

É muito para louvar a acção do governo e dos ilustres facultativos desta Capital em favor de nossa hygiene publica. As medidas que estão sendo adaptadas porão, de certo, um paradeiro á invasão assustadora da peste que ora nos bate á porta, e de outras que sempre nos visitam. Pena é, porém, que não tenham ellas sido tomadas há mais tempo, evitando que chegássemos ao ponto em que

nos achamos. De há a muito que a nossa vida urbana reclama os cuidados de quem, por dever de officio, tem a responsabilidade de zelar pelos nossos interesses e hygienicos. É um fato incontestável que essas epidemias provêm do mau estado de conservação de desasseio de nossa cidade, tendo em seu favor um clima que não é dos mais salubres (PELA A HYGIENE. *Jornal A Imprensa* n 17, 2 de outubro de 1913, p. 1).

Os discursos produziram consequências no âmbito do poder, ao mesmo tempo individualizador e totalizador que se valia da situação para impor lei, norma e regulamentação sobre os indivíduos, suprimindo comportamentos indesejáveis e substituindo-os por outros mais adequados à nova moral imposta pela sociedade (GUIMARÃES, 2011). O trabalho de conscientização da população quanto à importância de um enquadramento nos padrões impostos de civilidade foi fundamental e contribuiu para transformações na sociedade parahybana, submetendo novos regimes de visibilidade, entre eles os exercícios higiênicos e a educação física nas escolas, focando a educação e o disciplinamento dos corpos. Essas práticas reconhecidas como inovadoras, trazidas pelos saberes higiênicos tornaram-se ferramentas modelares para o enquadramento dos corpos infantis.

3.3. Os exercicios higienicos e a educação physica nas escolas: modelando os corpos da infância pobre

Os exercícos hygienicos apropriados para a infância são, ao ar livre, como passeios pela manhã, em torno dos pitorescos arredores de nossa capital; a gymnastica sueca, tão recomendada pelos melhores médicos do mundo, para o desenvolvimento regular e progresso dos músculos e bom funcionamento do aparelho respiratório; a natação, considerada como um dos mais complexos e uteis sports; as diversas corridas, a pé e de obstáculos, enfim, muitos outros exercícos tendentes ao bom funcionamento do organismo da criança e do jovem, de que tratam os compêndios, merecem propagandas em nosso meio, em solução ao problema da educação physica, que nos tempos modernos, é feita conjuntamente com a educação moral e intelectual da infância e da juventude (EDUCAÇÃO PHYSICA. *Jornal A Imprensa* n 6 21 de setembro de 1916, p.1).

Como vemos na matéria acima do jornal *A Imprensa*, a educação física sob a forma de ginástica esteve fortemente presente nas escolas brasileiras desde o final do século XIX e início do século XX, mas sobretudo com a República veio à cena vários debates em torno das práticas higiênicas, como a educação física, a ginástica e outras práticas voltadas à saúde da infância, visando uma educação integral, num espaço projetado especificamente para a instrução pública primária. Essas questões tornaram-se propostas inovadoras e modernas no contexto educacional, trazidas pelos saberes higiênicos como ferramentas para ordenar a formação do caráter e enquadrar corporalmente a infância.

A educação física buscava garantir um bom desenvolvimento físico e reabilitação do corpo infantil, através de práticas como caminhadas, ginásticas, marchas, movimentos dos membros, corridas, saltos e jogos. Essas práticas foram introduzidas nas escolas e buscavam inspirar o desejo de possuir um corpo perfeito, assegurado a saúde e a beleza. A ginástica sueca buscava construir corpos fisicamente vigorosos e belos e os exercícios higiênicos buscavam a formação de um homem forte e apto ao trabalho. No entanto, parte da população mantinha-se firme nos comportamentos passados de geração a geração e não aceitaram, livremente, os veredictos recebidos da escola moderna (VAGO, 2009). Mesmo com algumas restrições, a escola tornou-se a principal destinatária dessas prescrições, propagando novos hábitos, costumes e práticas de civilidade, como relata o discurso:

Merece ser aplaudido em nossas columnas o movimento existente agora na Parahyba em favor da Educação Physica. É de nosso programma jornalístico incentivar todas as ideias nobres e levantadas, quaisquer que ellas sejam – contando que venham trazer algo de beneficio a causa comum. Em se tratando da infância, então a nossa pena está sempre em acção para pelejar ao lado desses que são as esperanças da Pátria nossa mui amada, ao lado dos moços que desejam ser fortes e bons, cidadãos dignos e homens á altura das necessidades do futuro de sua grandiosa e aflita nacionalidade (EDUCAÇÃO PHYSICA. *Jornal A Imprensa* n 6 21 de setembro de 1916, p.1).

A educação física nas escolas fora uma prática introduzida com o desígnio de fortalecer os corpos e tornar os cidadãos dignos para futura nação. Esta prerrogativa chegou à Parahyba encarada por muitos como a solução para os diversos problemas, ou ainda, como saberes capazes de direcionar a atuação de profissionais na rede do ensino. A educação física passou progressivamente a ser tratada como uma preocupação para os governantes, devido a sua identificação com as ideias de eugeniação, higienização e ordenação dos indivíduos. Essa prática na escola exerceu múltiplas operações de controle, exercendo poder de regular e governar, através da organização e implantação de práticas higiênicas e sociais constituídas por relações de desigualdade.

Os discursos sobre a infância parahybana harmonizou-se com esses novos saberes escolares, cujas consequências foram a implantação de novas práticas, na expectativa de moldar novos sujeitos, fazendo emergir novas formas de instrução com técnicas disciplinares de escolarização. Esses saberes interferiram na conduta da infância pobre, moldando sua formação de cidadãos, tentando criar hábitos saudáveis para a sociedade. Nesse sentido, a escola primária exerceu o papel de disseminadora desses bons hábitos higiênicos e dos comportamentos civilizados (FARIA FILHO, 2001). Na Parahyba, o

Colégio Diocesano Pio X e a Escola dos Aprendizes Marinheiros foram os primeiros estabelecimentos de ensino a introduzirem o curso de ginástica para seus alunos, buscando cuidar e proteger os corpos infantis (EDUCAÇÃO PHYSICA. *Jornal A Imprensa* n 6 21 de setembro de 1916, p.1).

O jornal *A Imprensa* divulgou muitas notas, procurando persuadir a população quanto à importância das práticas higienistas, instruindo nos ideais em voga e expressando uma constante preocupação com a formação da infância. A higiene como um conjunto de regras e indicações buscavam moldar a realidade social urbana da Parahyba, pois, segundo o jornal pesquisado,

As nossas condições hygienicas, não há como negal-o, são a causa primordial do máu estado sanitário em que nos achamos. Devemos este período de lucto e apprehensões em que vivemos, expostos ao contágio perigoso da terrível enfermidade, ao abandono quase completo dos princípios de hygiene. Neste particular, o nosso atraso é uma verdade que se impõe a quem quer que visite a nossa capital. A surdez com que muitas vezes é ouvido o brado da imprensa a respeito da má conservação e desasseio de alguns pontos da nossa cidade, dá logar a que o mal se desenvolva e crie raízes mais profundas. Para não faltarmos com a justiça, diremos que alguma cousa se tem feito, ultimamente, no sentido de debelar a peste. Não é tudo, porem, que poderíamos fazer (HYGIENE. *Jornal A Imprensa* n 51, 26 de fevereiro de 1914, p. 1).

De acordo com as matérias do jornal *A Imprensa*, a Parahyba queria transformar-se em um Estado com primazia na construção de uma geração saudável fisicamente, com novos hábitos e corpos perfeitos e fortes. Por esta razão, estes padrões eram divulgados mostrando uma preocupação com a infância que não atendia a essas perspectivas, no caso, a infância pobre que morava às margens das cidades e não tinha uma boa alimentação, por isso, trazia em seu corpo as marcas da imperfeição, como relata o discurso do jornal:

Infelizmente não são so as enfermidades adquiridas, no decurso da vida, pelos modos já expandidos, que recrudesce os males da infância desvalida, sinão também os defeitos phisicos natos ou adventícios. Bem o sabemos a quantos é sujeita a prole, desde o seu estado embrionário; não so a morte, mas também á fala de proporcionalidade de alguns membros e á desconformidade de outros, vindo assim, a prival-o do uso honesto do trabalho, na luta pela existência, reduzindo-se ao estado penoso do mendigar (FLORENTINO, Barbosa. Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia. *Jornal A Imprensa* n 30, 25 de novembro de 1912, p. 1).

Na República, era comum muitas crianças vindas das classes empobrecidas, nascerem com defeitos físicos, devido ao alcoolismo na gestação ou outras doenças que afetavam diretamente a população pobre. O Dr. Moncorvo Filho, defendia que os grandes causadores de anomalias eram as péssimas condições higiênicas, o alcoolismo e a

tuberculose (GONDRA, 2002). Em 1905, o Dr. Moncorvo Filho juntamente com o Dr. Clemente Ferreira e o Dr. Fernandes Figueira apresentaram ao Congresso Científico Latino Americano um extenso trabalho sobre as diferentes causas das deformidades congênitas, trabalho que foi publicado com o título “Monstros humanos”. Nesse trabalho uma das principais causas apresentadas foi o alcoolismo.

Como trata o discurso acima, a preocupação com os problemas físicos da infância pobre era uma preocupação de ordem social, pois a infância com deformidade congênita estava destinada a mendigar o pão e não se enquadrava aos ideais de nação moderna. Assim, a infância pobre foi vista como alvo dos saberes médicos que instauraram uma espécie de verdade no que se refere à vida física.

A questão dos defeitos físicos na infância pobre eram postos como uma questão de regulação do corpo, um projeto normatizador, de controle dos corpos que tinha implícito o objetivo de enquadrar a população brasileira em amplos aspectos da vida cotidiana. Nesse espaço, os saberes não se constituíram de modo meramente acidental, mas através da busca de significações postas a partir de um determinado contexto de codificação de normas⁵⁴ de conduta da sociedade. Assim, a imagem da infância pobre tornou-se prioridade comum em grande parte dos discursos médicos e, a partir dessa preocupação os perigos sociais e as degenerações da saúde diminuíram. Os saberes construíram uma ideia voltada a docilização⁵⁵ dos corpos; produzindo uma infância higienizada no espaço e tempo da escola. O lema era educar nos moldes da higiene e, ao mesmo tempo, servir à Pátria, por isso era fundamental preparar o cidadão cômico dos seus deveres cômicos, respeitar as leis, trabalhar pelo engrandecimento do Estado e a perfeição física.

O saber higiênico influenciou em vários aspectos do cotidiano da infância pobre na Parahyba, desde os hábitos mais simples, até as ações mais complexas sobre o corpo. Um dos cuidados higiênicos mais importantes para a infância pobre tratava-se da alimentação, desde a amamentação dos recém-nascidos, pois, muitos adquiriam moléstias no ambiente da família, lugares infecciosos e sem asseio. Segundo o discurso do jornal *A Imprensa*, caberia ao saber higienista.

⁵⁴ Normas aqui pensadas a partir do pensamento de Foucault (1984) como formas de exercício de poder, normas da sociedade que surge a partir das reflexões e práticas das normas sociais e mais especificamente das formas do poder de toda sociedade.

⁵⁵ Para Michel Foucault (2009; 2010), os corpos dóceis e disciplinados nas escolas foram se construindo e se solidificando ao longo do tempo, principalmente na prática pedagógica dos educadores. Docilizam-se os educandos, em um quadro que pode ser interpretado como de violência sobre o corpo, para torná-los homogêneos e úteis, fazendo-se uso dos processos disciplinares para puni-los e normalizá-los. Assim, vão sendo fabricados corpos docilizados, submissos e educados para a vida em sociedade.

[...] velar ao que diz respeito a alimentação sadia dos pequenos, examinando ou analysando certos produtos alimentícios impregnados de substancias toxicas eu veriam deteriorar o organismo das creanças e procurar impedir a amamentação feita por pessoas cujos corpos encerrarem vírus de molestias contagiosas. Estas medida é de grande alcance; por quanto, há mães de familiar sem escrúpulos que, sem a mais ligeiras ponderação e sem medir as funestas consequências que poderão resultar de coisas irreffletidas, abandonam o seus filhos nas mãos de amas que farão, com o alimento, ingerir ao corpo da creança, os germens de perniciosas doenças. E nem é esse único mal a evitar, nem o mais terrível e infindo que possa assustar elementos delecterios do organismo e do composto humano (INSTITUTO DE PROTECÇÃO E ASSISTENCIA Á INFANCIA. Jornal *A Imprensa* n 29, 21 de novembro de 1912, p. 1).

A perspectiva do moldar o corpo da infância pobre através da alimentação e dos cuidados higiênicos, sujeitou-o à incorporação de verdades científicas e culturais no combate às doenças, aos maus hábitos, estabelecendo uma nova tecnologia de poder capaz de controlar as moléstias, tornando a infância mais produtiva e apta a viver em sociedade. Os discursos científicos serviram de base para a reconstrução do país, com estratégias de controle das doenças, das condições de vida, do comportamento dos sujeitos, do controle das atividades e do cuidado com o corpo e com a formação da infância pobre (GUIMARÃES, 2011).

A educação física, os exercícios higiênicos, a ginástica e a alimentação foram ações redentoras das situação funestas em que viviam a classe menos favorecida da sociedade parahybana. Estas questões focaram a preocupação com a infância pobre, a fim de prepará-la para uma geração mais desenvolvida física, intelectual e moralmente. A higienização dos corpos infantis envolvia a cura das moléstias, a higienização dos domicílios, escolas e cidades, envolvendo os exercícios higiênicos e a educação física. Porém, a higienização da moral, um discurso predominantemente católico, se propôs a educar e disciplinar a infância pobre retirando-a das ruas, do vício e das famílias desestruturadas, para propor ações sobre a educação da infância parahybana.

3.3. A infância culpada: o discurso da moral veiculado no jornal *A Imprensa*

Um dos caracteres apresentados como signal de decadência de uma geração é certamente o crime entre menores, o crime na primeira idade. *A infancia de hoje nasce culpada.*

[...] Em França e na Italia, em toda a Europa, na América, em nosso Brasil, por toda a parte, sempre o mesmo facto – *a infancia culpada*. A nossa Parahyba

não abre exceção á regra. (ANISIO⁵⁶, Pedro. Infancia culpada I. Jornal *A Imprensa* n 8, 5 de outubro de 1916, p. 2, grifo nosso).

A expressão ‘infância culpada’ é compreendida, neste texto, como a infância viciosa, delinquente, degenerada, perigosa e incorrigível, representando uma ameaça social. Trata-se da infância que vivia nas ruas, filhos de pais anônimos, pedintes e desocupados, vistos como desqualificados sociais que sobreviviam da mendicância e vadiagem, podendo, por interesses diferentes, subverter a ordem estabelecida. Enfim, uma infância excluída e reprimida pelos mecanismos do Estado e à mercê das instituições para os educar e disciplinar. Neste texto, pensamos na rua como espaço das políticas de governo da população, espaço de enfrentamentos e resistências na Primeira República, em especial da infância culpada. Também pensamos nas instituições de poder como a escola, a família, os internatos e asilos como formas de exercício de poder articuladas ao Estado e indispensáveis para a eficácia desse modelo de gestão da população.

O discurso da moral presente no jornal *A Imprensa* traz uma prevalência religiosa, talvez por ser um periódico católico, enfatiza com bastante frequência as questões morais, buscando conquistar a consciência dos leitores nas questões relacionadas às suas crenças, às políticas da burguesia e aos grupos socialmente desfavorecidos. O referido jornal se constituiu em veículo privilegiado na disseminação dos saberes com intervenção educativa da sociedade parahybana. Isto pode ser percebido na frequência com que esse discurso se repete nas páginas do jornal ao longo da década de 1912 a 1922.

O discurso da infância pobre abandonada estava atrelada ao discurso da moral, visto que esse discurso influenciou diretamente na formação de conceitos e formulações de ações sobre a educação da infância pobre, fixando valores, limites e preestabelecendo formas de ser da infância pobre, implantando princípios universalmente válidos para o convívio entre as pessoas. Esse discurso está claramente associado a fatores religiosos, com forte influência da Igreja católica, a responsável pela presença maciça dos mesmos nos contextos escolares e políticos.

Para melhor entendimento desse texto, nos apropriamos da compreensão de moral como apreendido por Michel Foucault, quando diz que moral é “um conjunto de valores e regras de ação propostos aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como pode ser a família, as instituições educativas, a Igreja, os

⁵⁶ Pedro Anísio foi redator e diretor do Jornal *A Imprensa*, ficou conhecido como um jornalista polêmico e combativo e defensor de causas nobres. Foi o primeiro sucessor da cadeira Nº 26 da Academia Parahybana de Letras (FERREIRA, 1994).

sistemas de leis”, ou seja, de prescrições do código moral. (FOUCAULT, 1984, p. 26). Embora Foucault não tenha estudado a educação - como sistema - o ponto de contato com as práticas discursivas no sistema educacional tem *performances* semelhantes às que se podem fazer as devidas análises com outras instituições modernas como os presídios, hospitais, igrejas, asilos e fábricas.

O discurso da moral voltado à educação da infância culpada coloca-se de diferentes modos, implicando numa espécie de aproximação cada vez mais sutil do poder dos indivíduos. Na concepção foucaultiana, o poder não requer uma análise ideológica, posto que esteja integrado no jogo, na distribuição, na dinâmica, nas estratégias, na eficácia das forças; ou seja, o poder não está mais afastado do cotidiano, mas integrado vivamente nas práticas sociais (FOUCAULT, 1984, p. 56).

Na Parahyba, essas práticas sociais desenvolveram-se na cruzada com os saberes específicos, relacionados à saúde física e moral expandindo uma normatização dos comportamentos individuais através da disseminação de verdades difundidas como princípios morais, utilizados por profissionais de áreas específicas, médicos, religiosos, educadores e outros profissionais que atuaram como orientadores desses saberes. Neste entendimento, surgiu na Reforma do Ensino um decreto⁵⁷ com o propósito de consolidar a educação a educação moral.

Os dispositivos da moral estavam ligados às questões da disciplinarização da infância, como objetos do saber e como elementos das relações de poder que operam para dominar e controlar a conduta da população. Os saberes envolvidos visavam à melhoria das condições de vida da infância pobre parahybana, justamente pelo fato de que estes tinham um caráter modelador e atendiam às necessidades mais urgentes da infância culpada.

O discurso da moral contido no jornal *A Imprensa*, focava diversos valores e princípios cristãos, buscando alcançar diversos campos de atuação desde a educação, o meio social e familiar, com temas voltados às questões como: a laicização das escolas, a delinquência infantil, a degeneração da infância e da família, os castigos físicos e o disciplinamento da infância, conforme ilustra o quadro VI abaixo:

Quadro VI - Títulos dos artigos que veiculavam os discursos da Moral no Jornal *A Imprensa* (1912 -1922).

⁵⁷ Conforme o Decreto Nº 873 de dezembro de 1917, afirma o Art. 1º “O ensino primário oficial é leigo e gratuito, e tem por fim promover a educação physica, intelectual e moral de ambos os sexos” e no parágrafo 3º afirma que o discurso moral foi comunicada em forma experimental e simples, devendo ser deduzida dos bons exemplos dados pelos professores e demais individualidades da vida escolar”.

Data da Publicação	Ano	Título do Texto
3/Fevereiro	1913	A Educação da Mulher
11/Maio	1914	O Ensino da Moral em nossas escolas publicas
18/Fevereiro	1915	De Paes para filhos
29/ Janeiro	1915	A Carta de uma mãe de família
11/Fevereiro	1915	A's futuras mães
20/Setembro	1915	As creanças no cinema
1/Novembro	1915	A Creança –alegria e esperança do lar
5/Outubro	1916	A infância culpada I
12/Outubro	1916	A infância culpada II
15/Fevereiro	1917	A infância culpada III
1/Março	1917	Os paes temem seus filhos
29/Março	1917	A Educação moderna
10/Maio	1917	Educação da Vontade
12/Novembro	1917	A Moral no ensino
20/Novembro	1917	A Moral no ensino
13/Dezembro	1917	A Moral no ensino
18/Dezembro	1917	A Moral no ensino
18/Janeiro	1917	A escola do crime
24/Março	1918	Cinema e escandelo
6/Janeiro	1918	A Moral no ensino
13/Janeiro	1918	A moral no ensino
10/Setembro	1921	Creança infeliz!
14/Setembro	1921	Pobre creança!
16/Fevereiro	1921	Educação moral da creança

Fonte: Jornal *A Imprensa* de 1912 a 1922. Organizado por Costa (2015)

Conforme as informações do quadro acima, o jornal *A Imprensa* proporcionou debates objetivando solidificar os discursos da moral na educação da infância pobre, como sendo um caminho norteador de normas, valores e regulamentos indispensáveis para a educação na Parahyba. A incidência desses discursos entre os anos de 1912 a 1922

somaram um percentual significativo na totalidade dos discursos estudados, mostrando a importância atribuída aos princípios, ensinamentos e valores morais que deveriam guiar a conduta da infância pobre parahybana no dia-a-dia do seu aprendizado escolar.

No entanto, na concepção dos redatores do jornal *A Imprensa*, para que esses valores fossem de fato efetivados nas escolas, era necessário que o ensino religioso continuasse sendo matéria obrigatória nas escolas públicas. Do outro lado, estavam os defensores do ensino laico, defendendo que o ensino religioso deveria ser facultativo, respeitando a liberdade de consciência de todos os envolvidos.

3.4.1. “Abrir uma escola é fechar um carcere”⁵⁸: o laicismo em escolas parahybanas

Tem-se dito e refletido muitas vezes que abrir uma escola é fechar um cárcere. A frase, diz Aristides Gabelli, não há dúvida que é bela, mas infelizmente não passa de uma frase. Multiplicam-se as escolas, com ellas despendem-se milhões, e os cárceres, em vez de diminuir, augmentam. Já tivemos ocasião de citar aqui mesmo, na “*A Imprensa*” tratando este assumpto, alguns trechos do famoso artigo de Fouillé sobre a escola como fator do crime. Nasceram as escolas sem Deus em França, precisamente a 2 de Julho de 1881, quando Júles Ferry, defendendo a causa dos futuros laicistas, colocava na mesma linha a moral independente e a velha moral christã. Fouillé, escrevia a 18 de Fevereiro de 1897; estava bem em condições de apreciar a influencia da nova escola na juventude francesa. Reportemo-nos, ainda uma vez, aos tópicos mais importantes deste artigo do notável publicista e philosopho francês: “Não menos delicada é a interpretação puramente estatística da diferença entre as escolas leigas e as aulas religiosas. Em Paris, de 100 meninos delinquentes, somente dois pertencem á escola religiosa. De 100 meninos presos na Petite-Roquette, 11 são fornecidos pela escola religiosa e 87 pela escola leiga. Esses algarismos valem por um argumento contra o laicismo. A escola leiga não se justifica. Se ella não creou a criminalidade crescente da infância, preciso é convir, tal é a conclusão de Fouillé, que ela não o impediu (ANISIO, Pedro. *Infancia Culpada II*. Jornal *A Imprensa* n 9, 12 de outubro de 1916, p. 2).

O longo discurso proferido pelo Cônego Pedro Anísio, engloba um duelo entre o ensino religioso e o ensino laico, produzindo sentidos que emergiram de uma formação discursiva de oposição e resistência. Ambos os discursos apresentaram oposição e possuíam mecanismos próprios de produção da verdade e modos de sujeição, com disputas de saberes e formas de instituição de verdades, produzindo sujeitos particulares a cada um dos discursos. O discurso laico, ao se colocar na posição de contrário ao

⁵⁸ O laicismo é uma doutrina filosófica que defende e promove a separação do Estado das igrejas e comunidades religiosas, assim como a neutralidade do Estado em matéria religiosa. Não deve ser confundida com o ateísmo de Estado. Os valores primaciais do laicismo são a liberdade de consciência, a igualdade entre cidadãos em matéria religiosa, e a origem humana e democraticamente estabelecida das leis do Estado.

discurso vigente, apresentou-se como uma possível forma de luta e resistência, um poder estabelecido que pretendia controlar os corpos dos sujeitos (FOUCAULT, 2001)

A exposição acima destaca argumentos fortes de uma oposição que prevaleceu por anos durante a Primeira República, “a moral independente e a velha moral cristã”. Segundo Guimarães (2011), o discurso da moral independente argumentava em defesa dos princípios do liberalismo, liberdade e individualismo, lutavam por uma escola que instrísse, em detrimento de uma escola que visasse apenas o ensino da moral e os bons costumes. Por outro lado, o discurso da moral cristã enfatizava que a baixa moral das classes sociais brasileiras era culpa do ensino escolar neutro, em detrimento do ensino religioso e, como consequência a delinquência crescia.

Com a constituição do Estado laico, a Igreja Católica ficou em uma situação desconfortável. Perdendo sua posição de religião oficial, foi impedida de propagar livremente seus princípios nos meios escolares. Diante da situação política e, para garantir sua sobrevivência institucional, a igreja intensificou o processo de romanização da sociedade brasileira, criando novas dioceses como estratégias para ampliar sua estrutura e influenciar o país frente à separação do Estado, que se pretendia secularizado.

Dessa forma, foi criada em 27 de abril de 1892⁵⁹ a Diocese da Parahyba, sob a orientação de Dom Adauto de Miranda, que passou a empreender uma forte campanha de romanização da sociedade. Uma tentativa de reaproximar o Estado e a igreja, frente à constituição que determinava: “Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos” (FERREIRA, 1994). Com essa deliberação, o bispo fundou colégios religiosos, destinados à educação dos jovens paraibanos e criou o jornal *A Imprensa*, peça retórica no processo de romanização, cujo principal objetivo era preservar os “bons costumes” e a fé católica dos diocesanos. Os discursos do jornal *A Imprensa* tornaram-se recursos produtores de sentidos e identidades, espaços de sustentação de um projeto cultural mais amplo, ou seja, espaço de sedimentação e legitimação do ideário católico para a sociedade brasileira.

Com a concretude da República e a influência do positivismo, Dom Adauto de Miranda intensificou suas críticas ao decreto⁶⁰ que introduziu a liberdade religiosa no país

⁵⁹ A Diocese da Paraíba foi criada por meio da Bula *Ad universas orbis ecclesias*, que também criou as dioceses da Amazonas, Niterói e Curitiba. Entre outros assuntos, abordava questões consideradas fundamentais para o funcionamento das novas dioceses: sua subordinação à Santa Sé, sua autonomia na busca de fundos para suas criações e manutenções, a criação e a administração de seminários, assim como sobre admissão dos alunos nesses centros. (FERREIRA, 1994, p. 62)

⁶⁰ Decreto nº 119-A da Constituição do Brasil de 1890: “Prohíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e

e voltou sua atenção para a educação da infância pobre, como elemento fundamental e estratégico na reestruturação da educação moral. Ainda segundo o Cônego Pedro Anísio, era de suma importância a formação das gerações nascentes, com o propósito de salvar a infância dos equívocos modernos e guiá-la ao caminho do bem, da moral e dos bons costumes cristãos (ANISIO, Pedro. *Infancia Culpada II*. Jornal *A Imprensa* n 9, 12 de outubro de 1916).

Essa inquietação tornou-se mais evidente quando Dom Adauto publicou sua ‘Carta Pastoral⁶¹’, ressaltando a importância da imprensa na orientação católica, no combate às ideias contrárias à igreja e, ao mesmo tempo, procurando distinguir o que considerava como sendo a boa e a má imprensa, conforme se percebe nesse trecho a seguir:

A sociedade moderna, afastada dos verdadeiros princípios da sã moral e da lei christã, acha-se em face de um abysmo pavoroso e inevitavel, que hã de destruir o machinismo de todos as nações, se os que ainda têm fé viva e profunda cruzarem os braços, desanimados e tristes [...] a imprensa, arma invencível e poderosa dos tempos modernos, que dirigida por espíritos sadios e fortes, seria o rochedo indestructivel da boa causa, onde se quebrariam as furias infernaes da onda perversa, é hoje, no poder dos ímpios e dos incrédulos - a rainha soberana de um mundo que se decompõe, já friamente atirado á vertigem dos vícios e da embriaguez moral [...]. (*A IMPRENSA*, Jornal *A Imprensa* n 31, 28 abril de 1913, p. 2).

A igreja pretendia obter o controle sobre as camadas sociais e os vários segmentos da sociedade civil; por isso censurava a imprensa considerada ímpia e controlava as publicações e leitura dos fiéis, tudo para dominar e sujeitar os indivíduos às suas ideologias. A instituição eclesiástica via o leitor como indivíduo ingênuo e imaturo, sendo, portanto, necessário manter um olhar vigilante sobre as leituras da comunidade para protegê-la contra as más influências. Segundo o pensamento da igreja, a moralização da sociedade envolvia o cumprimento dos dogmas católicos e do afastamento daquilo que a igreja considerava males sociais (COSTA, 2011).

Os discursos do jornal *A Imprensa* criticavam o ensino público laico por ser um ensino sem Deus, que trazia inúmeras deficiências, dentre elas o fato de ser destituído de

estabelece outras providencias. (...) Revogam-se as disposições em contrário. Sala das sessões do Governo Provisorio, 7 de janeiro de 1890, 2º da Republica. Manoel Deodoro da Fonseca.”

⁶¹ Essa Carta Pastoral foi publicada, na íntegra, no jornal *A Imprensa*, de 07 de julho de 1918. Enquanto o Papa se dirigia aos bispos por meio das Cartas Encíclicas, eles, por sua vez, usavam as Cartas Pastorais para fazer com que chegassem as posições doutrinárias provenientes de Roma aos padres da diocese. Eram documentos públicos, divulgados em forma de plaquete, em jornais e nas missas. Excepcionalmente, algumas das cartas eram reservadas ao conhecimento exclusivo do clero. As cartas de Dom Adauto são, portanto, significativos documentos para se perceber como foi o processo de romanização na Paraíba. Entre 1894 e 1935, esse bispo redigiu 24 cartas destinadas ao clero e ao povo em geral, cinco reservadas ao clero, e 10, coletivas (DIAS, 2008, p. 118-119).

todo o ideal moral e religioso, sendo incapaz de formar a educação moral da infância. Segundo esses discursos, a religião deveria ser a base da educação, pois, uma educação sem Deus estava minada de preconceitos funestos, depravados, com hábitos venenosos fadados à falsidade desastrosa. No entendimento da igreja, a base de toda a educação deveria ser buscada nos preceitos católicos, conforme se percebe neste trecho:

[...] as religiões são um freio moral de primeira ordem e mais ainda um estímulo moral; o christianismo, sobretudo, foi definido como um systema completo de repressão para todas as tendencias más; o christianismo tem o mérito particular de prevenir a má determinação da vontade (ANISIO, Pedro. *Infancia Culpada II*. Jornal *A Imprensa* n 9, 12 de outubro de 1916, p. 2).

Este era o propósito da igreja católica, ser o “freio moral” de seus adeptos, que deveriam se sujeitar às suas normas, uma forma de dominação dos indivíduos, baseada nas ideias de coibição das vontades tidas como más. Outra abordagem dos discursos religiosos é que estes não concebiam a moralidade sem religião, por isso, apoderavam-se do disciplinamento moral como ferramentas que serviam de base para seus fundamentos, trazendo uma visão moral conservadora. Esses discursos tiveram o apoio de alguns governos parahybanos que, de certa forma, se beneficiavam do poder da igreja na formação moral da população e na manutenção e ordem do Estado.

Por outro lado, os defensores do ensino laico procuravam silenciar ou desconstruir o tema da moralidade relacionado à religião, buscando focar a questão moral numa configuração psíquica que adere a valores morais. Estes atuavam em todos os setores da vida social e política, acusando a religião católica de produtora e controladora de sujeitos submissos, tornando-se um obstáculo ao progresso, à ciência, à liberdade e inimiga da civilização. Para eles, a igreja não tinha qualquer contribuição a oferecer para garantir a produção de cidadãos ativos e autônomos, pois, representava uma instituição corrupta e minada de preconceitos, disseminadora da ignorância e da superstição, portanto, incapaz de atuar em um dos setores fundamentais para a sociedade - a educação da infância.

A igreja católica da Parahyba condenava veementemente a postura dos seus opositores e, conseqüentemente, repudiava suas ideologias, como o positivismo, o laicismo, o ceticismo e, nesse conjunto, também incluíram o anarquismo, o socialismo e o comunismo. O catolicismo considerava o socialismo um dos “erros da modernidade”; suas críticas foram postas no jornal para influenciar a população, relacionando o anarquismo e o socialismo diretamente ao liberalismo, como relata o discurso a seguir:

E' o socialismo puro que nas escolas adiantadas ensina o desrespeito ás leis e ás autoridades legitimamente constituídas; dahi queixa-se o pae que o filho já não obedece, queixa-se o mestre na escola que o discípulo já não ouve suas sabias e regeneradoras lições, queixa-se o juiz que suas sentenças já não são acatadas e respeitadas, e por isso tantos outros males e ideias subversivas que, nos tempos presentes, procuram minar esse grande edificio que chamamos sociedade. E' o anarchismo que procura derribar as leis, as instituições e o governo, pregando a revolução, a desordem e a queda do direito raccional, levando tudo a ferro e a fogo; com uma mão espalhando o romance ou a novella indecente e imoral, corrompendo o lar domestico, arruinando, portanto, a base fundamental da sociedade e da vida da instituições (A INSTRUÇÃO, Jornal *A Imprensa* n 9, 9 de fevereiro de 1913, 2).

Como relata o discurso acima, o socialismo e o anarquismo representavam ideias opostas aos valores educacionais da igreja que exaltava o espírito de submissão, alegando que era preciso cuidar da formação moral para que o caráter não fosse corrompido diante das dificuldades enfrentadas. Uma vez que a educação era baseada na ideia de total submissão e sujeição, a infância pobre deveria se sujeitar às autoridades, às leis e às normas vigentes, ao controle, à dependência de todos os procedimentos de individuação que o poder instaurava (CORAZZA, 1999). O espírito de sujeição é condição importante para se constituir uma população homogênea e mais fácil de ser controlada, intervindo no sentido de se castrar a liberdade de pensamento e de expressão na vida político-partidária e no ensino, conforme se percebe na citação abaixo:

Vê-se, pois, quão importante seja, num tempo de crise de caracter como este, leva-se, por diante em nosso país o programma maçônico da laicização das escolas. Felizmente nem todos estão dispostos a subscrever semelhante monstruosidade. Ainda há pouco, ouvíamos um bellissimo discurso do ilustre dr. Manoel Tavares, que, com sua vasta cultura e reconhecida competência, considerava a questão do ensino e da educação sob seu aspecto religioso e social, dando-lhe a única solução verdadeira. *A escola não pode prescindir da religião* (ANISIO, Pedro. Infancia Culpada II. Jornal *A Imprensa* n 9, 12 de outubro de 1916, p. 2, grifo nosso).

Com a reivindicação da escola laica, uma vez que a separação entre Igreja e Estado consagra o princípio da laicidade das questões públicas, esse era um ponto de difícil aceitação pelas autoridades eclesiásticas, que viam o ensino laico uma afronta à fé e à moral cristã, haja vista ser o catolicismo a religião da maioria. No entanto, essas questões eram armas de poder que se encontravam envoltas numa relação de disputa pela sua manutenção, ou seja, numa relação de luta e de poder da qual Foucault (1999) nos fala. Ambos os discursos, o laico e o religioso, tornaram-se políticas de dominação e resistência do corpo social, carregando sua culpabilidade por tornar o espaço educativo

um lugar de constante embate e conflito, nucleado pelo saber-poder e pelo poder-saber de concepção da verdade que apareciam nas práticas institucionais.

Diante dessa luta de poder, a igreja católica parecia alegrar-se por ter ao seu lado pessoas ilustres que também se apoderavam dos discursos, alegando ser inaceitável uma educação moral sem a presença religiosa. Nesse ínterim, outras questões com maior relevância preocupavam a sociedade parahybana, como a delinquência da infância pobre e seus efeitos maléficos.

3.4.2. “Uma herança ou antes um morbo ingênito”: a delinquência da infância pobre

Aos dezesseis anos, no entrar da vida, já tem em sua frente o terrível stygma do crime. Dir-se-ia, *uma herança ou antes um morbo ingênito*. As células vivem recheadas e, dia a dia, a delinquência infantil aumenta. Já se não contam os recidivos. O mal propaga-se assustadoramente, dos grandes centros passando as pequenas cidades, dos dezesseis anos recuando aos doze e até aos sete!

[...] O relatório do ilustre 1º delegado, o snr. Dr. João Espinola ahi está, com efeito, a denunciar a precocidade do crime. Os nossos menores são criminosos e recidivos. Este é o facto. Nenhum exagero, nenhuma hyperbole, nenhum colorido. E a verdade em sua nudez. São os algarismos frios dos cadastros policiaes. Nada mais exacto (ANISIO, Pedro. Infancia culpada I. Jornal *A Imprensa* n 8, 5 de outubro de 1916, p. 2, grifo nosso).

As principais causas da delinquência da infância pobre na Primeira República dava-se por motivos que já tratamos nesta pesquisa no capítulo II, como a ausência de um projeto de escolarização pública acessível a todos e a falta de assistência do Estado à infância abandonada pelos pais. Tais causas originaram um aglomerado de crianças abandonadas moral e materialmente, que se tornaram infratoras e delinquentes, vivendo nas ruas onde, muitas vezes, a prática do roubo, do furto e da prostituição eram formas de seu próprio sustento. Essa infância estava sujeita a todas as artimanhas das ruas e vista como um problema social, que passava por perigos e, ao mesmo tempo, era perigosa. As ruas como espaços heterogêneos, repletos de tensões e resistências, também eram espaços das políticas de governo e da população pobre, espaços de enfrentamentos e resistências (FOUCAULT, 1999).

Na Parahyba, estava em curso um novo projeto político-social cuja referência se apoiava em conceitos morais difundidos pela sociedade europeia, a qual definia e categorizava os indivíduos e os grupos sociais pelo viés das características morais, buscando uma formação de perfis psicológicos e patológicos, para identificar as características definidas como anormalidade (QUEIROGA, 2011). Esse movimento de

profilaxia da anormalidade tornou-se um referencial que estabeleceu um nível de desvio da conduta normal, verificando os casos passíveis de educação e os ‘casos perdidos’, que precisavam ser separados, ou seja, incluídos e tratados nas categorias dos anormais desviantes. Para Foucault (2001, p.405) os indivíduos anormais, delinquentes e degenerados são aqueles inacessíveis à pena, são aqueles que “como quer que se veja, será incurável”. Nos discursos do jornal *A Imprensa* a delinquência também é tratada como uma anomalia social que possui diversas causas, conforme descreve o relato:

Estudemos agora esse estranho fenômeno. Conhecidas bem as suas causas talvez, de algum modo, se possa abviar ás suas funestas consequências. A que se deve essa anomalia social? Aqui como noutras muitas questões, os sociólogos divergem inteiramente. Quanto a nós, não se trata de degenerescência, de casos patológicos, nem uma só é a causa do tremendo flagelo são multiplos, a três se pode reduzir os factores principaes da precocidade do crime: A família, a escola, o meio (ANISIO, Pedro. Infancia culpada I. Jornal *A Imprensa* n 8, 5 de outubro de 1916, p. 2).

Os discursos do jornal *A Imprensa* não tratam a questão da delinquência como uma anormalidade psíquica, mas como consequência dos problemas sociais que possuíam suas causas nas deficiências da sociedade. Em virtude da deficiência moral das classes menos favorecidas, o ensino escolar focalizava as questões morais como valores fundamentais da educação. Esses discursos enalteciam as questões sociais, transmitindo valores impostos, como uma ciência que ensina a praticar o bem e evitar o mal, ou seja, uma educação moral que deveria tentar domar, ao máximo, os possíveis instintos negativos da infância pobre.

O discurso da moral direcionava-se prioritariamente à infância, por considerar esses sujeitos como principal alvo da ação educativa, onde eram depositadas as garantias de transformação do país e por se ter o cérebro infantil como mais plástico, mais suscetível de sofrer modificações do que o adulto (MARGOTTO, 2002).

Para solucionar as dificuldades enfrentadas na apropriação desses novos modelos de infância, recomendava-se um acompanhamento cuidadoso nessa fase da vida, por tratar-se da formação do psiquismo e da estrutura da personalidade. Fase ideal para se instalar hábitos sádios na infância, evitando o surgimento de personalidades desequilibradas. No discurso abaixo é possível perceber esta mesma preocupação com a formação moral desde cedo, como afirma o trecho abaixo:

Atirado aos dez ou doze anos se não antes, da casa paterna a um scenario novo, quando a vida afectiva começa a desabrochar exuberante, o menino como que sae de si mesmo e cria-se um mundo todo de sonhos e ilusões. O amor próprio

irrompe-lhe do intimo. O prazer o allicia e de todo se adapta ao meio, quer dizer: dá-se ao ócio, ao furto, ao fogo á embriaguez, á vida sensual. As leituras, os theatros, os clubes, as diversões, só lhe deparam estímulos para o mal. Adquire outros hábitos, outras tendências, qualquer que seja a sua índole e condição, e sucumbe desastrosamente á influencia do meio (ANISIO, Pedro. Infancia culpada I. Jornal *A Imprensa* n 8, 5 de outubro de 1916, p. 2).

Narrativas como esta tornaram-se argumentos fortes da igreja católica, alegando que o país vivia uma crise de princípios morais – tal crise era, supostamente, resultado da negligência dos princípios católicos – e alertavam que esse mal poderia ser combatido com uma ampla formação moral e uma regeneração espiritual. A citação anterior fala dos teatros e do cinema como sendo estímulos para o mal, no entanto, o discurso moral leigo utilizava esses meios para instruir a infância, transmitindo valores morais independentes da igreja católica para alcançar resultados mais rápidos na formação da infância.

Nesse sentido, as famílias das classes pobres, vista como portadoras de vícios e maus costumes, foram consideradas ineficazes para a formação da infância devido à ausência de bons exemplos e do comprometimento com o desenvolvimento moral e psicológico da infância pobre. Assim, a família foi culpabilizada pela desqualificação produzida em torno da infância pobre, que passou a ser percebida a partir de diferentes formas. As construções de família na Primeira República traziam como elemento central o aspecto moral, que estava diretamente relacionado às discussões em torno das noções de instrução e educação da infância.

Dentre os vícios nos quais a infância parahybana estava submetida, destaca-se o alcoolismo como um dos mais danosos na época, considerado pela medicina como um dos males das classes inferiores, combatido nas escolas e visto como o grande responsável pela degeneração da infância. De acordo com Gondra (2002), o alcoolismo infantil se constituía uma prática comum nas primeiras décadas do século XX, sendo apontado como uma das mais importantes questões de higiene social.

Os discursos da higiene social afirmavam que os males da sociedade só seriam combatidos com as mudanças na família, pois, as famílias pobres eram percebidas como focos de “improdutividade” e “desordem” que ameaçavam o projeto político de modernização sociocultural do país. Como afirma Magaldi (2007, p. 20):

A constituição de uma nação organizada deveria incluir ainda outros elementos fundamentais que mobilizaram atenção das elites intelectuais daquele tempo, como a transmissão de hábitos e comportamentos juntos à população, de maneira a se conformar um “corpo social saudável”. Nesse caso, era bastante recomendável que intervenções situadas no âmbito saúde e educação caminhassem em estreita articulação entre si (...) foram muitos os intelectuais

que, engajados no mencionado projeto “civilizador”, elegeram a família como alvo de suas ações.

A família foi escolhida para ser o grande instrumento utilizado no combate aos hábitos inadequados, porém, as condições de salubridade presentes na vida da população carente econômica e socialmente, não possibilitavam meios para que estas ações fossem efetivadas. Nessa época, a infância pobre estava desvinculada da família, passando a integrar uma sociedade de mendigos flutuantes sem ligação com o meio social e, por conseguinte, a família deixava de ser considerada uma unidade básica da sociedade. A solução encontrada para esta demanda foi a criação e formulação de normas que tinham como finalidade integrar a infância à família, através da assistência educacional e de intervenções que foram sendo acrescentadas ao núcleo família (DONZELOT, 1997).

Com o estabelecimento desses novos ideais republicanos, as ideologias que desenhavam novas condutas sociais trouxeram modificações na organização da família brasileira, com vistas ao estabelecimento da saúde psíquica e física da infância. No que tange às famílias das classes populares, tratava -se também de garantir uma força de trabalho adequado e disciplinado. Esse projeto de moralização da sociedade brasileira se constituía uma peça mestra no projeto de normatização e incluía a formação uma nova figura do trabalhador dócil, submisso, mas economicamente produtivo, ou seja, um projeto de integração do proletariado e da família no universo dos valores burgueses (ANISIO, Pedro. Infancia culpada I. Jornal *A Imprensa* n 8, 5 de outubro de 1916, p. 2).

Na sociedade parahybana, esse projeto de moralização estava atrelada ao projeto de modernidade da nação, retirando das ruas a infância delinquente e preparando-a para o trabalho. Este apelo de comprometimento à organização social se fazia presente, como descreve o discurso:

A família e sua organização, o operamido e seus interesses, o povo e os seus deveres, direitos e liberdades, a moral, a lei, a religião e seus princípios, em summa, a educação social está a reclamar incessantemente maior somma de esforços dos que podem amparada e defendel-la. A ordem e o respeito às instituições de utilidade pública e ao sagrado princípio da autoridade, desconhecidos por uns, desprezados por outros, [...] a patria, que não é só o lugar, o sitio onde nascemos, é também o lar, a familia, a lingua que herdamos de nossos paes, a religião que professamos [...]. Tudo isso se nos aparece como um dever de primeira monta para o jornal catholico, dever que desejariamos cumprir por amor a Deus e a pátria tanto podessem as nossas forças. (DA INSTRUCÇÃO, Jornal *A Imprensa* n 23, 5 de dezembro de 1912, p. 1).

Contudo, os discursos mostram que os governos da Parahyba, na sua grande maioria, não correspondiam ao projeto de configuração idealizados pela República, pois

a infância pobre vivia aquém do estabelecido pelos ideais higienistas como ideologias de ordem e progresso. As ideologias republicanas desenhavam uma nova conduta social, com modificações na organização da família e na vida da infância pobre, garantindo uma vida saudável e disciplinada. Os enunciados expressam com clareza essa disparidade entre os ideais republicanos e as práticas do dia-a-dia da família parahybana pobre, especialmente com relação aos discursos que destacam a importância da família como a responsável pelas normas morais na infância.

O jornal *A Imprensa* destaca a ênfase que é dada à importância da família no cuidar da infância, como guardiã e colaboradora da saúde, pois, o governo da família se articulou com o discurso médico-higienista, adentrando nos costumes das massas populacionais e indicando um novo modelo de civilidade à população. Esses discursos de poder tentaram impor, através da família, a higienização dos sujeitos, produzindo um adestramento dos corpos em conformidade com o projeto de civilização. Assim, as famílias foram responsabilizadas pela transmissão de hábitos, comportamentos saudáveis e valores morais norteadores das relações sociais e dos valores individuais (RAGO, 1997), ou seja, cabia à família a responsabilidade de educar, higienizar e disciplinar a infância. Essa responsabilidade aparece nas páginas do jornal *A Imprensa*:

A três podem reduzir os factores principais da precocidade do crime: a família, a escola, o meio. Examinaremos cada um, de per si. Na formação da criança tem o primeiro lugar a família. O menino escreveu Monsenhor Dupanloup, é já o homem com todo seu futuro envolvido em seus primeiros anos. Todos os grandes educadores estão de acordo neste ponto. Assim não fogem os paes á responsabilidade. São eles os maiores culpados. O lar vai se deschristianizando. Desappareceram os hábitos simples e austérios de outr'ora. Os filhos já não respeitam aos paes. Estes descuram de todo a educação da vontade e do coração. Tudo se permite aos filhos, nada se lhes nega a praxe de hoje, recomendada pelos discípulos de Rousseau, como se as crianças foram instinctivamente boas. Que pode esperar de uma tal educação? (ANISIO, Pedro, Infancia Culpada I. Jornal *A Imprensa* n 8, 05 de outubro de 1916, p. 2).

Como descreve o autor do discurso, o Cônego Pedro Anísio, o discurso religioso exaltava o valor da formação moral da infância como responsabilidade da família e, divulgava os novos modos de viver e se comportar, fundada pelos princípios da moral, concebida como uma ciência a ser ministrada nas escolas. Os discursos são enfáticos em relação ao papel da família na educação moral dos filhos. Essa relação indissociável na moralização da sociedade responsabiliza as famílias as competências básicas para o formação e o sustento da formação.

A família, como uma instituição de poder na constituição moral da infância, foi chamada para corrigir os possíveis desvios de comportamento dos filhos. No texto citado, os indivíduos foram classificados como desnaturados ou anormais, por não nutrirem o “natural sentimento fraternal”, sendo assim, punidos pela lei ou desprezados pelos homens. O autor do discurso despreza a educação frouxa das famílias parahybanas e critica o processo que ele classifica como “deschristianização”, que seria a falta de religião no lar e a ausência de normas e respeito às autoridades paternas.

Quanto ao padrão de família apta para a formação moral da infância, deveria ser composta por mulheres modelo⁶² da sociedade parahybana, casadas, seguidoras dos preceitos religiosos da igreja católica e dispostas a se sacrificarem pela educação e formação moral da infância. A igreja se valia da família, especialmente da fé da mãe para assumir seu papel na formação da nova sociedade, tendo a obrigação de educar infância de acordo com os novos moldes, conforme relata o discurso:

Como deve ter cuidado na educação moral, religiosa e civil dos filhos. Uma mãe deve ser incansável no cuidado dos filhos, não deve ser negligente, nem roubar o tempo em visitas e passeios inúteis, deixando os filhos em companhia de criados. A casa é uma escola, e a mãe de família é uma mestra, não deve se fiar somente nas professoras; deve educar aconselhar, ensinar! A casa é um templo e a mãe uma sacerdotisa. Da mãe será cobrado que ensine os primeiros sentimentos de religião, de temor a Deus, de caridade para o próximo e de amor filial (A EDUCAÇÃO, *Jornal A Imprensa* n 55, 1 de março de 1922, p. 2).

Muito comumente, encontram-se notícias sobre a disciplinarização dos corpos infantis no jornal *A Imprensa* nos primeiros anos do século XX. Esses discursos relatam os bons costumes como modelação dos sentidos e métodos civilizatórios, determinando ser a família a base para uma sociedade bem-sucedida. Estas são marcas de uma resistência proveniente do discurso católico, ligado às novas sensibilidades que vão se definindo com a urbanização crescente.

O discurso de caráter conservador referente à mulher, considera-a responsável pela manutenção da moral e pela realização do culto privado, impondo modelos de conduta feminina baseada na mentalidade patriarcal. A mulher deveria ser a rainha do lar e o anjo tutelar da infância e, para atingir esses modelos, seguiria normas preestabelecidas, codificando todo o pensamento conservador em torno de si. Aos poucos, os parâmetros foram mudando e preferiram ter na mulher uma aliada e não uma inimiga;

⁶² Uma mulher voltada para a intimidade do lar, para o cuidado especial com a infância, redirecionada para a escola ou os institutos de assistência social (RAGO, 1997).

transformou-a na guardiã da fé, desde que cumprisse as determinações quanto à conduta moral. Portanto, a mulher deveria educar seus filhos nos princípios da moral e do civismo e ao mesmo tempo ser a grande guardiã da mentalidade baseada na moral conservadora (ISMÉRIO, 2007). Logo, a questão da moral envolvendo a delinquência na Parahyba, foi uma ação que atingiu especialmente a infância pobre, com consequências graves, como a inadequação desses sujeitos ao desenvolvimento da nação que se queria moderna. Dentre as causas que mais contribuíram com o crescimento da delinquência estava a desqualificação moral da família, que devido à sua ineficácia foi atribuída à escola. A escola, como a responsável pela a educação da infância pobre para manter a ordem, seguia rígidos princípios de disciplinamento, como castigos físicos.

3.4.3. “A escola do medo e do terror”: os castigos físicos e o disciplinamento na educação da infância

Não somos os que pensam deva ser abolido por completo, o castigo physico na educação da infância. Se o excesso deprime o caráter de menino, lhe amofina a saúde, atrofia o sentimento de dignidade e prejudica o systema nervoso do mestre a quem deve ter por amigo e bemfeitor. *A escola do medo e do terror*, ao envez de aclarar a razão e desenvolver a inteligência da creança, prepara nervosos e doentes. Assim pensam todos os que dependem da educação. Abolido porem, completamente, o castigo physico, moderado e aplicado oportunamente, só o dirá quem não se familiarizou ainda com o espinhoso e árduo mister de educador (INSTRUCÇÃO E EDUCAÇÃO, Jornal *A Imprensa* n 23, 18 de maio de 1916, p. 1, grifo nosso).

Durante as primeiras décadas da República a compreensão da educação da infância pobre estava lentamente sendo construída, de forma que ainda existiam muitos discursos conflitantes, entre esses a questão dos castigos físicos nas escolas. Como vimos acima, já existia no meio educacional uma conscientização dos prejuízos psicológicos causados pelos castigos como: o medo, a depressão e o nervoso. Diante dessa polêmica, os castigos físicos foram gradativamente perdendo poder e sendo substituídos por castigos de cunho moral que visavam incutir o sentimento de vergonha e humilhação nos alunos, promovendo ações como: privação de alimentos, privação de saída, de recreação ou mesmo perdendo parte das férias, etc.

No início do século XIX, o uso dos castigos físicos era tão frequente que, ao invés de engendrar meios de coibir sua prática, o caminho escolhido foi o de regulamentar o seu uso, oficializando por meio de um decreto da Assembleia Legislativa, a Lei 20, de 6

de maio de 1837, que estipulou o número de palmatorias que cada aluno deveria receber, de acordo com a idade e a ação realizada:

Art. 12. [...] § 4º. Observar e fazer observar em suas aulas os presentes estatutos, administrando o infrator; caso porém não aproveite a primeira e segunda admoestação, poderão usar além de outros castigos morais adaptados, de palmatoadas, que não excederão as seis em cada dia; usando porém deste castigo com a necessária moderação, e em proporção a idade dos alunos. Em argumentos de atrasados, que o professor, ou professora deverá estabelecer uma vez em cada semana, ou em desafios de uns com outros se admitirá também entre eles as palmatoadas até o número de doze, cada dia. (MIRANDA; CURY, 2008, p. 5).

A disciplina rigorosa de comportamentos foi gradativamente perdendo força, sob a forma de vigilância escolar. Esse método desencadeou uma série de proibições, caracterizando o regime de poder disciplinar que produziu um poder estratégico que servia de mecanismo para moldar os comportamentos dos indivíduos, as vontades da infância pobre que envolvia necessidades físicas e psicológicas. O poder disciplinador dos castigos físicos manipulou e sujeitou os corpos infantis, uniformizando-os a um corpo social constituído pela universalização das vontades, como pensa Foucault:

[...] O poder disciplinar é [...] um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”: ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. [...] “Adestra” as multidões confusas [...] (FOUCAULT, 2005, p.143).

A postura da escola como uma instituição de mecanismos disciplinares compreende técnicas de organização no sistema poder-submissão na sua versão micro, no dia a dia, de corpo a corpo. Michel Foucault, em “Vigiar e Punir”, estuda os mecanismos da disciplina em sua capilaridade, ou seja, o poder exercido sobre os corpos. Neste sentido, ao pensarmos a partir de Foucault torna-se esclarecedor pensarmos a origem e o sentido de dispositivos tão cotidianos da escola, como os enfileiramentos das carteiras, as chamadas, as seriações e classificações, como forma de controle dos espaços escolares.

Igualmente para compreendermos os discursos referentes aos castigos físicos nas escolas parahybanas, precisamos entender que o dispositivo disciplinar compreende que “não é o consenso que faz surgir o corpo social, mas a materialidade do poder se exercendo no próprio corpo dos indivíduos (FOUCAULT. 1999, p.146). Essa materialidade estava muito bem representada nas escolas parahybanas, com seus rituais,

com a forte hierarquia e a produtividade outorgada aos sujeitos, como pode ser visto no relato a seguir:

A aplicação exagerada de castigos phisicos n'uma escola particular da rua d'Areia, deu ocasião a que fosse denunciada, com certo alarme, a respectiva professora, ao snr. dr. Diretor da Instrcção publica. Este tomou logo as providências, e esta, agora, a referida professora sob a ameaça de ver fechada a sua escola, caso se reproduzam os mesmos actos. Na suposição de que a importante repartição publica estadual tenha atribuições sobre a disciplina e o regime interno das escolas particulares, louvamos o acto de seu ilustre diretor, chamado á ordem uma preceptora que a imprensa acusa de mal compenetrada de seus deveres profissionais, por aplicar aos seus alunos castigos excessivos. Não somos dos que pensam deva ser abolido por completo, o castigo físico na educação da infância (INSTRUCÇÃO E EDUCAÇÃO. Jornal *A Imprensa* n 38, 28 de setembro de 1916, p 1).

A narrativa acima relata uma ambiguidade, pois é possível observar que o redator não é contra o castigo físico, ele até o defende, desde que seja de forma moderada. Por outro lado, o autor exalta a postura do diretor de Instrução Publica que castiga a professora pelos seus atos. Vale salientar que a igreja católica recomendava uma educação fundada na austeridade, tendo em vista a natureza perversa do homem, que só com rigor se desviaria da corrupção para chegar a civilidade e, sem uma educação rígida, o homem permaneceria selvagem, bárbaro. Segundo Del Priore (2000), a perspectiva judaico-cristã sempre foi favorável a uma educação por meio de castigos físicos, sendo estes dirigidos à infância como uma forma de amor. E o excesso de carinho deveria ser evitado porque fazia mal aos filhos e a relação entre os pais e suas crianças teria de ser o espelho do amor divino, segundo o qual, amar é castigar os erros e dar exemplo de vida correta.

Com uma visão mais geral da imoralidade das famílias das classes pobres na formação das gerações fez com que se elegeisse as escolas e casas de correção para que assumisse a responsabilidade por tal formação, considerada de extrema necessidade para a produção de cidadãos civilizados, obedientes e ordeiros. Nessas casas de correções, os castigos eram utilizados como forma de controle, com a visão de que ajudaria as crianças a se tornarem pessoas disciplinadas e responsáveis. Diante desse contexto, os castigos aplicados expressavam um sentimento, carregando uma certa dose de emoção e evidenciando um caráter formador e moralizador da disciplina.

Na Primeira República, a escola passou a ser o espaço específico para educar a infância pobre, funcionando como um dispositivo de formação dos corpos, que gradativamente ia descobrindo formas de governá-la. Assim, a escola passava a ser um

dispositivo essencial para o governo da infância pobre, como agente de normalização da sociedade parahybana, conforme o fragmento do jornal pesquisado:

Há creanças que se educam sem nenhum trabalho: outras, a que bastam admoestações e castigos moraes: outros há, porém, que só o castigo physico pode corrigir. Tudo esta em conhecer a índole e o temperamento de cada uma. Em todos os tempos isto foi verdade. A educação moderna tem conseguido prodígios no sentido pedagógico, nos meios práticos de adiantar a creança das letras. No lado moral porem, a decadência é palpável e, só não retrogadâmos, porque nunca tivemos em piores condições (INSTRUÇÃO E EDUCAÇÃO. Jornal *A Imprensa* n 38, 28 de setembro de 1916, p 1).

A aplicação desse método parece não ter trazido bons resultados à infância pobre, pois aumentou seu sofrimento, provocando efeitos ainda mais maléficos. O discurso do jornal pesquisado relata a ineficácia do método para algumas crianças, devido a questões como temperamento, personalidade e índoles individuais. A citação acima acusa a pedagogia moderna de não apreciar os valores morais, pois, na sua construção de prática pedagógica, traz uma preocupação maior com o fundamento do ensinar as letras, ao invés de construir uma sociedade mais justa e solidária.

Os discursos aqui estudados, apresentaram uma forma de pensar a normalização e o disciplinamento da infância pobre, com espaços idealizados para preservar os princípios morais e disciplinares moldando os corpos. O discurso moral produziu a infância indigente, que necessitava de assistência caritativa da população para se manter na escola e não cair no mundo do crime. Esse discurso produziu uma infância anormal, vista como a mais distante dos padrões de conduta determinados pela sociedade da época, que deveria ser categorizada, corrigida e homogeneizada pela escola para o bom convívio em sociedade.

O discurso da moral presente no jornal *A Imprensa* associava-se, com recorrência ao assistencialismo e a caridade, principalmente àqueles cujos princípios eram pautados por preceitos religioso. Sendo assim, a infância pobre foi, na maior parte das vezes, seu alvo principal, com o propósito de cuidar da formação moral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de toda a complexidade e profundidade das questões tratadas neste trabalho, é prudente admitir que esta pesquisa não tem a pretensão de esgotar o assunto, no entanto, vale ressaltar que produzir uma pesquisa na área da História da Infância na Parahyba é trazer à baila parte da história local, nos possibilitando conhecer importantes aspectos culturais, históricos e sociais, que se fizeram presentes na constituição da sociedade nas primeiras décadas do século XX.

É preciso reconhecer a heterogeneidade apresentada nos discursos como ações que formularam essa categoria a partir da tomada de consciência da importância da infância como componente primordial do ideal de nação civilizada. Pois, diferentes campos da sociedade, buscaram constituir uma identidade para a infância pobre brasileira através, principalmente, de sua educação.

Os diferentes tipos de discursos categorizados, quais sejam, os discursos da escolarização, assistencialismo, higienismo e moral são representativos dos valores e ideais de formação presentes na sociedade parahybana. O discurso da escolarização caracterizava a importância de que a infância tivesse uma formação mais ampla por parte da escola. Englobando os preceitos morais, de higiene, saúde e civilidade, já que a formação recebida em casa, sobretudo entre a população pobre, era considerada insuficiente ou até mesmo inexistente.

A escolarização que se queria dar à infância pobre deveria ultrapassar os domínios físicos da escola, com projetos de transformação da sociedade, tornando-se o centro de interesse de variados campos do saber, vistos como capazes de ampliar e operar mudanças significativas, engendrando novas subjetividades para a infância pobre e a população menos favorecida. O discurso de escolarização caracterizava uma formação aberta, cumprindo um papel decisivo na constituição da sociedade da época, sendo que depois da família, ou muitas vezes antes, a escola tornava-se uma instituição de sequestro, pela a qual todos deveriam passar e por ela serem moldados. A escola, enquanto instituição transformadora e detidora de poder, perpassou diferentes formas de educar a infância pobre parahybana, buscando produzir identidades marcada pela civilidade e pelos bons costumes, desejados por políticos e educadores da sociedade parahybana e, formando condutas, procedimentos e atitudes.

O discurso do assistencialismo associado à ideia de escolarização da infância pobre tinha a finalidade de atendimento à infância e suas famílias, segundo o modelo de

filantropia, passando pelo cuidado higiênico e pela normalização dos costumes através dos serviços médicos. As propostas de criação de instituições e escolas, como ações emergentes, foram tratadas como responsabilidades do Estado, e os dispositivos jurídicos criados pelos sucessivos governos colocaram-se como auxiliares nas conquistas sociais da infância pobre, com a criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, as casas de caridades e as escolas profissionais como a Escola de Aprendizizes e Artífices. Essas instituições buscaram atender à necessidade de escolarizar a infância pobre nos aspectos higiênicos, educacionais e moral, buscando desviar a infância dos caminhos da vadiagem, guiando-a na instrução e no dever de homens e mulheres de bem.

Para alcançar o maior número de crianças escolarizadas, o governo parahyano criou alguns dispositivos, como a criação de escolas públicas, a criação do Instituto de Assistência e Proteção à Infância e a criação de leis de obrigatoriedade que regulamentaram a assistência e proteção à infância pobre e abandonada. Fica claro nos discursos pesquisados que o interesse do Estado da Parahyba era incluir a infância pobre em seus sistemas de ensino, buscando intervir novos costumes e transformando a realidade. Assim, tanto o discurso da escolarização quanto o da assistência à infância pobre parahybana incidiram em diversas transformações sociais como projetos de governo, com ações filantrópicas e outras ferramentas que impulsionaram as políticas da infância pobre na Parahyba. A escolarização, como uma questão emergente, trouxe à Parahyba a possibilidade de instrução e preparo intelectual para infância, embora algumas negligências do governo tenham inviabilizado muitas ações.

Quanto ao discurso higienista, apresentado como verdadeiro pela sociedade da época, trazia a possibilidade de higienização da infância pobre que vivia doente, viciada e propensa ao ócio, tida como o corpo mais carente da sociedade. O objetivo desse discurso era a formação de cidadãos sadios e produtivos para a sociedade, por isso, versavam sobre as soluções dos problemas educacionais e sociais, permitindo pensar, explicar e compreender a importância de se promover uma higienização por meio das escolas e outras instituições. O discurso higienista criou “tecnologias de poder” que objetivava controlar os corpos infantis, determinando a conduta da infância e de sua família com hábitos de higiene e de saúde. Esse discurso buscava assegurar melhores condições para o desenvolvimento físico, intelectual e moral e trazia a incorporação de novos hábitos na vida dos indivíduos, estabelecendo-se como dispositivos de poder, capaz de controlar a infância pobre, e ganhar vulto no meio dos movimentos políticos, legitimados pelos saberes científicos, a fim de dar conta das moléstias que assolavam a

sociedade. A higienização dos corpos infantis envolvia a cura das moléstias, o cuidado com as habitações como os domicílios, as escolas e as cidades. Este discurso ganhou vulto no meio dos movimentos políticos, legitimando os saberes científicos, a fim de dar conta das moléstias que assolavam a sociedade.

Associado ao discurso higienista e buscando intervir e modificar a realidade, o discurso da moral se mostrava como um dos mais atuantes entre os anos de 1912 e 1922, direcionando a educação da infância pobre através, principalmente, da Igreja católica, que tinha uma forte influência na educação do Estado da Parahyba. A crença na imoralidade das famílias das classes pobres e na formação das novas gerações fez com que o discurso moral assumisse a responsabilidade por tal formação, considerada de extrema necessidade para a produção de cidadãos civilizados, obedientes e ordeiros. Esse processo de normalização referente à educação da moral operou-se como um exercício de forças, onde um poder com múltiplos atores estabelecia suas relações num jogo de tensões e repressões sobre as autoridades escolares e os demais sujeitos envolvidos no processo. O discurso da moral produziu uma infância indigente e anormal, vista como a mais distante dos padrões de conduta que circulavam no interior da sociedade da época. Essa infância deveria ser segregada e transformada para ser inserida na sociedade, por isso, foram utilizados os “dispositivos de poder” como as casas de correções, os Liceus e os próprios Intitutos de Proteção e Assistência a Infância, buscando moldar a infância pobre aos costumes e valores ditados.

Os discursos aqui analisados são representativos e estavam ligados às questões da disciplinarização da infância, como objetos do saber e como elementos das relações de poder que dominavam e controlavam a conduta da população. O discurso moral apresentou-se como uma forma de pensar a normalização e o disciplinamento da infância pobre, com espaços idealizados para preservar os princípios morais e disciplinares moldando a multiplicidade dos corpos. Assim, produziu-se uma infância necessitada de assistência caritativa da população para se manter na escola e não cair no mundo do crime, bem como a infância anormal, vista como a mais distante dos padrões de conduta que circulavam no interior da sociedade da época, que deveria ser classificada, categorizada, para depois ser corrigida e educada para o bom convívio em sociedade.

Perceber os discursos da escolarização, assistencialismo, higienismo e o discurso da moral direcionados à infância, veiculados no jornal *A Imprensa*, nos leva a perceber as variadas relações de poder que se intensificaram no processo de educação na Parahyba nos anos de 1912 a 1922. Esses discursos analisados legitimaram as práticas cotidianas

para com a infância pobre na sua educação, falando em nome da ciência ou da fé ao mobilizar teorias, saberes e prescrevendo práticas sobre a educação da infância pobre. Falaram mais do dever da infância pobre no meio escolar e social do que das suas necessidades, que foram, em parte, silenciadas pela promoção política, educacional e religiosa no exercício de poder de tais discursos.

Logo, a partir da presente pesquisa, parece ser possível se pensar que a educação da infância pobre parahybana, entre os anos de 1912 a 1922, espelhada no jornal *A Imprensa*, esteve, em grande parte, embasada pelos discursos da escolarização e do assistencialismo e do higienismo e da moral. Apesar da busca por um discurso diferenciado no contexto de Parahyba, um discurso singular que se destaque dos demais Estados no período histórico aqui determinado, não foi contemplado neste trabalho. Percebemos que a abrangência de tais discursos compreende outros espaços geográficos nacionais e outras esferas educacionais que extrapolam a escola e a família. Tais discursos, apesar de fornecerem saberes e prescrições sobre a educação da infância pobre parahybana naquele momento, versaram, principalmente, sobre o vir a ser da infância, ou seja, sobre um modelo exemplar de cidadão que importava ser construído para a sociedade parahybana. Assim, a educação da infância pobre se apresentava mais como um dever desta para com a sociedade, do que um reconhecimento de direitos.

FONTES

PARAÍBA. Estatuto do Departamento do Instituto de Protecção e Assistencia à Infancia. Arquivo da Arquidiocese da Paraíba. Disponível em: <<http://www.arquidiocesepb.org.br/>>. Acesso em: 15 de Novembro de 2014.

PARAÍBA. Estatuto do Departamento das Damas Protetoras da Infancia no Instituto de Protecção e Assistencia à Infancia. Arquivo da Arquidiocese da Paraíba. Disponível em: <<http://www.arquidiocesepb.org.br/>>. Acesso em: 15 de Novembro de 2014.

PARAÍBA, Decreto nº 13.064, de 12 de Junho de 1918, novo regulamento às Escolas de Aprendizizes Artífices, autorização constante do art. 97, n. III, da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918. In: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13064-12-junho-1918-499074-republicacao-95621-pe.html>.

PARAÍBA, decreto nº 874, de 21 de dezembro de 1917. In: Collecção dos Actos dos Poderes Legislativo e Executivo, 1892 a 1930. Parahyba: Imprensa Official, 1909-1930.

JORNAL A IMPRENSA. Órgão Oficial da Diocese da Paraíba. João Pessoa – PB. Edições de 1912 - 1922. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba.

MAROJA, Flávio. A nossa hygiene. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba*, João Pessoa, n. 03, p. 433-437, 1911.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Fátima. *Paraíba: Imprensa e Vida: jornalismo impresso 1826 a 1986*. 2. ed. rev. aum. João Pessoa: Grafset, 1986.

_____. *História e ideologia da imprensa na Paraíba: dados históricos e técnicos*. João Pessoa: A União, 1983.

AREND, Silva Maria Fávero. De exposto a menor abandonado: uma trajetória jurídico-social. In: *Uma história social do abandono das crianças*. São Paulo, Ed. PUC- Minas, 2010.

ARIÈS. Philippe. *História social da criança e da família*. 2. Ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2006.

BICCAS, Maurilane de Souza. *O impresso como estratégia de formação: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940)*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. *Infância e maquinarias*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Problemas educacionais de higiene*. “These” (Graduação em Medicina) –Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, 1929.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARLOS, Edgardo. *Vocabulário de Foucault – Um processo pelos os seus temas, conceitos e autores*. Tradução: Ingrid Muller Xavier; revisão técnica: Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte: Autêntica Editora 2009.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes. 1998.

CHARTIER, Roger. *As utilizações do objecto impresso*. Lisboa: Difel, 1998.

CORAZZA, Sandra Mara. *História da infância sem fim*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

COSTA, Suzana Queiroga da. *Jornal <<A Imprensa>> como fonte de informação e memória da produção editorial paraibana no Século XX (1912 a 1942)*. Dissertação de Mestrado - (Ciência da Informação) Universidade federal da Paraíba – UFPB, 2011.

CORRÊA, Lucelinda Shramm. *Cidades, práticas higienistas e produção do espaço urbano*. Anais XVI – Encontro Nacional de Geógrafos – Porto Alegre – RS. Julho de 2010. Disponível em: <file:///D:/Downloads/T0019%20-%20Lucelinda%20Schramm%20Corr%C3%AAa.pdf>.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias do cotidiano*. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1992. DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

DONZELOT, J. *A Políticas das famílias*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1996.

ESPINDOLA, Maíra Lewtchuk. *Primeira república, intelectuais e educação: entre a utopia e o (des)encantamento de Castro Pinto (1886-1915)*. João Pessoa, 2012.

FARIA FILHO, Luciano M. de. *Modos de ler, formas de escrever: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FERREIRA, Lucia de Fátima Guerra. *Igreja e romanização: a implantação da diocese da Paraíba*. 1994. 372f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 1994.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Foucault a análise do discurso em Educação*. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editores Associados, n. 1, julho 2001. <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>>. Acesso em maio de 2014.

FOLCON, Francisco. *História cultural: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Compus, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org. e Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *A ordem do discurso*. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Trad. Raquel Ramallete. 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 7ª ed., 2007

_____. “A ética do cuidado de si como prática da liberdade.” In: *Ética, sexualidade e política, por Michel FOUCAULT*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. A governamentalidade. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000b.

_____. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____. Nascimento da biopolítica. In: FOUCAULT, Michel. *Resumo dos cursos do collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997b.

GÉLIS, J. *A individualização da criança*. In: ARIÈS, P.; CHARTIER, R. (Org.). *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Cia das Letras, 1991, p. 311-329 (Coleção História da Vida Privada, v.3).

GOIS JUNIOR, Edivaldo. *Os Higienistas e a Educação Física: a história dos seus ideais*. Dissertação (Mestrado em educação Física) – Universidade Gama Filho, 2000.

GONDRA, José G. *História, infância e escolarização*. 1ª edição. Rio de Janeiro: 7 letras, 2002.

_____. Medicina, Higiene e Educação Escolar. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M. de; VEIGA, Cynthia G. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial*. Tese de doutoramento, USP. São Paulo, 2000.

GORE, Jennifer. Foucault e Educação: Fascinantes desafios. In: SILVA, Tomaz Tadeu. *O sujeito da Educação: Estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 1994, p.9-20

GOUVÊA, Maria Cristina Soares. “A escrita da história da infância: periodização e fontes”. In: *Estudos da infância: educação e práticas sociais*. Manuel Sarmento, Maria Cristina Soares Gouveia (Orgs.). Petrópolis: RJ: Vozes, PP.97-118, 2008.

_____. *A cultura da infância: a infância na cultura*. Presença Pedagógica, Belo Horizonte, v. 16, p. 32-39, 2000.

_____. A Escolarização da “meninice” nas Minas oitocentistas: a industrialização do aluno. In: FONSECA, Thais Nívea de Lima e VEIGA, Cynthia Greive. *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GUIMARÃES, Paula Cristina David. “*Tudo presta a quem tudo precisa*”: discursos sobre a escolarização da infância pobre veiculados pela revista do ensino de minas gerais (1925-1930). 2011. (Dissertação de Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São João Del-Rei, Minas Gerais – MG.

HOELLER, Solange Aparecida de Oliveira. *A escolarização da infância Catarinense: a normatização do ensino público primário (1910 – 1935)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2009.

ISMÉRIO, Clarisse. *As representações do feminino na educação rio-grandense segundo o discurso positivista (1889 -1930)*. Revista Eletrônica História em Reflexão – Vol. 1 - n. 1 – UFGD: Dourados, Jan/Jun 2007. Disponível em: http://www.historiaemreflexao.ufgd.edu.br/historiaemreflexao_ed1/feminino.pdf.

KOHAN, Walter Omar. *Infância. entre a educação e a filosofia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

KUHLMANN JR, Moysés e FERNANDES, Rogério. Sentidos da infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes, (Org.) *A infância e sua educação – materiais, práticas e representações* (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

KUHLMANN JR, Moysés. *Infância e educação infantil: uma nova abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação. 1998.

_____. *O jardim-de-infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX, início do século XX*. Educação da infância brasileira (1875-1983).Campinas/ São Paulo Autores Associados, 2001.

KULESZA, Wojciech Andrzej. *O currículo da Escola Normal: feito e tendências*. In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia. Anais. Uberlândia: Ed. da UFU, 2006. v. 1. p. 3762-3772.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do Eu e Educação. SILVA, Tomaz T. da (Org.). *O sujeito da Educação: Estudos foucaultianos*. Petrópolis/RJ, Editora Vozes, 1994.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: Enciclopédia Einaudi. Vol. 1. *Memória-História*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010. P. 95-106.

LIMA, Guaraciane Mendonça. *O Collégio de educandos artífices – 1865-1874: a infância desvalida da Parahyba do Norte*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba-UFPB, 2008.

MACHADO, Roberto. *Foucault, Ciências e o saber*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 3ª edição. 2006.

MARCÍLIO, Maria Luiza (coord.). *História demográfica da infância brasileira: quatro séculos de marginalização*. São Paulo. Sn. 1992. Relatório final de projeto. FFLCH.

MARGOTO, Lilian Rose. Crianças e educação moral, evolução e psicologia na imprensa pedagógica paulista. In GONDRA, José Gonçalves (Org.). *Dos arquivos à escrita da história: a educação brasileira entre o Império e a República*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002, P. 165-189).

MELLO, José Baptista de. **Evolução do Ensino na Paraíba**. Secretaria da Educação e Cultura. Conselho Estadual de Educação. João Pessoa-PB, 1996 (*Coleção Biblioteca Paraibana*).

MISKOLCI, R. 2003. Reflexões sobre normalidade e desvio social. Estudos de Sociologia, Araraquara, n. 13- 14, p. 109-126.

MONARCHA, Carlos (org.). *Educação da infância brasileira: 1875 -1983*. Campinas: Autores Associados, 2001.

NARODOWSKI, Mariano. Infância e poder: a confrontação da pedagogia moderna. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/UECG, 1998.

NASCIMENTO, Célia Siqueira Xavier. *Formas de ver e viver a infância nas escolas públicas mineiras (fins do século XIX – início do século XX): práticas, espaços e graduação em Educação*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2009.

OLIVEIRA, I. B; BRITTO, F.A.A. “*República Dos Ratos*”: *Caos Endêmico Na Parahyba Do Norte*. IV Congresso de iniciação científica da Universidade Federal de Campina Grande – PIBIC/CNPq/UFCG – 2009.

_____. *A cidade gradeada pelo medo: peste e doença em Campina Grande no início do século XX*. Revista de História e Estudos Culturais. Vol. 9 Ano IX nº 3, Dezembro de 2012.

OLIVEIRA, I. B. et al. A ordem antes do progresso: o discurso médico – higienista e a educação dos corpos no Brasil do início do Século XX. Disponível em: < http://www.revistafenix.pro.br/PDF28/Artigo_7_Iranilson_Buriti_%20Oliveira_Leonardo_%20Q_%20B_Freire_Debora_da_%20Silva_Sousa_Jose_Maxuel_Lourenco.pdf > Acesso em: 15 de junho de 2014.

_____. *Só é sujo e doente quem quer (?) – Representações médicas na Paraíba do início do século XX*. Revista de História Regional. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/7482/4717..>

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. *Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba*. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade. São Francisco, 2002. (Coleção educação contemporânea).

QUEIROGA, Maria do S. N. *O discurso do fracasso escolar como tecnologia de governo da infância: a arqueologia de um conceito*. 2005 a.f. 442. (Tese de Doutorado em Sociologia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

_____. *O discurso higienista sobre a infância em impressos paraibanos na Primeira República (1900-1930)*. Pesquisa de Pós- doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais UFMG, 2014.

_____. *O discurso do fracasso escolar: cenário da sua emergência no Brasil*. VIII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. São Luís, MA. Agosto/2010. (CD-ROM).

_____. *O governo dos corpos infantis: a produção e distribuição do discurso da eugenia no campo da educação*. Revista VIVÊNCIA– ISSN 1138-5820. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFRN). (Nov./2011a).

_____. Infância e regulação: a emergência histórica do discurso do fracasso escolar no Brasil. In: CARVALHO, MARIA ELIZETE G. *História, Educação e Direitos Humanos*. João Pessoa: Editora UFPB, 2011d. p. 183-207. ISSN – 9788577457.

_____. Republicanismo na Paraíba e discursos sobre a infância escolar. In: PINHEIRO, Antônio Carlos F.; CURY, Cláudia Engler. (Orgs.) *Histórias da Educação da Paraíba: rememorar e comemorar*. João Pessoa, 2012, Editora UFPB.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890- 1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro. Universidade Santa Úrsula, 1997.

ROSEMBERG, Fúlvia. *Criança pequena e desigualdade social no Brasil*. In: Congresso de Educação Infantil–Educadores da Infância, 2. 2006 São Paulo. São Paulo: Sindicato de Educação Infantil, 2006.

SOARES, Jamine Borges. A construção da responsabilidade penal do adolescente no Brasil: uma breve reflexão histórica. Disponível em: <http://www.mprs.mp.br/infancia/doutrina/id186.htm%3E>.

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. *Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba – UFPB/ João Pessoa, 2011.

SARMENTO, M. J. *A globalização e a Infância: impactos na condição social e na escolaridade*. In: GARCIA, R. L. (org.) *Em defesa da Educação Infantil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. *Visibilidade social e estudo da infância*. In: VASCONCELOS, V.M.R.; SARMENTO, M.J. (Org.). *Infância (in)visível*. Araraquara: J&M Martins, 2007.

SCHUELER, Alessandra F. M. (1999). “Crianças e escolas na passagem do Império para a República”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. N. 19, vol. 37. Pp. 59-84.

SILVA, Tomaz T. da (Org.). *O sujeito da Educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis/RJ, Editora Vozes, 1994.

_____. *O adeus às metanarrativas educacionais*. In: SILVA, Tomaz T. da (Org.). *O sujeito da Educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis/RJ, Editora Vozes, 1994.

SIROTA, R. *Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar*. São Paulo, 2001.

SOUSA, Cynthia Pereira de. *A educação pelas leituras: registros de uma revista escolar 1930/ 1960*. In: CATANI, Denice; BASTOS, Maria Helena Câmara. *Educação em Revista: a imprensa periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras, 2002.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. *Educação do corpo na escola brasileira*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2006.

TRAVANCAS, Isabel. *O livro no jornal: os suplementos literários dos jornais franceses e brasileiros nos anos 90*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

WADSWORTH, James E. *Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil*, Rev. bras. Hist. vol.19 n.37 São Paulo Sept. 1999, disponível em: 13 de Maio de 2015 http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid.

WARDE M. Jorge, *Repensando os estudos sociais de história da infância no Brasil*, Perspectiva, Florianópolis, v. 25, n. 1, 21-39, jan./jun. 2007.

VARELA, Julia, ALVAREZ-URÍA, Fernando. *Arqueología de la escuela*. Madrid: La Piqueta, 1991. (Genealogía del poder, 20).

VASCONCELOS, Edson. *Em terra de leigo quem é higienista é rei: genealogia do olhar médico social na Paraíba*. João Pessoa, 2008, 120 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba.

VAGO, Tarcísio Mauro. Pensar a educação Física na Escola: para uma formação cultural da infância e da juventude. Cadernos de Formação RBCE, p. 25 – 42, set. 2009.

VEIGA-NETO, A. *Foucault & a Educação*. São Paulo: Editora Autêntica, 2º ed. 2007.

ZUQUIM, J.; CYTRYNOWICZ, R. *A psicologia escoteira no Brasil: teoria do caráter como pedagogia de civismo (1914-1934)*. Educação em Revista (UFMG), v. 35, p. 43-58, 2002.

ANEXO I - TEXTOS CLASSIFICADOS E CATALOGADOS NO BANCO DE DADOS DA PESQUISA

LEGENDA: **P** - página; **D.P** –data da publicação; **N.J** – número do Jornal; **T.D** – tipo de discurso; **D.E**- discurso da escolarização; **D.A** – discurso do assistencialismo; **D.H** – discurso higienista; **D.M** – discurso moral;

ANO	D.P	P.	TITULO DO TEXTO	N.J	AUTOR	T.D
1912	12/SETEMBRO	1	A DISCIPLINA DOS PRINCÍPIOS ⁶³	9		D.E
1912	23/SETEMBRO	1	REPRESENTAÇÃO SOBRE O ENSINO	12		D.E
1912	19/SETEMBRO	2	REPRESENTAÇÃO SOBRE O ENSINO	11		D.E
1912	14/NOVEMBRO	1	ASSISTENCIA Á INFANCIA	27	BAREMAS	D.A
1912	21/NOVEMBRO	1	INSTITUTO DE PROTECÇÃO E ASSISTENCIA Á INFANCIA	29	FLORENTIN O BARBOSA	D.A
1912	8/NOVEMBRO	1	ASSISTENCIA A INFANCIA	27	FLORENTIN O BARBOSA	D.A
1912	19/DEZEMBRO	1	INSTITUTO DE PROTECÇÃO Á INFANCIA	37	FLORENTIN O BARBOSA	D.A
1912	25/NOVEMBRO	1	INSTITUTO DE PROTECÇÃO E ASSISTENCIA Á INFANCIA	30	FLORENTIN O BARBOSA	D.A
1912	18/NOVEMBRO	1	INSTITUTO DE PROTECÇÃO E ASSISTENCIA Á INFANCIA	28	FLORENTIN O BARBOSA	D.A
1912	31/ OUTUBRO	1	PROTECÇÃO Á INFANCIA	23		D.A
1912	7/OUTUBRO		A BUBONICA EM CAMPINA GRANDE: O TELEGRAMA D' A IMPRENSA	16		D.H
1912	5/DEZEMBRO	1	DA INSTRUÇÃO	23		D.E
1912	19/AGOSTO	1	CONVEM DIZER	23		D.A

⁶³ Será mantido a grafia e a pontuação originais dos documentos citados.

1912	3/OUTUBRO	2	UMA CALAMIDADE IMMENTE; A BUBONICA EM CAMPINA GRANDE	15		D.H
1912	10/OUTUBRO	1	PESTE BUBONICA	17		D.H
1913	21/ ABRIL	1	QUESTÃO VITAL	29		D.E
1913	25/AGOSTO	2	A PARAHYBA CIVILIZA-SE...	29	JOÃO FANDANGO	D.E
1913	25/AGOSTO	1	A ESCOLA SEM DEUS	3		D.E
1913	13/FEVEREIRO	2	EDUCAÇÃO - A.B.C	11		D.E
1913	8/SETEMBRO	1	INSTRUCÇÃO PRIMARIA	24		D.E
1913	13/JANEIRO	2	ASSISTENCIA Á INFANCIA	2		D.A
1913	3/ABRIL	1	INSTITUTO DE BENEFICENCIA	26		D.A
1913	31/MARÇO	2	INSTITUTO DE PROTECÇÃO E ASSISTENCIA Á INFANCIA	24		D.A
1913	9 /OUTUBRO	2	INSTITUTO DE PROTECÇÃO E ASSISTENCIA Á INFANCIA- DAMAS PROTECTORAS DA INFÂNCIA	15		D.A
1913	31/MARÇO	1	A HYGIENE PARTICULAR	23		D.H
1913	3/FEVEREIRO	1	A EDUCAÇÃO DA MULHER	8		D.M
1913	13/JANEIRO	1	A VARIOLA	2	FLAVIO MARÓJA	D.H
1913	9/JANEIRO	2	A INSTRUCÇÃO	6		D.E
1913	2/OUTUBRO	1	PELA HYGIENE	17		D.H
1914	13/ MAIO	2	A ESCOLA PUBLICA	18		D.E
1914	22/JUNHO	1	A PEDAGOGIA E PEDOLOGIA	83	PEDRO ANIZIO	D.E
1914	8/JUNHO	1, 2	O SERTÃO SEM INSTRUCÇÃO	79	MANOEL OCTAVIANO	D.E

1914	27/ABRIL	1	NORMAS PARA INFÂNCIA	67		D.E
1914	23/ABRIL	1	O QUE É EDUCAÇÃO?	66		D.E
1914	21/ MAIO	1	PELA INSTRUÇÃO	74		D.E
1914	16/ ABRIL	1	PREDIOS ESCOLARES	64	FRAN KALIN	D.E
1914	25/ MAIO	2	INSTITUTO DE PROTECÇÃO E ASSISTENCIA Á INFANCIA –	75		D.A
1914	16/JULHO	1	EM TORNO DO BERÇO – CONFERENCIA MEDICO-SOCIAL	89	Proferido: MONCORVO FILHO	D.A
1914	27/ JULHO	1	EM TORNO DO BERÇO – CONFERENCIA MEDICO-SOCIAL	92	Proferido: MONCORVO FILHO	D.A
1914	15/ SETEMBRO	1	EM TORNO DO BERÇO – CONFERENCIA MEDICO-SOCIAL	9	Proferido: MONCORVO FILHO	D.A
1914	2/JULHO	2	CABEDELLO: HYGIENE PUBLICA	85		D.H
1914	4/MAIO	1	A TUBERCULOSE	68	FRAN KALIN	D.H
1914	23/MAIO	3	A VARIOLA – VACINEM-SE	58		D.H
1914	1/DEZEMBRO		ESTATUTO DO DEPARTAMENTO DAS DAMAS PROTECTORAS DA INFANCIA	69		D.M
1914	11/MAIO	1	O ENSINO DA MORAL EM NOSSAS ESCOLAS PUBLICAS	71		D.M
1914	26/FEVEREIRO	1	HYGIENE	51		D.H
1915	17/MAIO	1	REFORMA DO ENSINO	68	ASCENDINO CUNHA	D.E
1915	26/ JANEIRO	1	ESCOLA E POLITICA	42	ROMULO DE AVELLAR	D.E
1915	30/AGOSTO	1	HOMENAGEM DA IMPRENSA	3		D.E
1915	9/AGOSTO	2	REFORMA DO ENSINO	8		D.E

1915	18/OUTUBRO	1	PELA HYGIENE	10		D.H
1915	18/OUTUBRO	1	A IMPRENSA	10		D.M
1915	18/FEVEREIRO	1	DE PAES PARA FILHOS	49	S.d' A	D.M
1915	29/ JANEIRO	2	A CARTA DE UMA MÃE DE FAMILIA	43	J.C.S	D.M
1915	11/FEVEREIRO	2	A'S FUTURAS MÃES	47	OSORIO PAES	D.M
1915	20/SETEMBRO	2	AS CRIANÇAS NO CINEMA	6		D.M
1915	1/NOVEMBRO	1	A CRIANÇA –ALEGRIA E ESPERANÇA DO LAR	12		D.M
1916	7/SETEMBRO	3	PRECISA DE U'MA MESTRA	4	DAMASCEN O	D.E
1916	22/ JUNHO	1	ANALPHABETISMO E PREGUIÇA	43		D.E
1916	18/ MAIO	1	EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO	23		D.E
1916	21/ FEVEREIRO	1	EDUCAÇÃO	26		D.E
1916	14 /FEVEREIRO	2	ESCOLAS DOS POBRES	25	SIMÃO PATRICIO COSTA	D.E
1916	28/ SETEMBRO	1	INSTRUÇÃO E EDUCAÇÃO	38	S,d'A	D.E
1916	31/ JANEIRO	2	INSTRUÇÃO PUBLICA	22		D.E
1916	16/NOVEMBRO	1	O PAPEL SOCIAL DO ENSINO	14	NICODEMUS NEVES	D.E
1916	2/ NOVEMBRO	2	INSTITUTO DE PROTEÇÃO E ASSISTENCIA Á INFANCIA	12		D.A
1916	21/SETEMBRO	1	EDUCAÇÃO PHYSICA	6		D.H
1916	16/ABRIL	2	A GYMNASTICA NAS ESCOLAS	34		D.H

1916	5/OUTUBRO	2	INFÂNCIA CULPADA I	8	PEDRO ANISIO	D.M
1916	12/OUTUBRO	2	INFÂNCIA CULPADA II	9	PEDRO ANISIO	D.M
1917	19 JULHO	1	SOCIEDADE DOS PROFESSORES	47		D.E
1917	20/ SETEMBRO	2	PELA A INSTRUÇÃO	6	M.C	D.E
1917	13/ SETEMBRO	1	PELA INSTRUÇÃO	7		D.E
1917	21/ JUNHO	1	REFORMA DA INSTRUÇÃO	43		D.E
1917	16 / MAIO	1	INSTITUTO DE PROTEÇÃO E ASSISTENCIA Á INFANCIA	38		D.A
1917	15/FEVEREIRO	2	CONDIÇÕES DE HYGIENE NO CEMITERIO	25		D.H
1917	15/FEVEREIRO	1	A INFÂNCIA CULPADA III	25	PEDRO ANISIO	D.M
1917	1/MARÇO	1	OS PAES TEMEM SEUS FILHOS	27		D.M
1917	29/MARÇO	2	A EDUCAÇÃO MODERNA	30		D.M
1917	10/MAIO	2	EDUCAÇÃO DA VONTADE	37	P.F	D.M
1917	22/NOVEMBRO	1	A MORAL NO ENSINO	16		D.M
1917	13/DEZEMBRO	1	A MORAL NO ENSINO	19	MELLO LULA	D.M
1917	18/JANEIRO	1	A ESCOLA DO CRIME	21		D.M
1918	7 / ABRIL	1	PELO ENSINO – PRINCIPIOS DE UM EDUCADOR	34		D.E
1918	3/MARÇO	1	INSTRUÇÃO NA PARAHYBA	29		D.E
1918	31/ MARÇO	1	A INSTRUÇÃO NO BRASIL	33		D.E
1918	24/OUTUBRO	2	NOS DOMÍNIOS DA PEDAGOGIA	9		D.E

1918	19 / MAIO	1	INSTITUTO DE PROTECÇÃO E ASSISTENCIA Á INFANCIA	40		D.A
1918	31/OUTUBRO	2	A INFLUENZA ESPANHOLA	12		D.H
1918	21/NOVEMBRO	2	A INFLUENZA ESPANHOLA	15		D.H
1918	17/OUTUBRO	2	A INFLUENZA HESPANHOLA	10		D.H
1918	24/MARÇO	1	CINEMA E ESCANDELO	32		D.M
1918	6/JANEIRO	2	A MORAL NO ENSINO	21	MELLO LULA	D.M
1918	13/JANEIRO	2	A MORAL NO ENSINO	22	MELLO LULA	D.M
1919	30/ JANEIRO	2	OS NOSSOS MALES – O ANALPHABETISMO	23	JOÃO DANTAS MILANEZ	D.E
1919	10/JUNHO	1	O QUE É EDUCAÇÃO	42		D.E
1919	10/JULHO	2	A HYGIENE	46		D.H
1919	2/OUTUBRO	1	A FALTA DE HYGIENE EM SANTA RITA	58		D.H
1919	2/OUTUBRO	1	AS MEDIDAS TOMADAS PELA DIRECTORIA DE HYGIENE DESTA CAPITAL	58		D.H
1919	4/SETEMBRO	1	HÁ VARÍOLA EM PILÕES – MORREM DUAS PESSOAS	56		D.H
1920	4/MARÇO	2	PROFESSORADO PARAHYBANO	79		D.E
1920	26/ FEVEREIRO	1	A INSTRUÇÃO NO BRASIL	78	PEDRO ANISIO	D.E
1920	21 /OUTUBRO	1	GOVERNO DA PARAHYBA	10	DUSTAN MIRANDA	D.E
1920	5 / FEVEREIRO	1	INSTITUTO DE PROTECÇÃO E ASSISTENCIA Á INFANCIA	75	A DIRECTORIA	D.A
1921	30/ NOVEMBRO	1	EDUCAÇÃO E POLITICA	31		D.E

1921	14/ SETEMBRO	1	INSTRUCÇÃO PUBLICA E REPARTIÇÃO ESCOLAR	9		D.E
1921	13 /ABRIL	1	ESCOLA NORMAL	33		D.E
1921	10/ SETEMBRO	1	PELA INSTRUCÇÃO	8		D.E
1921	13/JULHO	1	PELA HYGIENE	44		D.H
1921	13/JULHO	1	PELA SAÚDE PUBLICA	44		D.H
1921	20/JULHO	1	ASSEIO E HYGIENE	45		D.H
1921	10/SETEMBRO	1	CREANÇA INFELIZ!	8	PADRE TABOSA	D.M
1921	14/SETEMBRO	1	POBRE CRENÇA!	9	PADRE TABOSA	D.M
1922	1/ MARÇO	2	A EDUCAÇÃO	55		D.E
1922	8 /FEVEREIRO	1	A ESCOLA E SUA FUNCÇÃO EDUCATIVA	44		D.E
1922	17 / MARÇO	2	A ESCOLA NORMA	46		D.E
1922	25/FEVEREIRO	1	O ENSINO PRIMÁRIO NO BRASIL	50		D.E
1922	29/MARÇO	2	POR QUE TANTOS MORREM	59		D.M